MANUEL COSTA BRAZ – IN MEMORIAM 1934 - 2019

O REFERENCIAL

AQUECIMENTO GLOBAL GERA NOVA GEOPOLÍTICA

Por que quis Trump comprar a Gronelândia?

Artigos de Pedro de Pezarat Correira e Luís Noronha Nascimento

O Ártico surge agora nas preocupações geopolíticas e geoestratégicas porque, pela primeira vez, é encarado como zona de circulação à superfície, como um novo mediterrâneo

Michael Studinger (2013)

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
DIRECTOR: MARTINS GUERREIRO | N.º 134 | JULHO – SETEMBRO 2019

waterbeep®
Smart efficiency.

vê o que ninguém vê!

"Água silenciosa é sempre perigosa"

Uma rotura não visível reflete-se na conta da água

Mantenha os seus consumos debaixo de olho!

Aceda a informação sobre o seu consumo de água e receba alertas sempre que se verifiquem desvios, detetando situações anómalas como roturas e dispositivos com perda de água.

epal.pt /EPALaguaslivres /epal_lisboa YouTube EPAL Lisboa

John Sonntag/Operation Icebridge/Nasa Handout

4 EDITORIAL

Tempos Sem Tempo, Martins Guerreiro

08 25 DE ABRIL – 45 ANOS

Caminho da Revolução a várias vozes, Maria Fernanda Simões | **8**
Festa náutica jovem | **24**

26 DESCOLONIZAÇÃO

MFA em Moçambique, Aniceto Afonso | **26**
Reencontro com a história, Manuel Maria Martins Lopes | **30**
Ainda a descolonização da Guiné Bissau, Jorge Sales Golias | **40**

48 OPINIÃO

Um outro mundo ao virar da esquina, Luís Noronha Nascimento | **48**

66 REPORTAGEM

Cruzeiro no Danúbio, Ramiro Soares Rodrigues | **66**

70 EXPOSIÇÃO

Imprensa Nacional 250 anos de história para conhecer em exposição | **70**

72 OBITUÁRIO

Homenagem do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa enviou condolências à família do Coronel Manuel da Costa Braz | **72**; *Manteve-se sempre coerente...* Vasco Lourenço | **74**; *Tem de permanecer vivo*, Ramalho Eanes | **77**; *Decisivo na gesta que mudou Portugal*, Pedro de Pezzarat Correia | **79**; *Grã- Cruz da Ordem da Liberdade, O coronel Costa Braz não deixou de ser uma das figuras mais relevantes da vida nacional*, Costa Correia | **82**; *Incrível aventura da fundação da democracia*, Ana Sá Lopes | **86**
Foi digno do passar de cada dia, Manuel Begonha | **88**
Até sempre, Camarada! Francisco Batista Godinho | **90**

92 BOLETIM

Ofertas referencial | **92**

98 JANGO

Ártico, Antes era a guerra-fria, Pedro de Pezarat Correia | **98**

ERRATA:
Na edição 133 d'O Referencial, nas páginas 214 (entrada) e 216 (legenda) trocámos o nome do nosso associado e escritor Aniceto Afonso e chamamos-lhe erradamente Aniceto Simões. Pelo lapso, pedimos desculpa ao próprio e aos nossos leitores.

MARTINS GUERREIRO

TEMPOS SEM TEMPO

São muitas as variáveis e os factores que influenciam a vida das sociedades humanas, sendo ainda mais as que determinam a evolução e transformação do planeta Terra.

À medida que a ciência e o conhecimento evoluem vamos compreendendo um pouco melhor a interacção das múltiplas variáveis, a complexidade das transformações e a passagem das alterações quantitativas através de processos evolutivos ou graduais a alterações qualitativas por processos de ruptura "regulada" ou caótica.

As constantes no Universo, na vida das sociedades e dos indivíduos são a mudança e o movimento mais ou menos acelerado. Não há matéria estática ou imutável, mas sim matéria e vida em equilíbrio dinâmico e variável. Tudo muda e tudo se transforma, ainda que em escalas e tempos diferentes.

A nossa sociedade está em rápida transformação. Os nossos são tempos de mudança acelerada, de insatisfação, de aprofundamento das desigualdades, de insegurança e frustração para muitos, de acesso fácil a plataformas de comunicação universal; tempos de imediatismo em que conta sobretudo a imagem da espuma dos dias. São também tempos de desenvolvimento tecnológico e científico, que torna possível a resolução dos problemas fulcrais da humanidade: a fome, a saúde, a habitação, o ensino, a satisfação das necessidades básicas. É possível garantir uma vida digna a todos os seres humanos nestes tempos de aumento da esperança de vida.

Paradoxalmente, os progressos da técnica e da ciência dão-se a um ritmo superior aos avanços da consciência cívica e dos princípios morais dos seres humanos.

Estes tempos sem tempo para reflexão, de promoção do mercado de consumo ilimitado e de desperdício continuado vão conduzir à ruptura, a uma solução de continuidade. Teremos possibilidade de a prever, tentar disciplinar e preparar se estivermos devidamente esclarecidos, se soubermos pensar, de forma a melhor entender os diferentes ciclos históricos — milenares, seculares ou de curto prazo — e se soubermos encontrar a melhor resposta para a vida na Terra e para a vida do planeta.

O sentido das mudanças depende dos homens, dos seus interesses e das suas motivações. Nem sempre é no sentido negativo; pelo contrário, a universalidade dos Direitos Humanos, da integridade, da dignidade e da liberdade da pessoa humana tornaram anacrónica a ideia de que um país pode comprar ou negociar com outro um território, incluindo os seus cidadãos.

O que há dois séculos foi possível repugna hoje à consciência humana.

PARAR PARA PENSAR

Neste número do Referencial os artigos do juiz conselheiro Noronha do Nascimento – *Um Outro Mundo ao Virar da Esquina* – e do general Pezarat Correia – *Ártico* – ajudam-nos a parar para pensar, a compreender melhor o que se passa no Mundo e na Europa, a entender a dinâmica global do sistema económico e financeiro neoliberal, da passagem conflituosa dum mundo unipolar para um mundo multipolar. As rupturas regionais ou mesmo globais estão em marcha.

Vivemos uma fase histórica de mudança qualitativa da vida das sociedades humanas e do nosso planeta.

A sobrevivência da humanidade depende da forma como soubermos respeitar o ambiente e o direito dos povos e dos indivíduos, fazendo prevalecer uma visão de longo prazo, de proteção do bem comum e do interesse público. É indispensável encontrar formas de cooperação e articulação entre as pessoas e os povos, respeitando a sua identidade e dignidade. Isso é possível e está ao nosso alcance.

Os enormes desenvolvimentos tecnológicos e científicos facilitam esse sentido de marcha

SERIGRAFIA DE JOSÉ GUMARÃES

PUBLICIDADE

Técnica: Serigrafia s/ papel Fabriano Tiepolo
Data: 2019
Dimensão: 90 x 70 cm
Mancha: 76x57,5 cm
Tiragem: 199 exemplares
Editor: Associação 25 de Abril
Impressor: Atelier Centro Português Serigrafia, Lisboa

Por especial deferência do autor desta obra, foi possível estabelecer condições muito especiais para os Associados da A25A, sendo a relação de preços a seguinte:

> Valor de venda ao público: 1.200,00€
> Valor para Sócios da A25A: 900,00€
> Valor de lançamento, exclusivamente destinado aos Sócios da A25A, com quotização regularizada e no máximo de 2 exemplares por sócio,cuja inscrição/pagamento tem prazo limitado até 31 de Julho de 2019: 600,00€

Nota: Para cada exemplar da serigrafia, será oferecida uma pasta para transporte/guarda

apontado por um número cada vez maior de cidadãos jovens e menos jovens que se organizam e questionam o poder da sociedade do mercado, do consumo e do desperdício.

Não podemos aceitar que se degradem em ritmo acelerado bens comuns de toda a humanidade, indispensáveis à vida humana: o ar, a água, a terra. Hoje é possível concretizar o progresso social e a melhoria das condições de vida e trabalho das pessoas sem degradação do ambiente, mantendo a sustentabilidade da vida e do planeta.

Além dos dois textos referidos, este número contem um valioso artigo – *O MFA a Várias Vozes* –, de Maria Fernanda Simões, e dá ainda notícia de duas realizações em Oeiras comemorativas do 45º aniversário de Abril – a Festa Náutica e o Mural alusivo ao 25 de Abril.

No âmbito da descolonização e das obras literárias publica-se a apresentação de Aniceto Afonso do seu livro *MFA em Moçambique* e a *Operação Bossane*, de Martins Lopes.

A propósito do livro *A Descolonização da Guiné*, Jorge Golias assina um significativo resumo dos comentários de Francisco Fadul.

A geração de Abril caminha para o ocaso da sua presença física e intervenção na sociedade portuguesa. Em números sucessivos de *O Referencial* vamos dando conta dos companheiros, sócios ou não da nossa Associação, que partem deixando uma profunda saudade entre todos nós. Qualquer um deles constitui um forte exemplo de vida e coragem, sendo inegável o seu impacto profundo na história de Portugal, que souberam honrar, deixando um notável testemunho que a todos nós, mas sobretudo aos mais jovens, cabe continuar.

Curvamo-nos perante a memória de Manuel Costa Braz, Vasco Costa Santos, Ciro Ascensão Martins e Fernando A. Carvalho Seabra.

Como é do conhecimento público, no início de Agosto o Presidente da A25A, Vasco Lourenço, sofreu um grave acidente em sua casa, de que resultou a fractura do cotovelo e do colo do fémur direitos. A recuperação, segura mas lenta, obriga a tratamentos continuados de fisioterapia. *O Referencial* faz votos para o completo restabelecimento de Vasco Lourenço, desejando que ele seja tão rápido quanto possível. Força, Amigo!

CAMINHO DA REVOLUÇÃO
A VÁRIAS VOZES

Manuel Almeida, Lusa

Nunca os "spinolistas" foram claros em relação à "democracia", nem à "liberdade" e muito menos relativamente ao tipo de "descolonização"; coincidiram apenas no considerar que a guerra colonial tinha de se resolver politicamente e não militarmente.

As circunstâncias das guerras coloniais e as reforçadas lutas de libertação permitiram o eclodir do golpe/revolução do 25 de Abril, perpetrado pelo Movimento das Forças Armadas. Uma reflexão com testemunhos de Vasco Lourenço, Mário Tomé, Otelo Saraiva de Carvalho, Albano Pinela e Martins Guerreiro

MARIA FERNANDA SIMÕES

SOBRE O MFA É SEMPRE muito importante dar voz aos seus protagonistas, neste caso, aos coronéis Vasco Lourenço, Mário Tomé e Otelo Saraiva de Carvalho (Exército), Albano Pinela (Força Aérea/paraquedista) e almirante Martins Guerreiro (Marinha). A informação de que dispomos tem sido por nós recolhida sob a forma de entrevista ou testemunho escrito ao longo de vários anos.

Não se pretende abranger toda a problemática referente ao Movimento nem fazer uma análise exaustiva, mas contribuir para esclarecer o seu surgimento, a sua identidade.

A conjuntura é a da guerra colonial. É nesta que se vai desenvolver e potenciar o Movimento, e o que não fora até aí possível por via política – permitir a viragem do país para um regime democrático.

Começamos pelo testemunho do coronel Albano Pinela, em que descreve um retrato da situação enfrentada pelas Forças Armadas.

Referindo-se aos cerca de 13 anos de guerra de contraguerrilha, nas três frentes de operações, que exigiram crescentes necessidades de efetivos, o coronel Pinela assinala que isso levou a que os oficiais do quadro permanente estivessem sujeitos a uma rotação cada vez mais rápida das suas comissões de serviço para o "Ultramar". Por outro lado, levou ao recurso cada vez mais acentuado de oficiais milicianos para o comando de subunidades até ao nível companhia.

O desgaste era evidente a todos os níveis, continua Albano Pinela. O orçamento da defesa representava já cerca de 50% do total do orçamento de Estado, enquanto os movimentos de libertação evoluíam em termos logísticos, em termos operacionais e nos apoios internacionais. As tropas portuguesas, entretanto, cada vez mais lutavam com falta de meios, e o regime estava cada vez mais isolado internacionalmente.

Começou então a tornar-se evidente o corte posicional entre os oficiais generais e os capitães (os comandantes efetivos das tropas no terreno), que teve a sua expressão mais caricata quando os primeiros foram prometer fidelidade ao governo no período final do *marcelismo* – na cerimónia da chamada "brigada do reumático", a que faltaram Costa Gomes e António de Spínola, respetivamente CEMGFA (Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas) e vice CEMGFA, demarcando-se politicamente do regime, sendo exonerados dessas funções no dia seguinte. Tomou-se a consciência de que se os capitães estivessem unidos não encontrariam forças significativas para se lhes oporem, como acrescenta o coronel Pinela.

Segundo o historiador Julião Soares Sousa,[1] em Portugal, ainda nos anos 60, a situação interna continuava a degradar-se a olhos vistos. Vários acontecimentos (greve académica de 1968, greve dos metalúrgicos de Outubro de 1970, bem como diversas ações bombistas levadas a cabo pela Ação Revolucionária Armada e pelas Brigadas Revolucionárias contra diversas instalações militares e da polícia política, nos anos subsequentes) vieram novamente criar expectativas junto dos Movimentos de Libertação e, como acrescenta este historiador, (...) pôr a descoberto a incapacidade do regime moribundo, que vinha sendo atingido duramente nas suas próprias entranhas. Estas ações, não tendo propriamente um carácter constante, acabaram por funcionar como um estímulo para que os Movimentos de Libertação Nacionais estreitassem o cerco ao último reduto do exército colonial em África.

Na Guiné, o incremento da pressão militar ao longo do primeiro trimestre de 1973 contribuirá decididamente para a queda do regime fascista em Portugal no ano seguinte, dando lugar a uma solução definitiva para o problema colonial. Por outro lado, como se sabe, a persistente recusa de Marcelo Caetano em negociar com os Movimentos de Libertação significava que continuaria a não haver qualquer cedência por parte do regime.

MOVIMENTO DOS CAPITÃES

O coronel Vasco Lourenço, considera que, independentemente das várias conspirações que se fizeram ao longo dos anos do fascismo, aquilo que em 1973 veio a ser o ponto de partida para a consolidação que levou ao 25 de Abril, foi o Congresso dos Combatentes - realizado s altamente condecorados (que tinham mais condecorações precisamente em resultado da guerra), que dizia: *Nós, os que subscrevemos este comunicado, em nome de 400 e tal oficiais, declaramos antecipadamente não ter nada a ver com as conclusões que vierem a ser tiradas no Congresso.* Resultado? Isto esvaziou o Congresso, que não teve o resultado que o poder instituído gostaria que tivesse. E Vasco Lourenço prossegue:

Isto serviu para mostrar que o poder era um elefante com pés de barro, não tinha força, não tinha capacidade de reação. Não houve qualquer sanção disciplinar aos militares que assinaram, nem sequer aos que mandaram o telegrama; portanto mostrou que o poder era fraco e, por outro lado, que, se nós nos uníssemos, teríamos mais força do que aquela que porventura pensávamos.

O CORONEL VASCO LOURENÇO, CONSIDERA QUE, INDEPENDENTEMENTE DAS VÁRIAS CONSPIRAÇÕES QUE SE FIZERAM AO LONGO DOS ANOS DO FASCISMO, AQUILO QUE EM 1973 VEIO A SER O PONTO DE PARTIDA PARA A CONSOLIDAÇÃO QUE LEVOU AO 25 DE ABRIL, FOI O CONGRESSO DOS COMBATENTES

REUNIÃO EM ALCÁÇOVAS

Os militares andavam nesta discussão, sobre o que fazer e como aproveitar esta força que se gerou, quando em julho é aprovada legislação - Decreto-Lei 353/73 de 13 de julho - para arregimentar oficiais para os quadros permanentes, nomeadamente para o posto de capitão, no seio dos militares com prática de guerra como milicianos.

Este decreto criou condições de aliciamento que foram pôr em causa direitos adquiridos dos que já estavam nos quadros permanentes e tinham entrado via Academia Militar, como anota o nosso coronel, *(...) De repente, surge-nos uma oportunidade para aglutinarmos mais pessoas e, quando detetámos isso, gera-se uma reação de natureza corporativa, de natureza socioprofissional.*

António Cotrim, Lusa

Sobre o MFA é sempre muito importante dar voz aos seus protagonistas, neste caso aos coronéis Vasco Lourenço e Otelo Saraiva de Carvalho

Vasco Lourenço recorda ainda o que disse quando organizaram a primeira grande reunião do Movimento a 9 de Setembro de 1973, num monte alentejano, em Alcáçovas, perto de Évora, no Monte Sobral: *há muita gente que só se queixa quando lhe dói a barriga ou quando sente que lhe estão a meter as mãos nos bolsos; e neste momento há muitos a queixarem-se, a dizerem, tira daí as mãos que o bolso é meu. Portanto, eu vou aproveitar isso.*

Ao ambiente de contestação, discussão e movimentação que se vinha desenvolvendo, seguiu-se então esta reunião em Alcáçovas onde os militares presentes eram fundamentalmente capitães. É este facto que depois gera a designação de *Movimento dos Capitães*.

Vasco Lourenço destaca as posições que permitem identificar três grandes grupos, nessa altura, no seio do Movimento:

- um razoável [numericamente], que ia para lá a pensar em razões corporativas, só;

- outro mais pequeno que iria para lá numa posição de companheirismo;

- havia um grupo não organizado, não consciente, inclusivamente de quantos seriam, e dispersos, que iam para lá a pensar, como eu fui, que poderíamos aproveitar aquilo para outras coisas, para arregimentar o pessoal para outras coisas.

Notava-se também descontentamento entre os militares pelo facto de haver medidas de natureza socioprofissional, de entre as definidas pelo Poder, que punham em causa a qualidade do ensino do curso da Academia Militar: um curso que era de quatro anos ficava reduzido a dois semestres intensivos.

Discutia-se na altura sobre se o curso da Academia Militar era considerado um curso superior ou não. No entender de Vasco Lourenço, a sociedade contestava um pouco os militares por causa disso. *Diziam que o curso da Academia Militar era um curso para militares (...) - não era um curso superior. Quando reduzem o curso a dois semestres intensivos, é evidente que não se pode dizer que era um curso superior. E nós aproveitámos isso, e passámos a argumentar com o problema do prestígio das FA (Forças Armadas). Nós acusámos o Poder de estar a desprestigiar as FA e quisemos lutar pelo seu prestígio. Essa bandeira serviu de aglutinação de mais indivíduos e, por outro lado, serviu de capa para a conspiração que se foi fazendo.*

Continuando com Vasco Lourenço:

Estava-se no início de setembro [1973], e quando chegámos a meados de Outubro, princípios de Novembro, passados dois meses, ou menos, já há uma consciência de que o problema já não era só sócio-corporativo. Era mais do que isso. Se se quiser resumir de uma forma simples o que se passou, e a estratégia da conspiração, com base na tal bandeira do prestígio das FA, foi isto: foi extraordinariamente fácil convencer a generalidade dos militares que as Forças Armadas estavam desprestigiadas perante a Nação. Era fácil, sentíamo-lo. Portanto, depois perguntou-se porquê (...). Foi fácil fazer ver que estávamos desprestigiados porque a população nos via a nós, militares, como o sustentáculo de um regime podre, de um regime de ditadura, de um regime fascista que impunha uma guerra sem sentido. E a seguir vem a pergunta – Então, que fazer para reconquistar o prestígio das Forças Armadas? – porque esse era o objetivo a que se referiam. *Nós queremos é reconquistar o prestígio das Forças Armadas junto da população. Que fazer? Deixar de ser esse suporte do regime. Depois vem a pergunta final – Como? Fazendo um golpe de Estado. E há militares que intervêm no 25 de Abril e que chegam próximo do 25 de Abril e ainda dizem: Não me falem em política.*

NOTAVA-SE TAMBÉM DESCONTENTAMENTO ENTRE OS MILITARES PELO FACTO DE HAVER MEDIDAS DE NATUREZA SOCIOPROFISSIONAL, DE ENTRE AS DEFINIDAS PELO PODER, QUE PUNHAM EM CAUSA A QUALIDADE DO ENSINO DO CURSO DA ACADEMIA MILITAR

O Movimento dos militares, no quadro das reflexões que se faziam por essa altura, não terá focado diretamente a discussão na natureza do regime ou outras questões políticas. Os militares, pela formação que lhes tinha sido dada, sobretudo nas academias militares, orientavam-se pelo princípio que deveriam manter-se longe da política. Aos militares pedia-se que se metessem em assuntos militares, pois eles deveriam ser apolíticos. A política não era para eles. E continuamos com mais palavras de Vasco Lourenço: *Não era fácil ir discutir de caras o problema político* naquela época. Havia perigos incontornáveis. Apesar de tudo, e com persistência, acabou sendo fácil *levar os militares a compreenderem que o regime era iníquo, que tinha que ser deitado abaixo, e que só nós é que o poderíamos fazer.*

CONTESTAÇÃO À TROPA COLONIAL

O coronel Mário Tomé viu a constituição do Movimento dos Capitães a partir de Moçambique, onde outras ocorrências tornaram ainda mais explosiva a situação, tendo em conta o sentir dos militares e das suas famílias. Como conta, aí se verificou um facto histórico que foi de grande importância para o próprio Movimento - a contestação à tropa colonial pelos civis na cidade da Beira.

No início de 1974, já com o Movimento em curso, dado que a ação militar da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) se começou a fazer sentir com bastante violência na zona da Beira até Tete (...),começou a haver atentados na zona de Vila Pery e, numa ação militar declarada, são mortos vários fazendeiros. Esta gente estava habituada à guerra lá em cima, e leva logo a quê? A tropa não está a matar que se farta, está a matar menos que se farta, portanto está a matar pouco. Portanto a tropa não presta. Há nomeadamente jornais da Rodésia (...) que proclamam que os oficiais, os militares, são cobardes. Há manifestações na Beira (...) e apedrejamento da messe, das pessoas que lá estavam.

É um sinal terrível – as tropas coloniais não só têm que enfrentar a guerrilha da FRELIMO[2] *como estão entaladas entre a guerrilha e aqueles que era suposto defenderem, os colonos, o que é um sinal terrível também da situação e para as próprias tropas; vem agravar aquilo que eu chamaria, para facilitar, a desmoralização das Forças Armadas enquanto tropa colonial.*

Ainda sobre a constituição do Movimento dos Capitães, o coronel Mário Tomé refere que dele tomou conhecimento quando estava no comando-chefe de Nampula, onde era adjunto. Aí, fez parte da Comissão Coordenadora do Movimento dos Capitães de Moçambique.

Esta organizou-se após se ter tido conhecimento das primeiras movimentações, por volta de outubro de 1973, e imediatamente começaram a constituir um núcleo e a desenvolver atividade em coordenação e ligação com a Comissão Coordenadora Central em Portugal.

Mário Tomé continua referindo que o próprio regime já estava abalado, já não tinha capacidade de travar a contestação - no que diz respeito aos decretos que envolviam a promoção rápida dos milicianos face aos militares de carreira. Diz o coronel: *É o aspeto formal - a questão cor-*

porativa - mas a substância que ainda não estava na consciência, e que daí a um mês e tal já começaria a estar, era: ou acabamos com a guerra ou a guerra acaba connosco.

Acentuando, por outro lado, que o Movimento começara na Guiné, perspetiva que considera absolutamente necessária para se entender tudo o que se passou durante e depois do 25 de Abril, Mário Tomé diz que o Movimento dos Capitães tem na sua essência, não a reivindicação corporativa – essa é a forma –, mas a consciência de que a derrota militar, no cenário da guerra colonial, era iminente. Isso é, para Mário Tomé, o que faz desencadear o Movimento dos Capitães, como diz: *que é para pôr de lado, do meu ponto de vista, todas as teorias idealistas sobre (...) os cavaleiros que vieram do céu, quais arcanjos, dar liberdade ao povo português. Não é nada disso.*

Para Mário Tomé, os capitães eram militares de um exército colonial, a defender uma política que era a política do fascismo nas colónias, e, como tal, um exército é a última instância de poder de um Estado. Ora, o exército colonial português terá começado a ser derrotado de uma forma cada vez mais clamorosa. A Guiné era onde isso se sentia mais. Daí que, por um conjunto de fatores, o Movimento se tenha aí começado a desenhar.

Com Spínola e os oficiais que o rodeavam, que depois foram chamados "spinolistas" e outros, iniciou-se uma movimentação que começou por contestar o Congresso dos Combatentes, em 1973, mas era ainda uma ação isolada.

Para este protagonista, o Movimento surgiu com o objetivo de pôr termo à guerra colonial, e para pôr termo à guerra colonial tinha que vencer dois obstáculos: o imediatamente antes da guerra colonial, que era o regime; mas imediatamente antes do regime, havia outro obstáculo, isto é, o Movimento tinha que destroçar as próprias FA. *Daí que, na minha opinião, se deva aqui também avançar na liquidação de outro mito, que é o de que o 25 de Abril foi feito pelas Forças Armadas (...) é uma mentira absoluta*, alvitra Mário Tomé, que adianta o seguinte:

O 25 de Abril foi feito contra as FA. As FA eram as da "brigada do reumático" (...). Os capitães têm uma consciência difusa, depois cada vez mais clara que vão ter apoio dos soldados, dos milicianos, com certeza, e depois do povo (...) Temos de fazer aquilo que um homem que eu conheci dos livros chamado Lenine chamaria a desagregação das FA. Isto é, liquidar as FA enquanto tal. Isso é que permitiu outra coisa a seguir ao 25 de Abril, que foi o grande movimento popular que irrompeu. Se as Forças não tivessem sido *desarticuladas, se as FA tivessem feito um putsch ou um golpe militar* à 28 de Maio *de 1926, este movimento não se poderia dar, as FA não o permitiriam, como último reduto do sistema, seja ele qual for. (...) Primeiro, desapareceram enquanto tal, e o próprio Movimento, o MFA, começou a ser confrontado com o movimento popular. E ao ser confrontado com o movimento popular, tinha várias opções, mas duas fundamentais: ou vamos reprimir o movimento popular ou vamos estar com ele. Foi isto que criou depois as várias correntes dentro do MFA.* (...)

PARECE TER HAVIDO UM CONSENSO GENERALIZADO SOBRE O FIM DO REGIME ESTAR INTIMAMENTE LIGADO ÀS QUESTÕES RELACIONADAS COM A MANUTENÇÃO DA GUERRA COLONIAL, POR TUDO O QUE ESTA IMPLICAVA...

Embora, lembramos nós, o poder tenha sido entregue a generais em termos de liderança pelos capitães de Abril, que consideravam importante contar com oficiais desta patente para a boa continuação do processo e até a um general que não tinha sido escolhido pelo Movimento (António de Spínola), pois Costa Gomes era o general que os Capitães tinham preferido para os liderar.

Não esqueçamos também que Marcelo Caetano, ao declinar o seu governo, pediu – recordando a sua célebre frase – *para que o poder não caísse na rua*, e que a transferência de poder recaísse num general.

Por outro lado, a ideia de eventual desaparecimento do MFA por parte de António de Spínola não vingou. Por muito que este tenha tentado enviar as tropas para os quartéis, quando quis pôr de lado o Programa do MFA, estas mantiveram-se nas ruas e com controlo das operações.

Todavia, a complexa realidade coeva apresentava-se com as particularidades naturais de um processo de transformação social a que não escapam os seus protagonistas, como por exemplo, Otelo Saraiva de Carvalho, que chegou a esboçar, junto de Vasco Gonçalves (um dos poucos militares de patentes superiores a capitão que participou no 25 de abril) o sentido de missão cumprida e finalizada. Este dissuadiu-o imediatamente dessa ideia de finalização do processo.

Em jeito de conclusão, parece ter havido um consenso generalizado sobre o fim do regime estar intimamente ligado às questões relacionadas com a manutenção da Guerra Colonial, por tudo o que esta implicava e que atrás fomos anotando.

A nível internacional, até as Nações Unidas já não faziam vista grossa ao que se passava no designado velho "império português". O isolamento de Portugal era evidente e, entre outras manifestações críticas ao governo português, é importante observar o que foi aprovado em Novembro de 1972 como posição da Organização Das Nações Unidas face aos Movimentos de Libertação das colónias portuguesas:

[A Assembleia Geral da ONU de 14 de novembro de 1972] afirma que os movimentos de libertação nacional de Angola, da Guiné-Bissau e Cabo Verde e de Moçambique são os representantes autênticos das verdadeiras aspirações dos povos destes territórios e, na expectativa do seu acesso à independência, recomenda a todos os governos, às agências especializadas e outros organismos das Nações Unidas, assim como aos órgãos das Nações Unidas interessados, que, quando tenham de tratar de questões relativas a estes territórios,

procurem que eles sejam representados pelos movimentos de libertação em causa, de forma apropriada e mediante consulta à Organização da Unidade Africana.[3]
No dia 3 de novembro, a Assembleia Geral da ONU aprovou por 99 votos a favor, 5 votos contra (do Reino Unido, África do Sul, Estados Unidos da América, França e, obviamente, Portugal) e 23 abstenções, um apelo para que "todos os estados e Agências das Nações Unidas auxiliem os Movimentos de Libertação" dos povos colonizados por Portugal. Entre novembro e dezembro, quer a Assembleia Geral, quer o Conselho de Segurança aprovaram algumas resoluções e recomendações com vista a acabar com a guerra e realizar negociações tendo em vista a concretização da independência dos territórios ultramarinos portugueses.[4]

IMPORTÂNCIA DE SPÍNOLA

O coronel Albano Pinela assinala um dado importante sobre a obra *Portugal e o Futuro* do general Spínola (Fevereiro de 1974): *(...) surgiu quando a organização do 'Movimento dos Capitães' já se encontrava numa fase adiantada em que para além das questões de índole corporativa também já se debatia o derrube do regime.*
Recorda-nos ainda que *(...) Foi nesse contexto que o aparecimento de um livro que apresentava uma solução política para resolver o problema colonial, confrontando o próprio regime que não aceitava ser questionado sobre a defesa militar das colónias, veio dar alento aos que, dentro do 'Movimento', defendiam que se deveria ir para além das reivindicações corporativas.*
Voltando agora a Mário Tomé, o coronel refere

O PROGRAMA DO MFA ERA MUITO MENOS OUSADO DO QUE O MANIFESTO "O MOVIMENTO, AS FORÇAS ARMADAS E A NAÇÃO", EM MATÉRIA DE DESCOLONIZAÇÃO...

que considera um mito que tenha havido um 25 de Abril porque houve um Spínola e um *Portugal e o Futuro*. Ele diz ser mentira, pois tal como o testemunho anterior, lembra que o livro surge já numa fase adiantada da criação do *Movimento dos Capitães*. Mas a obra, citando Mário Tomé "*... tem de facto uma qualidade, um mérito, que é dar sinal para a sociedade civil de que nas FA nem tudo está como se quer mostrar, há dissidência e isso numa altura daquelas (toda a gente já estava farta da guerra), é um sinal muito forte para a sociedade civil (...). Spínola é obrigado a dar passos que não queria dar.*
Vasco Lourenço assinala que António de Spínola teve aspetos altamente positivos, e outros altamente negativos. Apesar dos aspetos positivos, não atingiu a importância que alguns lhe querem dar. A grande virtude do Spínola terá sido a de ter percebido que na Guiné o problema não era de natureza militar, mas de natureza política; daí ter possibilitado, nomeadamente, ao grupo de oficiais que lidavam mais com ele, que começassem a tal discussão sobre o problema "ser político" ou "ser militar", e não ter reprimido as movimentações que começou a ver nas messes de oficiais, de discussão do tema. Foi possível alargar alguma discussão aberta, que não era possível na sociedade civil, porque a PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) caía imediatamente em cima de quem tivesse a veleidade de fazer esse tipo de discussão. *O Spínola teve essa virtude*, afirma o coronel Vasco Lourenço.
Depois, prossegue ainda Vasco Lourenço, no 16 de março de 1974, Spínola tentou fazer vingar as suas posições, pois acabara de publicar *Portugal e o Futuro*. E Isso tem importância porque era um general prestigiado, mas, também, muito como fruto de "marketing" político-comercial. Ele foi talvez um dos precursores, em Portugal, da utilização do termo "marketing", para criar uma imagem pública, diz. Spínola usou muito a comunicação social, quer nacional, quer internacional, para criar essa imagem, ainda segundo Vasco Lourenço, "*porque, o objetivo de Spínola era criar condições para chegar cá e ser Presidente da República, dentro do sistema.*" Ele terá trabalhado para isso, com o prestígio que conseguiu criar. Quando o livro é publicado, há um empurrão forte ao *Movimento dos Capitães*, não propriamente à estrutura principal, mas, digamos, ao grosso do Movimento, que estava já no processo da conspiração. O coronel Vasco Lourenço explica o que já se discutia: (...) *estávamos discutindo já o programa político (e por isso mesmo é que os que estavam mais envolvidos consideram que lhe deve ser atribuída menos importância do que se estabeleceu), ou seja, não foi a nós que deu essa força mas aos indecisos e principalmente à imagem pública e à opinião pública política. Isto é, ajudou a criar um ambiente de fim de regime mais rápido. Teve a particularidade de inclusivamente apressar a publicação do livro, quando soube que nós, Movimento, estávamos prestes a aprovar o programa político.*
O processo começou a desenvolver-se mais rapidamente e o livro de Spínola foi publicado, precisamente porque ele sabia que o Movimento estava a discutir o programa político, uma vez que o general tinha elementos seus ligados à conspiração.
No entanto, ainda segundo o coronel Vasco Lourenço, os elementos "spinolistas" têm nesta uma importância secundaríssima, contrariamente àquilo que se possa imaginar, o que era uma situação caricata, e em certa medida terrível – o grupo "spinolista" esteve na génese do Movimento, quando coordenava a resposta ao Congresso dos Combatentes, foi o grupo spinolista que fez isso, esteve no início – simplesmente, a seguir, é ultrapassado em toda a linha pelos acontecimentos, melhor, deixa-se ultrapassar. Portanto, os elementos spinolistas foram de importância absolutamente secundária na sequência do desenvolvimento da conspiração.
Ou seja, os testemunhos dos coronéis Mário Tomé e Vasco Lourenço, coincidem na desmistificação da pessoa política e militar de Spínola como elemento primordial do processo que conduziu ao 25 de abril, onde Spínola acaba também por revelar um protagonismo que é exagerado em relação à importância que ele realmente tinha tido.
Assim, Vasco Lourenço refere que, sobre esse aspeto, lhe é extremamente crítico, porque Spí-

nola, de facto (e demonstrou-o perfeitamente), tinha um projeto de poder pessoal dentro do projeto do Movimento.
O coronel assinala que Spínola tenta impô-lo através do seu grupo, várias vezes. No 5 de Março, em Cascais, perde a última grande reunião plenária do Movimento, onde é decidido fazer o golpe, e é aprovado o documento "O Movimento, as Forças Armadas e a Nação" – aí, é decidido nomear-se uma comissão de redação do Programa e voltar a contactar Costa Gomes e Spínola. Os dois em conjunto, mas com primazia a Costa Gomes, para que, desde que aceitassem o Programa, depois liderassem o processo). Foi lá defendido, pelos "spinolistas", que não havia que elaborar programa político e, explica Vasco Lourenço, (...) *porque temos um chefe e ele diz como é, e nós vamos atrás. Ele perde em toda a linha aí, tenta o 16 de março* [Intentona das Caldas], *forçando um pouco para aproveitar o enorme descontentamento devido à demissão do Costa Gomes e dele próprio, que eram os dois generais que nós tínhamos escolhido. Portanto, tentando aproveitar isso tudo, desencadeia-se o golpe. Vem a verificar-se que o fizeram em cima do joelho, fizeram-no mal, de forma muito incompetente e perderam*, diz Vasco Lourenço.

PROGRAMA DO MFA

Costa Gomes era o general a quem os Capitães tinham decidido entregar o poder. Nele confiaram até ao fim do PREC (novembro de 1975) e a ele entregaram o seu destino. No entanto, os generais acabam por se entender de outra forma e é António de Spínola quem vai assumir o cargo de Presidente da República. Costa Comes fica como CEMGFA. Se o primeiro queria sem dúvida o cargo que conseguiu sem a vontade do MFA, o segundo terá apreciado ficar com a força efetiva: o comando das Forças Armadas.
A posição de Spínola é desde logo de força, conforme já aludimos anteriormente e agora retomamos, através das palavras de Vasco Lourenço:
Logo no dia 25 de Abril, à noite, Spínola tenta rasgar de facto o programa político, do programa do MFA, como já referimos, - "Agora já não é preciso programa, já estamos aqui, já ganhámos, não é preciso programa." É-lhe dito claramente na Pontinha, na reunião da Comissão Coordenadora com o próprio: "Sr. general, se não quer o programa como está combinado, a porta de saída está ali, faça favor de sair, que nós ainda temos as forças na rua." E ele: "Não, não, não, o programa fica". Ele fez alterações, algumas sem autorização do Movimento.
O Programa do Movimento acabou por ser negociado com Spínola que na primeira declaração pública da Junta de Salvação Nacional afirma o desejo de uma nação "pluricontinental", que colide com a expressão da vontade pelos protagonistas do MFA no seu Manifesto relativamente à defesa da autodeterminação dos territórios coloniais.
Aliás, citando Pezarat Correia, no livro recentemente publicado por Maria Manuela Cruzeiro: *O programa do MFA era muito menos ousado do que o manifesto "O Movimento, as Forças Armadas e a Nação", em matéria de descolonização".*[5]
A esse propósito, será útil esclarecer como se

António Cotrim, Lusa

Como relembra Otelo Saraiva de Carvalho, as bases do Programa do MFA foram escritas por Melo Antunes, e com o apoio de camaradas seus, como testemunha Martins Guerreiro em cuja casa se desenvolveu parte importante do trabalho de elaboração do Programa

desenrolou o trabalho sobre o Programa.
Como relembra Otelo Saraiva de Carvalho, as suas bases foram escritas por Melo Antunes, e com o apoio de camaradas seus, como testemunha Martins Guerreiro (em cuja casa se desenvolveu parte importante do trabalho de elaboração do Programa).
Ainda segundo a informação de Otelo Saraiva de Carvalho, o Programa não foi discutido oralmente com Spínola, mas por escrito:
Melo Antunes deixou-nos, em casa de Vítor Alves, as bases programáticas que eu lhe tinha solicitado para ser o suporte político, programático, da ação militar que me propunha desenvolver. Depois, o Vítor Alves vai constituir um grupo político de redação, alteração possível do programa, dado que prevíamos a constituição de uma Junta de Salvação Nacional, e, portanto, esse programa precisava de ser discutido com os generais, ou pelo menos com os principais generais que o MFA já tinha escolhido para virem um dia a tomar parte nessa Junta, concretamente Spínola e Costa Gomes.
Otelo foi o portador dessas bases programáti-

cas que estavam na versão inicial, para o grupo "spinolista". Entregou-as ao major Carlos Morais, resumindo o que se estava a passar e pedindo que contactasse o General Spínola para lhe fazer chegar o documento, e se pronunciar juntamente com o seu grupo.

Otelo relata:

(...) de cada vez que eu levava, o Vítor Alves entregava-me o programa, ou as bases programáticas, eu levava-as ao Carlos Alexandre Morais, que reunia com o Spínola, mais um grupo, coronel Dias de Lima e outros oficiais spinolistas. O Spínola discutia com eles o assunto, fazia a leitura e depois fazia alterações. E era o próprio Spínola que, com a sua letra, à mão, as alterava e depois chegavam outra vez à mão de Alexandre Morais. Eu entregava-as outra vez ao Vítor Alves com aquelas alterações propostas pelo Spínola e pelo seu grupo. Com o grupo constituído pelo próprio Vítor Alves estudava as alterações, concordava com elas ou discordava, se discordava fazia uma contraproposta e, portanto, isto aconteceu quatro vezes até que se chegou a uma fórmula definitiva.

Em relação à questão da descolonização, era essencial não criar conflitos entre os generais e o MFA até à ação militar. Daí que tenha ficado, em relação à questão do Ultramar, uma ambiguidade na fórmula que foi finalmente proposta pelo Spínola e que acabou por ser aceite pelo grupo político encarregue do programa, liderado por Vítor Alves.

A ideia inicial do Melo Antunes, era o reconhecimento imediato do direito à autodeterminação, com todas as suas consequências, incluindo a independência, para as colónias. Era um facto objetivo e era a filosofia do MFA. Com as alterações propostas, o MFA acaba por aceitar a proposta do Spínola que diz, mais ou menos, em relação à questão ultramarina, "procurar-se-á uma solução que conduza à paz"; portanto, isto era a perfeita ambiguidade.

AS DIVERGÊNCIAS NO SEIO DAS FORÇAS ARMADAS APROFUNDAM-SE EM 1975, AQUANDO DA CRIAÇÃO DO GRUPO DE MILITARES DESIGNADO POR "GRUPO DOS NOVE", OS "MODERADOS", LEVANDO À RUTURA ENTRE ESTES E OS ELEMENTOS À SUA ESQUERDA APÓS A PUBLICAÇÃO DO CHAMADO "DOCUMENTO DOS NOVE"

MFA SEM IDEOLOGIA

Como vimos na descrição efetuada pelo coronel Vasco Lourenço, os militares engajados no processo que veio a desencadear o 25 de Abril não tinham todos os mesmos objetivos. Tinham, isso sim, alguns objetivos em comum. E foi o que havia de comum que permitiu o sucesso do golpe militar, e que constituiu uma espécie de "cimento", de "argamassa" aglutinadora que os envolveu.

Mas a metafórica argamassa quebraria com facilidade, significando que as brechas no interior do Movimento das Forças Armadas (MFA) iriam levar a uma sequência de ruturas.

Inicialmente, a rutura com os "spinolistas", após a manifestação de apoio de alguns setores conservadores da sociedade ao então Presidente Spínola, por ele convocada e designada por "maioria silenciosa" de 28 de setembro de 1974. Gorada esta manifestação, Spínola demite-se, e estará no golpe militar de 11 de março de 1975, a intentona para o golpe de estado.

De facto, nunca os "spinolistas" foram claros em relação à "democracia", nem à "liberdade" e muito menos relativamente ao tipo de "descolonização"; coincidiram apenas no considerar que a guerra colonial tinha de se resolver politicamente e não militarmente.

Os resultados das primeiras eleições legislativas em liberdade, de 25 de abril de 1975, exercerão pressão sobre o processo revolucionário efetivamente espoletado e vão clarificar o posicionamento ideológico da população portuguesa a nível político, perpassando o tecido económico e social, obrigando à tomada de decisões, de posições e de partidos (em todos os sentidos) que expõe toda a variedade da paleta ideológica do Movimento.

As divergências no seio das Forças Armadas aprofundam-se em 1975, aquando da criação do grupo de militares designado por "Grupo dos Nove", os "moderados" (surgido no início de agosto de 1975), levando à rutura entre estes e os elementos à sua esquerda após a publicação do chamado "Documento dos Nove". Este documento é apoiado pelo Partido Socialista, bem posicionado após a vitória nas eleições de 25 de abril de 1975.

De facto, e em síntese, as divisões ideológicas no interior do Movimento, após a rutura dos "spinolistas" (na sequência dos seus vários golpes) e na sequência dos acontecimentos do PREC, acabam por desembocar na divisão em vários grupos: por um lado, os "moderados", liderados pelos Nove, que como vimos colhem simpatias do Partido Socialista; por outro, os "gonçalvistas", tal como o nome indica, partidários de Vasco Gonçalves e que tinham ligações a simpatizantes e militantes do Partido Comunista, sem se identificarem necessariamente com este partido; e os "otelistas", à esquerda do PCP, mais heterogéneos, que tinham como referência Otelo Saraiva de Carvalho. Mas, o final do Processo Revolucionário em Curso (PREC) estava a caminho. O 25 de novembro de 1975 aglutinará acontecimentos cruciais do processo político-militar português de então, onde múltiplos cenários se desenharam, e onde todas as forças e correntes políticas confluíram nos seus planos e interesses. Não caberá, no entanto, aqui a sua abordagem.

Tentando compreender a identidade ideológica do MFA, é preciso não esquecer que o Estado Novo deixara marcas profundas na sociedade portuguesa. Os militares não escaparam, ob-

45 ANOS ABRIL 25 1974 2019
Associação 25 de Abril

INCM

45.º ANIVERSÁRIO
25 DE ABRIL

Versão corrente
(disponível)

Versão *proof*
(esgotada)

AUTOR JOSÉ AURÉLIO
MOEDA DE COLEÇÃO COMEMORATIVA
CASA DA MOEDA PORTUGAL

LISBOA
R. Escola Politécnica, 137
R. D. Filipa de Vilhena, 12 e 12-A

COIMBRA
Av. Fernão de Magalhães, 486

PORTO
R. Cândido dos Reis, 97

WWW.INCM.PT
moeda.apoiocliente@incm.pt

viamente, a isso. Referimo-nos às consequências da ausência de liberdade e de discussão, fomentadas inerentemente pelo regime da ditadura. Por exemplo, apenas uma pequena parte dos militares portugueses tinha formação académica superior que lhes permitisse participar e acompanhar a reflexão política que acontecia essencialmente na clandestinidade.

O que aqui no fundo nos interessa é que no contexto da ditadura, o estudo político, a cultura, não tinham tido incentivos ao seu esclarecimento e desenvolvimento, muito pelo contrário. Os militares sofreram por maioria de razão (como forças que sustentavam o regime), a esse nível, a mesma discriminação.

Na Marinha conseguiram formar um grupo que realizava encontros, eventos e estudos. Como nos dirá o almirante Martins Guerreiro, na Marinha, estes militares iam *lá para fora, tinham mundo*, e trouxeram-no cá para dentro, em plena ditadura. Literalmente, com os livros que traziam das suas viagens, e que assim entravam clandestinamente no país.

Esta noção da necessidade de mais cultura política é clara no lamento de Otelo Saraiva de Carvalho (estratega da ação do 25 de abril de 1974), quando diz que, se a tivesse tido, poderia ter sido "o Fidel Castro da Europa", frase conhecida deste protagonista.

Por fim, importa recordar que as razões essenciais da fragmentação da ditadura portuguesa se estendem por um império colonial que vinha sobrevivendo com sucessivas fraturas. As circunstâncias das guerras coloniais e as reforçadas lutas de libertação permitiram o eclodir do golpe/revolução do 25 de Abril, perpetrado pelo Movimento das Forças Armadas.

A este tema, e ainda associado à identidade político-militar do MFA, ao 25 de Abril e ao PREC, consideramos sempre importante que se possa voltar "A Várias Vozes".

---

1 In Os movimentos de libertação face à perspetiva de uma Revolução em Portugal, http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=th9
2 Frente de Libertação de Moçambique
3 http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223379275O6tBL0an1Az23CC9.pdf
4 http://www.cart1525.com/gouveia/resposta.pdf
5 In, Pezarat Correia, Do lado certo da História, Ed. Âncora, dez de 2018, p. 167

Direitos Reservados

Foram distribuídas diplomas e lembranças a todos os jovens participantes e as suas reacções foram muito positivas.

Direitos Reservados

Participaram cerca de uma centena e meia de jovens, em 33 embarcações de treino de vela, duas embarcações tradicionais do Tejo e sete botes a motor

FESTA NÁUTICA JOVEM

2ª edição foi realizada este ano em Oeiras, na Frente Marítima, entre o Porto de Recreio e a Praia de Santo Amaro de Oeiras

O 25 DE ABRIL foi celebrado pelos jovens na 2.ª edição da Festa Náutica Jovem, este ano em Oeiras, na Frente Marítima entre o Porto de Recreio e a Praia de Santo Amaro de Oeiras. Integrada nas comemorações dos 45 anos do 25 de Abril de 1974 e organizada pela Associação 25 de Abril, pela Escola Básica e Secundária de Carcavelos por intermédio do Centro de Formação Desportiva de Canoagem e Vela do Desporto Escolar e pelo Agrupamento 797 de Escuteiros Marítimos de Nova Oeiras do Corpo Nacional de Escutas, a Festa Náutica Jovem realizou-se na manhã do passado dia 27 de Abril. Teve o apoio imprescindível da Câmara Municipal de Oeiras, da Oeiras Viva – Oeiras Marina, do Grupo de Amigos do Museu de Marinha – GAMMA e da Associação Náutica ANCORAS.
Participaram cerca de uma centena e meia de jovens, em 33 embarcações de treino de vela, duas embarcações tradicionais do Tejo e sete botes a motor. O 25 de Abril de 1974, e em particular a forma como foram estabelecidas as comunicações entre as forças militares no estuário do Tejo, foi evocado junto "À Porta do Mar – Nave Visionista" na Praia de Santo Amaro de Oeiras pelo Militar de Abril, Comandante Carlos Almada Contreiras.
Foram distribuídas diplomas e lembranças a todos os jovens participantes e as suas reacções foram muito positivas. Para além da evocação do 25 de Abril, para todos foi uma oportunidade de prática de vela que nem sempre é possível nas actividades regulares dos Escuteiros Marítimos de Nova Oeiras e do Centro de Formação Desportiva de Canoagem e Vela de Cascais. Para estes últimos, foi também a oportunidade de fazerem duas viagens excelentes, bem aproveitadas pelos alunos, entre Cascais e Oeiras.
A 3ª edição da Festa Náutica Jovem, em 2020, terá lugar em Cascais. Até para o ano!

NOTÍCIA

NOMEN PINTA MURAIS COMEMORATIVOS DO 25 DE ABRIL

Direitos Reservados

Dois murais de arte urbana alusivos ao 25 de Abril foram pintados por Nomen (*aka* de Nuno Reis) nas paredes laterais do túnel da Rua de Aljubarrota , junto ao Inatel, em Oeiras
Os murais com cerca de 120 metros quadrados cada e concluídos em Agosto passado, são o resultado de uma parceria da Câmara Municipal de Oeiras e da Associação 25 de Abril (Núcleo de Oeiras-Cascais), para no âmbito das comemorações do 45.º aniversário do 25 de Abril colocar em local público do concelho uma ilustração simbólica de um dos mais importantes acontecimentos da História de Portugal.

MFA EM MOÇAMBIQUE

O livro *O MFA em Moçambique – do 25 Abril à Independência* foi lançado ao público na sede da A25A a 19 de Junho. Publicamos nesta edição de *O Referencial* o texto com que Aniceto Afonso, o autor livro, agraciou todos os que marcaram presença na apresentação da obra. Trata-se de um contributo para melhor se compreender a dinâmica da descolonização, um período denso de que os militares de Abril foram protagonistas

ANICETO AFONSO

POR QUE RAZÃO PUBLIQUEI este livro? Para dar testemunho de uma experiência única; Para dar continuidade ao anterior livro *O Meu Avô Africano*, publicado já lá vão 10 anos; Para contribuir para o esclarecimento de um período denso, de que nós, militares de Abril, fomos protagonistas; Para transmitir a minha memória de um processo intenso, acompanhando a transferência da soberania de Portugal para o novo poder moçambicano.

COMO SE LÊ?

O relato, como digo na *Nota do autor*, tem três níveis de leitura.

Julgo que o mais importante é constituído pelos documentos transcritos, cujos originais (ou cópias da época) se encontram, na grande maioria, no meu arquivo que vai ser depositado no Arquivo Histórico Militar.

O segundo nível de leitura remete para a minha memória dos acontecimentos, com tudo o que caracteriza um relato pessoal de factos do passado, pois hão-de encontrar-se lembranças, mas também esquecimentos, com as lacunas que lhe são naturalmente inerentes.

O terceiro nível aponta para as dúvidas, as interrogações, as incertezas, que eu e o meu amigo João, oficial miliciano, vamos abordando, em conversas informais.

Mas se os documentos são importantes e até podem passar-se à frente numa leitura mais rápida, a memória pessoal é o centro da acção. Queria dizer-vos, claramente, que foi assim que eu vivi o fim do império português da África Oriental. Esse regresso da aventura marítima já eu o tinha discutido com o meu avô Artur, no livro "O Meu Avô Africano". Completo-o agora e ponho-lhe um ponto final, enquanto envolvimento pessoal.

Parece-me hoje que fiz o que devia fazer, em conjunto com todos os meus companheiros desta singular vivência.

PROTAGONISTA PRINCIPAL

Ainda uma séria palavra sobre o meu protagonismo. Ao longo do relato poderá por vezes parecer que assumo o papel principal. Não é verdade. Nunca estive sozinho, fizemos tudo em conjunto, MFA e Forças Armadas, comandantes e subordinados, oficiais, sargentos e soldados. E também com as comunidades do Moçambique que existia e do Moçambique que deixámos.

AS NOSSAS PREOCUPAÇÕES

Sempre tivemos a noção de que estávamos atrasados no tempo. Mas sempre tivemos a prudência de contar com a complexidade da situação da região, onde se jogava muito mais do que um só processo de transição. Nunca deixámos de ter em conta, para cada passo, as repercussões que as decisões em Moçambique lançavam para lá das fronteiras. Mas só muito tarde o nosso desassossego começou a serenar.

Os portugueses de Moçambique foram outra

Direitos Reservados

das nossas constantes preocupações. Era uma comunidade muito especial, com fundas ligações à África do Sul e à Rodésia, mas muito afastada da realidade da questão moçambicana essencial – a solução para a guerra. Esperou sempre, para além mesmo da hora final, por uma solução milagrosa, algo que viesse de fora. Não pudemos fazer muito para responder aos seus tardios anseios. Convivemos com o seu desespero, sem grandes alternativas, porque o tempo tardio afetou todas as soluções.

Os militares das forças armadas portuguesas,

mais de 50 000, que estavam em Moçambique em 25 de Abril, foram, daí em diante, uma preocupação sempre presente. Tínhamos a consciência da sua vulnerabilidade e da nossa responsabilidade. Esforçámo-nos, mas ainda morreram 200 militares portugueses depois do 25 de Abril. É um peso que persiste.
Outra questão sempre presente tem a ver com a FRELIMO.
Seria a FRELIMO capaz? Estaria a FRELIMO preparada? Essa foi uma dúvida que nunca deixou de nos incomodar, mas tivemos de viver com ela, sem uma resposta definitiva.
Por isso, a nota de autor, que nesta breve apresentação tenho seguido, acaba com uma última lembrança: terminámos inquietos, mas conscientes do nosso esforço, da nossa participação, esperançados de que, passada a tormenta, melhores dias viriam, e que as relações de Portugal e Moçambique, enquanto países iguais, seriam no futuro promissoras e fraternais.
Se os governos dos dois países souberam, depois dos acontecimentos que aqui relato, aproveitar as condições e resolver as dificuldades são já problemas para outros se pronunciarem.

QUEM É QUEM?

Queria referir alguns nomes que distingo, mas não me atrevo, pois iria sempre deixar alguns de fora.
Gostaria apenas de lembrar alguns amigos que já nos deixaram. Do lado da FRELIMO, o seu presidente, Samora Machel, personalidade fascinante e interveniente decisivo no processo de transição; e o seu amigo e conselheiro Aquino de Bragança, a quem o MFA de Moçambique muito ficou a dever, como personalidade cosmopolita e equilibrador de conflitos. Do nosso lado, Victor Crespo, alto-comissário e comandante-chefe deste intenso período, que foi o homem certo no lugar certo, a quem Portugal e também Moçambique muito devem; ainda o coronel Sousa Meneses, enviado de Portugal para serenar os ânimos, acabou por constituir a ponte entre o MFA e as chefias, porque compreendeu como poucos o que estava em causa. Finalmente, o meu amigo Carlos Camilo, um dos capitães de Abril que acompanhou Victor Crespo, com quem partilhei, durante a transição e sobretudo depois, várias missões a Moçambique e de quem guardo memórias inesquecíveis. Noutro nível, também devo uma palavra ao meu amigo João, pois me acompanhou sempre, desde o início ao fim desta memória que hoje lançamos. Foi uma bela convivência, que espero todos apreciem.
Finalmente, permitam-me que vos diga, e distingo os mais jovens, que, por longa que seja a duração dos impérios, eles acabam por ruir e poucas vezes se conseguem evitar fases de grande violência. As marcas acompanham gerações, incapazes de superarem os traumas que fazem parte da sua vida. O mundo, o mundo que todos os dias se reconstrói, não espera por ninguém.
No futuro sejam verdadeiramente inovadores, não deixem ninguém de fora, tenham consciência de que estão no limiar de uma realidade nunca acontecida, na relação do homem com os recursos do planeta. Julgo que é esse o grande desafio deste tempo.

AGRADECIMENTOS

Há agradecimentos que nunca são demais. Porque há pessoas que nos proporcionam estes momentos de partilha e convívio.
Em primeiro lugar, todos aqueles que responderam ao nosso convite e que estão aqui connosco nesta sala. Obrigado pela vossa amizade, pela vossa curiosidade, pela vossa disponibilidade. Os leitores, aqueles que se dispõem a receber a mensagem, são a pedra angular da comunicação através dos livros. Nunca deixem de nos acompanhar. Muito obrigado.
Em segundo lugar, o editor, aqui representado pelo Dr. Fernando Mão de Ferro, responsável da Colibri. Muito obrigado a si e à sua equipa. Distingo também a Raquel Ferreira, autora da capa. Englobo o meu amigo Almada Contreiras neste abraço de gratidão. Ele dirige a colecção "Memórias de Guerra e Revolução" e nunca deixou de pacientemente me desafiar a terminar este livro, que fazia falta, dizia ele. Mas nunca me pressionou, aceitou sempre os meus prazos alargados. Felizmente também andou envolvido em outros projectos muito interessantes e valiosos. Obrigado da minha parte.
Agradeço também a presença dos representantes de Moçambique, que aqui simbolizam a ligação a um tempo em que, todos juntos, fomos protagonistas da nossa história comum.
As minhas palavras seguintes são para os meus camaradas que estão aqui na mesa comigo.
O Jorge Golias escreveu o Prefácio e ainda disse aqui umas sinceras e comoventes palavras. Ele publicou, nesta mesma colecção, o seu livro sobre a descolonização da Guiné. Fui eu que o apresentei no lançamento e tudo o que aí disse se mantém. Não lhe pedi que saldasse a dívida. Disse-lhe simplesmente que gostaria que fosse ele a fazer o prefácio deste livro, porque eu sabia que ele seria a pessoa mais apetrechada para o compreender. Sei que não estava errado. Só me resta agradecer-lhe publicamente. Obrigado pela tua amizade e pela tua capacidade de me entender.
O Carlos de Matos Gomes é para mim, a pessoa certa no lugar certo, seja ele qual for. Eu tenho a ideia de que o Carlos resolve bem qualquer situação. Não sei se ele tem essa ideia acerca de si próprio. Mas é isso o que eu aprendi na minha relação com ele. Conhecemo-nos há muitos anos e trabalhamos juntos desde há muito tempo. Fizemos trabalhos que se constituíram em referência, o que não seria possível sem os dois. Por isso é natural que eu lhe pedisse para assumir mais esta apresentação, que ele fez com o brilho que lhe é habitual. Obrigado, caro amigo, camarada e companheiro de escritas. Fiquei muito sensibilizado.
Falta o agradecimento à A25A e ao nosso presidente, Vasco Lourenço. Este é também o meu lugar de eleição. É aqui que me sinto bem. E isso também se deve ao Vasco Lourenço, meu camarada desde a Academia Militar, vai para 60 anos. Tanto antes como principalmente depois do 25 de Abril, nunca deixámos de andar juntos. Obrigado a ti e à Associação 25 de Abril.

Obrigado a todos.

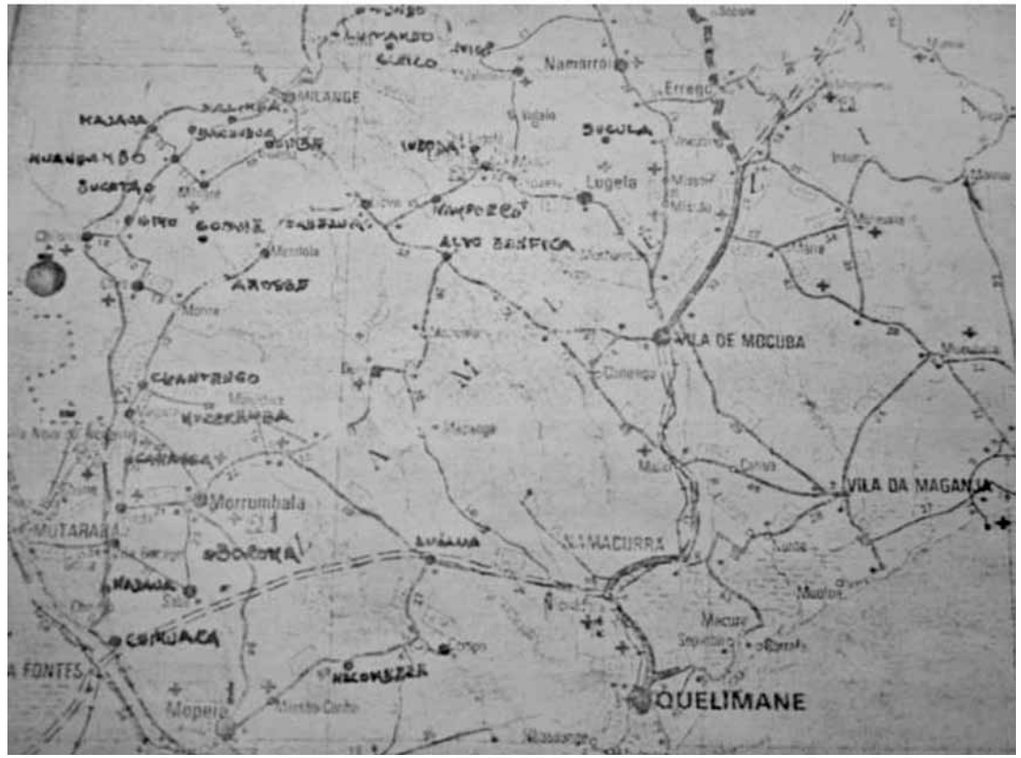
REENCONTRO COM A HISTÓRIA

Teve finalmente início a "Operação Bossane". Há 45 anos que aguardava uma oportunidade para a desencadear, talvez por não estar seguro quando à possibilidade de a concretizar. A publicação do livro *O MFA em Moçambique, do 25 de Abril à independência*, de Aniceto Afonso, foi o ponto de partida. Tenho de encontrar alguém que me terá salvo a vida

MANUEL MARIA MARTINS LOPES

NO DIA 25 DE ABRIL encontrava-me no Comando da Polícia da Zambézia, com sede em Quelimane, dispondo de um vasto dispositivo policial, à base de Polícia Móvel (Metropolitana), polícia moçambicana e milícias.
O distrito da Zambézia, no coração de Moçambique, era considerado uma zona de descanso para as unidades militares no final da comissão, vindas nomeadamente dos Distritos do Niassa e Cabo Delgado.
Tinha conhecido o Capitão Victor Alves, em Angola, em 1967 e 1968, comandando a C. Caç 1779, onde fui colocado como seu Adjunto. Na Neriquinha, Cuando Cubango, nas noites das Terras do Fim do Mundo, alertara-me:
- Não te entusiasmes! Eu já estou na terceira Comissão! Esta situação não tem futuro!...
Não foi assim para mim surpresa o protagonismo assumido pelo Major Victor Alves no eclodir do 25 de Abril, que contactei de imediato, pedindo-lhe conselho, se devia ou não regressar a Lisboa.
- Não, o teu lugar é precisamente aí!...
O 25 de Abril iria ter um impacto extraordinário nos militares estacionados na Zambézia, especialmente em Mocuba e Milange, perspectivando a curto prazo o fim da guerra e o regresso antecipado à Metrópole. Também isso se reflectiu na sua capacidade de prontidão operacional e na manutenção das mais elementares formas de vigilância.
Numa das muitas deslocações habituais entre Milange (Na fronteira com o Malawi), e Mocuba (No centro da Zambézia e sede do Comando do Batalhão) os militares auto convenceram-se que já não era necessário levarem as armas em po-

Direitos Reservados



Direitos Reservados

Dispositivo policial na Zambézia

sição de reação rápida, desleixando a prontidão da resposta face à eventualidade de um ataque.
A 15 de julho de 1974, um grupo da FRELIMO, cuja entrada na Zambézia já tinha sido detectada, provoca uma emboscada a uma coluna militar que circulava entre Milange e Mocuba de que resultaram cinco mortos.
A surpresa foi total.
As autoridades militares e civis questionaram-se de imediato sobre o que fazer, levantando a hipótese de que o grupo da FRELIMO não soubesse que o 25 de Abril tinha acontecido, tornando-se pois necessário tentar o seu contacto.
Foi assim proposto ao Comando da Polícia da Zambézia tentar realizar esse contacto, apoiado na sua vasta rede policial.
Conhecendo que na Polícia da Zambézia, entre a Polícia moçambicana e os milícias existiam simpatizantes da FRELIMO, ainda que não abertamente activos, não foi assim difícil contactar um desses elementos prestando serviço num dos postos policiais do interior, para tentar o contacto com o Comandante da FRELIMO que tinha entrado na Zambézia.
Garantida a viabilidade da execução do encontro, comuniquei a minha disponibilidade ao Governador de Distrito, Coronel Nascimento Garcia, em Quelimane, e ao Comandante do Batalhão, em Mocuba, recebendo deles o seu acordo tácito.
A pedido do governador de Distrito foi solicitada a vinda da Beira de um helicóptero civil, para a realização deste encontro de alto risco.
E, na companhia do piloto, desconhecedor da verdadeira motivação da viagem, descolámos de manhã do aeroporto de Quelimane até ao Posto Policial do Alto Benfica, situado entre Mocuba e Milange, numa distância aproximada de 200 km.

AQUANDO DA ASSINATURA DO ACORDO DE LUSACA, A FRELIMO NÃO DISPUNHA NA ZAMBÉZIA NEM DE QUADROS NEM DE SIMPATIZANTES QUE LHE PERMITISSEM UM CONTROLE EFICAZ DA SITUAÇÃO

Ainda pedi ao piloto para que voasse o mais alto que fosse possível para diminuir o risco de sermos abatidos, ainda que na aproximação final ao posto policial estivéssemos facilmente vulneráveis, como mais tarde vim a confirmar.
Foi mais de uma hora de ansiedade e de esperança, durante a qual me foi dada também oportunidade de pilotar pela primeira vez um helicóptero.
– Vai dar certo esta iniciativa?- várias vezes me interroguei, contrapondo com um personagem criado na adolescência, o Riama, opositor a qualquer forma de guerra.
Vários cenários me passaram pela mente enquanto a vista tentava descobrir as principais referências no terreno. **O ruído do motor parecia abafar as interrogações** mais pessimistas que iam surgindo, sublimadas na imaginação de um Riama vencedor.

Direitos Reservados

Direitos Reservados

Direitos Reservados

Direitos Reservados

À minha espera no Posto Policial de Alto Benfica, lá estava o Comandante do Posto e os milícias.
Perguntei pelo Comandante da FRELIMO.
– Está dentro do Posto, meu Comandante.
E lá se encontrava, desarmado como tínhamos combinado, o jovem comandante da FRELIMO, cumprimentando-nos e agradecendo mutuamente a realização do encontro, como se já nos tivéssemos conhecido.
À minha apresentação ele correspondeu com a sua identificação:
– Álvaro Bossane!
Sentámo-nos sozinhos à volta de uma pequena mesa.
De imediato lhe fiz saber do motivo do meu pedido de encontro, e, em especial, confirmar se estava ao corrente dos acontecimentos ocorridos em Portugal.
A sua reação de estranheza foi total.
– Pois é por isso que aqui estou, para chamar a atenção para a atitude dos nossos militares que foram vítimas da vossa emboscada, sem cuidarem da sua própria segurança. É que para eles a guerra acabou!...- tentei justificar a situação.

Direitos Reservados

Com Araújo Bossane, o Comandante do Posto Policial de Alto Benfica e mais um elmento da Polícia moçambicana

Levava comigo umas imagens do 25 de Abril em Portugal para explicar a mudança de regime que tinha ocorrido.
– Não sei de nada!...- comentou algo embaraçado Álvaro Bossane.
E continuei:
– A minha vinda aqui destina-se não só a esclarecer sobre a situação vivida em Portugal, mas também a evitar, aqui na Zambézia, os confrontos entre os militares portugueses e os guerrilheiros da FRELIMO, pois no horizonte próximo estão as negociações que hão-de conduzir à paz definitiva, à independência de Moçambique.
– Sim, compreendo, mas não posso decidir nada, vou comunicar aos meus chefes!- garantiu-me o Comandante Araújo Bossane.
Aproveitei também para chamar a atenção para a existência do dispositivo policial em toda a Zambézia, mostrando-lhe quão pouco sensato estava a ser o assalto da FRELIMO a alguns postos policiais, retirando as armas Mauser aos milícias.
– No Futuro estado moçambicano a Polícia será sempre necessária! - insisti.
Araújo Bossane também se mostrou sensibilizado para a manutenção do dispositivo policial, prometendo não atacar e desarmar mais postos policiais.
E foi num ambiente francamente cordial que saímos para o exterior do posto policial, onde já se tinham juntado muitos elementos da população, atraídos pela chegada do helicóptero.
Quer eu, quer o Araújo Bossane sentimos que devíamos justificar a razão do nosso encontro.
Falei sobre as expectativas de Paz e mudança decorrentes dos acontecimentos do 25 de Abril em Portugal, a que Moçambique não ficaria imune. Por sua vez, Araújo Bossane esclareceu que a luta da FRELIMO era contra o colonialismo, não era contra o povo português e por isso terminou a sua intervenção com a frase:
– Viva a amizade e solidariedade com o povo português!...- gritou de punho erguido.
– Viva!- responderam todos sem distinção.
Acabara de ter lugar o primeiro comício luso-moçambicano após o 25 de Abril.
De regresso a Quelimane dei conta do resultado da viagem ao Governador Civil, Coronel Nascimento Garcia e ao Comando militar em Mocuba e das expectativas de ter contribuído para a realização informal de um cessar-fogo na Zambézia.
E com que ansiedade aguardei os dias seguintes para verificar se não havia confrontos.
De facto cessaram a partir daquele encontro no Alto Benfica quaisquer ataques a militares ou elementos policiais.
Seguiu-se mais tarde o convite dos militares de Milange aos elementos da FRELIMO de que resultou um encontro no interior do quartel e a confirmação do cessar das hostilidades.
Em contraste com outras regiões de Moçambique, a Zambézia não registaria mais qualquer incidente violento, apesar da situação de indefinição que se viveu até final de julho e a concretização das negociações com a FRELIMO traduzidas no Acordo de Lusaca em 8 de Setembro de 1974.

EM CONTRASTE COM OUTRAS REGIÕES DE MOÇAMBIQUE, A ZAMBÉZIA NÃO REGISTARIA MAIS QUALQUER INCIDENTE VIOLENTO, APESAR DA SITUAÇÃO DE INDEFINIÇÃO QUE SE VIVEU ATÉ FINAL DE JULHO E A CONCRETIZAÇÃO DAS NEGOCIAÇÕES COM A FRELIMO TRADUZIDAS NO ACORDO DE LUSACA EM 8 DE SETEMBRO DE 1974

AMEAÇADO POR UMA CRIANÇA

Iniciava-se o período de transição e com ele a necessidade da FRELIMO de estender o seu dispositivo a todo o território, dando início paulatinamente à transferência de poderes das autoridades portuguesas para a FRELIMO, como legítimo representante do futuro poder em Moçambique.
Na Zambézia continuou a viver-se uma situa-

Direitos Reservados

Militares portugueses e quatro elementos da FRELIMO reunidos em Milange

ção de total tranquilidade. O dispositivo policial era a face mais visível do poder português, nomeadamente após a retirada das unidades militares de Milange e Mocuba.

Sucediam-se por todo o lado as sessões de esclarecimento da FRELIMO:

A inauguração da Sala de Convívio 25 de Abril no Comando da Polícia da Zambézia, no primeiro aniversário do 25 de Abril, era a expressão das boas relações existentes entre as autoridades portuguesas e a FRELIMO ali representada pelo Governador Bonifácio Gruveta.

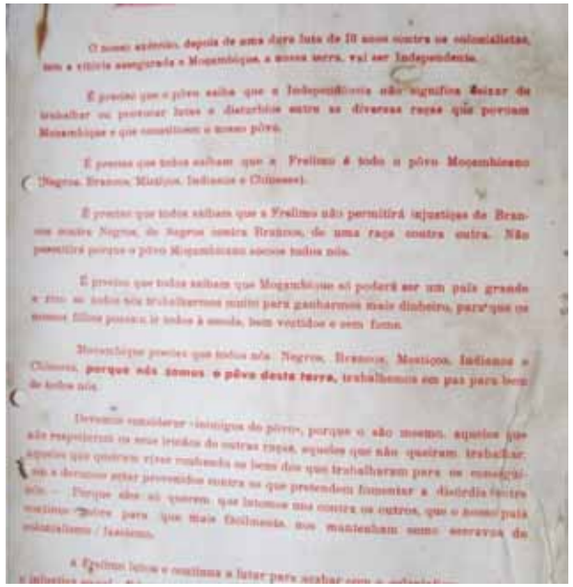
A realização do primeiro Curso de alistados para a Polícia demonstrava também o grau de cooperação em curso.

Mas, nem tudo correu bem.

Aquando da assinatura do Acordo de Lusaca, a FRELIMO não dispunha na Zambézia nem de quadros nem de simpatizantes que lhe permitissem um controle eficaz da situação em geral, o que favoreceu o aparecimento de aderentes das mais diversas condições que vieram preencher o vazio das carências de natureza humana que se verificavam.

Mas, se para algumas tarefas esses aderentes de última hora preenchiam as necessidades da FRELIMO, situações houve em que a tragédia poderia ter acontecido por terem sido entregues armas a jovens, atribuindo-lhes missões de vigilância ou segurança para as quais não se encontravam minimamente preparados.

Como Comandante da Polícia tinha o hábito de



Direitos Reservados

Direitos Reservados

Inauguração da Sala Convívio 25 de Abril, na sede do Comando da Polícia, em Quelimane, na presença do Governador da FRELIMO, Bonifácio Gruveta

ir dar uma volta de carro no fim do dia, à civil, no Toyota azul que o Sub-chefe Silvestre me tinha trazido de Lourenço Marques.

Daquela vez dirigi-me até ao aeroporto, àquela hora encerrado, a poucos quilómetros da cidade de Quelimane.

Sensivelmente a meio do percurso irrompe a correr de entre os coqueiros uma criança, que não teria mais de 12 anos, apontando-me uma Kalashnikov com o dedo no gatilho, colocando-se à frente do Toyota e obrigando-me a parar. Aproxima-se de mim ameaçadoramente:

– Sai, sai, levanta braço!- ordenou.

Obedeci-lhe prontamente com a sensação que a minha vida caminhava para um triste desenlace, pois a criança continuava tão ou mais nervosa do que eu, com a diferença que tinha uma arma pronta a disparar.

– Para onde ias?? O que andas a fazer??- pergunta.

– Camarada! Sou o Camarada Comandante da Polícia!...

– Não chames Camarada! Não conheço Comandante da Polícia! És reacionário!...- continuava de arma pronta a disparar, com o dedo trémulo sobre o gatilho.

– Sou amigo do Camarada Governador Bonifácio Gruveta!- tentei encontrar algum refúgio no conhecimento dos mais destacados quadros da FRELIMO.

Direitos Reservados

Bonifácio Gruveta, da FRELIMO, Governador da Zambézia, recebendo um cravo na inauguração da Sala Convívio 25 de Abril

Direitos Reservados

No Toyota da Polícia

– Não conheço!
– Sou amigo do Camarada Joaquim Maquival!- uma nova referência de um quadro provincial para ver se conseguia sair daquele imbróglio.
– Não conheço!- continuava firme na sua posição ameaçadora.
O desespero apoderava-se rapidamente de mim enquanto desviava o olhar para o alto dos coqueiros que bordejavam o acesso ao aeroporto.
Pensei na Família, no filho que tinha sido gerado em Quelimane e que tinha ido nascer a Lisboa.
Parecia estar a olhar uma última vez para aqueles coqueiros que ladeavam ambos os lados da estrada, que não mais veria um "chuabo" que lá longe nascera em 17 de outubro de 1974 e me esperava, que iria ser atingido por um tiro ou uma rajada que me iria silenciar a existência, sem apelo nem agravo, naquele ermo que parecia também expectante.
De braços levantados sem saber mais que fazer para convencer aquela criança sobre quem eu era, o que fazia e o que ainda queria fazer pelo seu país, quando me lembrei no último momento de avançar com o nome do Comandante da FRELIMO que tinha contactado no Posto policial de Alto Benfica, aquando da viagem de helicóptero.
– Eu conheço também Araújo Bossane! Estive com ele em Alto Benfica!...
– Tu conhece Araújo Bossane? Ele é o meu Comandante! Foi ele que me deu esta arma para vigilância do aeroporto e não deixar aproximar ninguém! – exclamou aliviado e sorridente o jovem, abandonando de imediato o seu ar ameaçador, deixando de me apontar a arma.
Respirei de alívio quando logo a seguir me diz:
– Pode seguir! Pode seguir!...
Acabara de passar pela pior das situações em

Direitos Reservados

Aeroporto de Quelimane

nada comparável às vividas no próprio teatro de guerra com os meus soldados.
Entrei de novo no carro e inverti de imediato a marcha, apressando-me velozmente até casa do Governador Bonifácio Gruveta que lamentou o sucedido, prometendo tomar medidas adequadas, que só se viriam a concretizar plenamente com a chegada ao Comando da Polícia de um quadro da FRELIMO para sobreposição de funções e actividades, o João Honwana, e a criação de patrulhas conjuntas, da Polícia e da FRELIMO.

EM BUSCA DE BOSSANE

Passados 45 anos, despertado deste longo "torpor" com a publicação de Aniceto Afonso, *O MFA em Moçambique, do 25 de Abril à independência* senti que era chegada a hora para iniciar a "Operação Bossane".
Fiquei sempre com a ideia que a invocação de Araújo Bossane naquela ronda pelo aeroporto me terá salvo a Vida. É uma dívida de gratidão que ainda gostaria de saldar.
– Tenho que o encontrar! Será que ainda está vivo?!...
De imediato pedi a ajuda do Brigadeiro Celestino Anjas, natural de Moçambique, presente na apresentação daquele livro:
Caro Senhor Brigadeiro Celestino Anjas:
Na sequência do nosso encontro na Associação 25 de Abril, venho por esta via solicitar as suas inestimáveis diligências tendo em vista a localização e o endereço de Araújo Bossane, com quem tive um encontro no Posto Policial de Alto Benfica, na Zambézia, em 1974, logo a seguir ao 25 de Abril em Portugal. O Comandante Araújo Bossane tinha entrado há pouco tempo na Zambézia com um grupo de guerrilheiros da FRELIMO. Deve ter sido o primeiro comício da FRELIMO, em Moçambique, após o 25 de Abril!...
Grato pela atenção e disponibilidade apresento os melhores cumprimentos
Manuel Martins Lopes
Coronel de Inf. na reforma

Anexo Fotos desse histórico encontro.
O Brigadeiro Celestino Anjas logo me respondeu, numa demonstração que a primeira diligência efectuada tinha sido bem encaminhada:
Bom dia, procurarei o endereço, e darei notícias dele assim que eu conseguir.
E obrigado pelas fotos que facilitarão a identificação do vosso encontro em anos longínquos.
Um forte abraço Sr. Cor na Reserva.
Ao reencontro do Passado no dia em que se comemora o 44º Aniversário da independência de Moçambique.

AINDA A DESCOLONIZAÇÃO DA GUINÉ BISSAU

O livro *A Descolonização da Guiné Bissau e o Movimento dos Capitães* vai fazendo o seu caminho, numa 2.ª edição rara para um livro de História e que talvez ainda chegue à 3.ª com mais matéria para contar sobre a História comum de Portugal e Guiné-Bissau. Este artigo vem na continuidade da apresentação desta obra (ver *O Referencial* n.º 123) e da clarificação de algumas passagens feita por um dos intervenientes, Francisco Fadul, então um jovem do PAIGC

JORGE SALES GOLIAS

OFERECI UM EXEMPLAR DO LIVRO *A Descolonização da Guiné Bissau e o Movimento dos Capitães* ao comandante Pedro Pires, líder do PAIGC e depois presidente da República de Cabo Verde. Pedi-lhe que publicasse as suas memórias (há muito anunciadas) para que surja a visão do outro lado, eventualmente geradora do contraditório, para uso dos historiadores que um dia contarão esta História com mais objectividade. Respondeu-me com simpatia, mas sem se comprometer com qualquer publicação. Já lá vão dois anos.

Ofereci um segundo exemplar a um dos protagonistas do período de transição em Bissau, o Francisco Fadul que, com Aristides Meneses, fundou naqueles dias de brasa após 25 Abril a CJUPP – Comissão da Juventude para a União e o Progresso dos Povos. Sendo pró PAIGC, foi postergada e acusada de colaboracionismo, passando os seus fundadores por maus bocados e com perigo de vida. Mas, mais tarde o Fadul, já licenciado em Ciência Política, em Portugal, regressou e seguiu carreira política, fundando um partido político, através do qual chegou a primeiro-ministro da G/B.

Para melhor compreensão do que se segue aqui se regista uma pequena biografia do Dr. Francisco Fadul:

Nasceu em Mansoa, 1953. Dupla nacionalidade. Fundador da CJUPP. Licenciado em Ciência Política pela Lusófona. Chefe de Gabinete do Ministro da Educação e Cultura. Director da Escola de Direito de Bissau. Assessor da PR. Primeiro-Ministro da G/B, 98-2000. Presidente do Partido Unido Social-Democrata. Conselheiro pessoal do PR (2005-2006). Presidente do Tribunal Contas (2007-2011). Membro da Comissão Internacional da UNESCO para a Paz no Mundo. Presidente do PADEC-Partido para a Democracia, Desenvolvimento e Cidadania. Embaixador para a Paz da Federação para a Paz Universal da ONU (Membro Observador do Conselho Económico e Social da ONU). Doutor Honoris Causa em Ciência Política pela Universidade de Sancti Cyrilli, de Malta e Itália. Mestre em Socio-economia Política. Doutor Honoris Causa em Sociologia pela Cypress University, com sede no Texas, EUA, através do seu polo para a África, Médio Oriente e Ásia em Lilongwe, Malawi. Doutorando Ph.D. em Filosofia aguardando a Defesa da Tese. Dois anos de três, do curso de Teologia Cristã Evangélica.

Depois da leitura do livro, Francisco Fadul respondeu-me com um texto de comentários

Direitos Reservados

Francisco Fadul, antigo Primeiro Ministro da Guiné-Bissau, vive actualmente em Portugal

eventualmente interessantes para os leitores de *O Referencial*. Ei-lo, nos aspectos essenciais: Mais uma vez quero agradecer-lhe a amabilidade de me ter oferecido o seu inestimável livro *A Descolonização da Guiné-Bissau e o Movimento dos Capitães*, de agradável e séria leitura, um verdadeiro documento – talvez único! – para a historiografia do processo de descolonização da Guiné-Bissau, nomeadamente no que respeita ao período imediatamente anterior ao 25 de Abril de 1974 (data do derrube do fascismo em Portugal) até à transferência da administração portuguesa do território para as autoridades internacionalmente reconhecidas como legítimas no novo Estado.
Sobre o livro, eis o meu comentário, que entendi dever oferecer-lhe:

MAS O PAIGC NÃO TINHA REGISTOS E TUDO SE PASSAVA NA ORALIDADE, INFORMANDO OS LÍDERES A RESPEITO DA MILITÂNCIA DE QUEM QUERIAM OU NÃO INFORMANDO, POR FALTA DE VONTADE OU DE CONEXÃO COM A DIRECÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Sou testemunha e participante activo desse processo, em que o conheci e lhe ganhei amizade e respeito pela verticalidade e isenção que demonstrava e que muitas vezes me faziam confundi-lo com qualquer um outro guineense empenhado na causa da descolonização, tal era a sua rigorosa visão do lado certo da História no percurso que então escrevíamos.
Foi aliás essa sua postura e entendimento das coisas (obviamente também do Movimento dos Capitães) que consolidaram em mim a convicção de que o futuro das relações entre a Guiné-Bissau e Portugal, entre guineenses e portugueses, só poderia vir a ser auspicioso, tal como previra Amílcar Cabral na sua douta clarividência,
Por tudo isso, o seu livro prendeu-me do princípio ao fim. Mais, sem que o pudesse saber de antemão, com o seu livro clarificou historicamente a genuinidade da minha adesão ao PAIGC e da acção da CJUPP como braço político pró-PAIGC naquele processo, facto que muitos dirigentes do PAIGC das zonas ainda sob controlo da administração portuguesa (as urbanas, em particular a de Bissau ou "Zona Zero" para o PAIGC) quiseram negar, apenas porque, por medo ou impreparação para a luta política legal, aberta, eles que só tinham ainda conhecido a clandestinidade e a correlativa violenta repressão, não tinham sabido posicionar-se naquela etapa histórica, deixando-se ultrapassar pelos jovens da CJUPP, que liderei com amor e patriotismo, na acção política em setenta e três centros urbanos com vista a promover o conhecimento e aceitação do PAIGC por parte dos habitantes dessas áreas territoriais ainda então não controladas pelo PAIGC.
Esses compatriotas, dirigentes clandestinos do PAIGC, temeram que lhes pudessem vir a ser exigidas responsabilidades pelo seu imobilismo naquela fase e encheram-se de ciúmes contra mim e contra a CJUPP, a quem a direcção superior do PAIGC felicitava através das antenas da Rádio Libertação, sem imaginar que "os jovens de Bissau" não eram dirigidos pelos responsáveis do PAIGC no terreno mas por mim. Daí me terem apodado de muita coisa, inclusivamente que teria sido da tropa de elite portuguesa e que estaria ligado às novas autoridades portuguesas, o que podia ter-me causado a morte.

Direitos Reservados

Francisco Fadul é Doutor Honoris Causa em Ciência Política pela Universidade de Sancti Cyrilli, de Malta e Itália, Mestre em Socio-economia Política, e Doutor Honoris Causa em Sociologia pela Cypress University, com sede no Texas

2. ANÁLISE PONTUAL

Encontrei algumas (poucas) gralhas e imprecisões no texto, devidas porventura à ausência de uma aturada revisão da redacção, mas de somenos importância no que toca à inteligibilidade do texto e ao rigor do seu conteúdo.
Gostava de poder aceder, ainda que por PDF,

aos seguintes dois documentos referidos na sua obra:
2.6.1. "Perspectiva do Desenvolvimento Económico e Social da Guiné", da Junta de Investigações do Ultramar (Janeiro de 1972);
2.6.2. "Breves Apontamentos Sobre a Guiné Portuguesa" (Março de 1974) da 5ª. Rep/ Comando-Chefe.

3. SOBRE O PRIMEIRO PARÁGRAFO DA PÁGINA 157

No segundo período desse parágrafo, lê-se: "Os jovens líderes estavam sedentos de ganhar as simpatias do PAIGC e cometiam excessos criticados pelo próprio PAIGC".
Acontece, porém, que eu já era militante do PAIGC desde Dezembro de 1970, aos dezasseis anos, em Lisboa, onde chegara três meses antes para frequentar a licenciatura em Direito. Fui admitido e militava na célula a que pertenciam as irmãs Barreto (Adélcia, estudante de Educação Física, que viria a casar-se com o Comandante Pedro Pires, depois Primeiro Ministro e Presidente da República de Cabo Verde; Alcina, estudante de Economia; e Arcelinda, estudante de Medicina e minha colega de Liceu em Bissau); Adelino João Handem; e outros. Mais tarde, viria a ser enquadrado na célula de Ernesto Dabó, no Barreiro.
Mas o PAIGC não tinha registos e tudo se passava na oralidade, informando os líderes a respeito da militância de quem queriam ou não informando, por falta de vontade ou de conexão com a Direcção.
Também, na Guiné-Bissau, a situação das estruturas da Zona Zero (Bissau) era então, após o 25 de Abril de 1974, de inoperância total, ou por medo/desconfiança de uma eventual reversão da situação criada com o derrube do fascismo em Portugal, ou por inépcia para se situar no novo contexto de luta política urbana aberta e não armada, pois os membros dessas estruturas só conheciam a clandestinidade e a maioria não possuía bagagem teórica para o confronto político-ideológico que a luta multipartidária então desencadeada exigia.
Abordei então vários dirigentes históricos do PAIGC, ex-presos da PIDE/DGS, para lhes expor a necessidade urgente de agir para neutralizar a influência dos outros movimentos políticos emergentes. Malam Darame chegou a dizer-me, à maneira africana: "Sobrinho, acredito em ti, mas não posso agir sem ordens da Direcção do Partido. Avança se quiseres, mas se a Direcção vier a desagradar-se, serás fuzilado". Eu respondi-lhe: "A Direcção terá de nos julgar, mesmo que seja para nos elogiar depois, por termos agido sem as suas ordens. Mas pior do que isso é não fazer nada. Eu corro esse risco!"
O único dirigente do PAIGC da Zona Zero que nos apoiou foi o Senhor Inácio de Carvalho, que me garantiu que, se viesse a ser necessário, testemunharia a meu favor perante a Direcção do Partido.
Todavia, quando a Direcção do PAIGC começou a entusiasmar-se com a acção da CJUPP ("os jovens de Bissau") nos centros urbanos a favor da independência sob o PAIGC, os membros das estruturas clandestinas do PAIGC da Zona Zero começaram a temer ser ultrapassados pela CJUPP e poder vir a ser responsabilizados pela Direcção do PAIGC por nada terem feito naquela fase crucial da luta política urbana para mobilizar a adesão das populações à causa do PAIGC.
Mas, antes disso, cheguei a ser mandatado num encontro em Polebaque que realizei com Mário Cabral, Foré na N'Bitna e Manuel Nandigna, a representar o PAIGC perante o MFA e o Governo português local, o que não chegou a concretizar-se porque, entretanto, a Direcção do PAIGC enviou a Bissau Juvêncio Gomes para esse papel.
Por outro lado, conforme o autor do livro reconhece várias vezes ao longo da obra, parecia haver vários PAIGC, pois na CJUPP eu recebia instruções contraditórias vindas do Sul, de Úmaro Djaló e de Lai Seck, através de Augusto Gomes, da CJUPP, que se deslocava a Cacine frequentemente para esse intercâmbio de comunicações e que viria a integrar a Segurança Nacional após o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau por Portugal, enquanto da Frente Nhacra-Morés, no Norte, recebia outras directivas por vezes contraditórias.
Não podíamos, pois, na CJUPP, limitar-nos a cumprir a vontade do MFA na Guiné, sob pena de nos descaracterizarmos e deixarmos de perseguir o objectivo estratégico central da nossa associação, o de sermos um braço político do PAIGC nos centros urbanos, completando o trabalho que o PAIGC armado fizera nas áreas por si libertadas da administração portuguesa.
Enfim, quando a Direcção do PAIGC enviou Juvêncio Gomes a Bissau para centralizar através deste os contactos informais com o MFA e o Governo português local, Juvêncio Gomes, além de política e psicologicamente inapto para esse papel diplomático de grande delicadeza e sensibilidade, foi absorvido pelos membros das estruturas urbanas do PAIGC, os mesmos que se tinham acobardado e não conseguiam agir fora da clandestinidade e que precisavam então de mostrar serviço à Direcção do PAIGC denegrindo a CJUPP. E esses só destilavam ainda ódio e desconfiança em relação ao novo Portugal, que pretendia honestamente, pelo seu Movimento de Capitães e pelo MFA, uma

VIVI ANGUSTIADO DURANTE MUITOS ANOS POR ESSA TENSÃO E PERIGO PERMANENTES, VENDO SIMULTANEAMENTE DESMORONAR O PROJECTO DE AMÍLCAR CABRAL PARA A GUINÉ-BISSAU E OS GUINEENSES – PROJECTO QUE O PAIGC NÃO SOUBE REALIZAR NEM HUMANA, NEM SOCIAL, NEM SEQUER TERRITORIALMENTE

Direitos Reservados

Francisco Fadul com Ansumane Mané, antigo Presidente da República da Guiné-Bissau

rápida e honesta descolonização, para ficarem de bem com a História e com o resto do mundo democrático. Daí as dificuldades, arrogância e insegurança de Juvêncio Gomes no seu papel de ponto focal para com as novas autoridades portuguesas na Guiné.

Eu podia ter sido fuzilado e a desconfiança em relação a mim perdurou sempre no aparelho da "Segurança de Estado" do PAIGC, que não conseguia acreditar que sendo eu tão jovem (vinte anos), pudesse ter uma cultura política tão elevada e uma coragem física e moral tão mobilizadora. Pensaram sempre que teria sido orientado por alguma entidade exterior, eventualmente as autoridades portuguesas. Até criaram o boato de que eu teria sido Major de Forças de Elite portuguesas e que estivesse a tentar dividir o Poder com o PAIGC, isto é, exactamente o contrário do que fizemos na CJUPP, que foi neutralizar toda a oposição ao PAIGC, para que este assumisse em exclusivo o Poder na Guiné-Bissau e captar a adesão das populações urbanas à independência sob o PAIGC.

Pouco mais tarde, com o fuzilamento que o PAIGC fez de membros das Forças Africanas coloniais, que eu mobilizara a depor as armas e a integrar-se harmoniosamente na sociedade independente da Guiné-Bissau, garantindo-lhes o respeito pelas suas vidas e a sua condição de cidadãos de pleno direito, a minha ruptura com o PAIGC estava ditada e era uma questão de tempo.

Vivi angustiado durante muitos anos por essa tensão e perigo permanentes, vendo simultaneamente desmoronar o projecto de Amílcar Cabral para a Guiné-Bissau e os guineenses - projecto que o PAIGC não soube realizar nem humana, nem social, nem sequer territorialmente, pois nem tão pouco conseguiu estender a administração do Estado a todo o território nacional da Guiné-Bissau (não controla a nossa Zona Económica Exclusiva no tocante à Pesca ilegal nem controla as partes do território utilizadas pelo tráfico de drogas), nem a sua administração pugnou pela realização dos objectivos da luta de libertação nacional no tocante à dignificação da pessoa humana, à democracia e à cidadania. O PAIGC muniu-se de todos os crimes e excessos das ditaduras, agravados pelo baixo nível escolar (ou ausência total de), pela boçalidade, pelo total desrespeito pela vida humana e pela total ignorância dos fins e objectivos do Estado enquanto instrumento de Direito e de realização das aspirações e anseios dos seres humanos à segurança, ao bem-estar, à promoção humana.

Apropriaram-se do Estado para uso e abuso pessoal, até hoje.

Um abraço.

PASSADOS 45 ANOS

O texto vai longo, mas antes de o fechar quero recordar que passaram 45 anos sobre a descolonização da Guiné-Bissau. Desde esse tempo nunca mais vi o Francisco Fadul. Apenas o segui enquanto primeiro-ministro da Guiné/Bissau. Soube dele por um colega meu do Técnico, o Afonseca (o único engenheiro preto do meu curso e de outros antes e depois), que nos pôs em contacto. Como relatei no livro, foi a ele e ao Aristides Meneses que recorremos quando percebemos que eles lideravam as manifestações de rua a que era preciso pôr cobro. Fundaram então a CJUPP, cujos estatutos o José Manuel Barroso ajudou a escrever. À parte alguns exageros de comportamento, ajudaram a pacificar Bissau e o interior, com deslocações que facilitámos, ou seja, ajudaram a estabelecer no terreno um processo de transição suave. Mas foram mal entendidos e correram riscos de vida.

Sobre isso recorro novamente a um seu relato: "E ele (Presidente da República) sabia, obviamente, da minha situação depois do espancamento que um esquadrão da morte me fez e que obrigou à minha evacuação para tratamento em Portugal em 2009, por ter denunciado a corrupção e um golpe de Estado não assumido, o que foi condenado internacionalmente até pela ONU e pela Amnistia Internacional. Aliás, além da queixa-crime que intentei no próprio dia do espancamento à Polícia Judiciária, ainda no hospital, fiz depois exposições a meia dúzia de Primeiros Ministros e de Procuradores Gerais da República, bem como ao então Presidente da República Malam Bacai Sanhá, que me odiava por antes ter apoiado Nino Vieira na segunda volta contra ele (e o Nino venceu), mas eu não iria de modo nenhum apoiá-lo pois não tinha sido leal comigo enquanto coabitamos enquanto Presidente da República (ele) e Primeiro Ministro (eu), além de outros motivos mais sensíveis de ordem político-ideológica. É assim a nossa Guiné-Bissau. Utilizam-nos quando necessitam de nós e só nós podemos valer-lhes. Mas deixaram-me estes dez últimos anos a penar, fazendo os meus tratamentos como vou podendo, no SNS, ao qual estou muito grato, mas onde de consulta a consulta passam-se por vezes mais de seis meses".

UM OUTRO MUNDO ao virar da esquina

Habituamo-nos a pensar que a Europa e o Ocidente dominam e controlam o mundo e a sua riqueza há tantos séculos, como se isso fosse a coisa mais natural da vida, que nem nos damos conta do erro de perspetiva que cometemos. O presente artigo baseia-se – em parte – na nossa intervenção na *Business School* da Universidade do Porto

Direitos Reservados

LUÍS NORONHA NASCIMENTO*

O OCIDENTE DOMINA O MUNDO apenas de há 200 anos, ou seja, desde a transição dos séculos XVIII para o XIX; antes disso – e por bem mais de mil anos – o poder, a hegemonia e a riqueza estiveram no Mediterrâneo oriental, no Médio-Oriente ou na Ásia.

Em 1800 (ou seja, no início do domínio europeu e pouco antes da revolução industrial) a Europa contribuía com 30% para o PIB mundial enquanto a Ásia contribuía com o dobro (60%); em 1750, quase à data do tremor de terra de Lisboa, a Índia, **sozinha**, contribuía com 25% daquele PIB (Zbigniew Brzezinski em *Os Estados Unidos e a crise do poder mundial*, pág24).

Por essa época, a Índia desintegrava-se do grande império mogol que caminhava rapidamente para o declínio após Aurangzeb ter "assassinado" o pacto político-cultural sincrético entre islâmicos e hindus que fizera a grandeza do império, abrindo a porta ao renascimento do nacionalismo marata e à dissolução daquele.

A China produzia, **sozinha**, no séc. XI, tanto ferro como toda a Europa no séc. XVIII e já tinha (nesse séc. XI) cinco cidades com mais de um milhão de habitantes (Samir Amin em *Classe e nação na história e na crise contemporânea*, pág.49); na mesma linha, a maior cidade da Cristandade no final do séc. XVI – quinhentos anos depois – era Nápoles com 280 mil habitantes, muito longe da maior cidade mediterrânica, Istambul (capital do poderoso império otomano), que chegava aos 700 mil habitantes (Braudel em *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico*, I vol., págs.387/391).

Em 1405 (ou seja, 10 anos antes de Portugal conquistar Ceuta), o almirante Zheng-He iniciava a primeira das suas sete expedições pelo Índico à frente da armada chinesa composta de 317 navios e cerca de 28 mil homens, os maiores deles com cerca de 120 metros de comprimento e os menores com cerca de 50/60 metros, e providos de técnicas de calafetagem desconhecidas na Europa; um século depois, os navios portugueses e espanhóis eram, em tamanho, simples anões quando comparados com os dessa armada (Fareed Zakaria, em *O mundo pós-americano*, págs. 55-56).

Relembre-se, aliás, que quando Roma – ícone da nossa civilização – se expandiu longamente para leste o fez à procura das imensas riquezas oriundas daí; e quando séculos depois – por razões de racionalidade na gestão político-administrativa e da constatação da diversidade cultural entre o leste e o oeste – se dividiu o império em dois (impérios do Ocidente e do Oriente) rapidamente o do Ocidente empobreceu, definhou e desapareceu enquanto o do Oriente, muito mais rico, afrontava inimigos poderosos e sobrevivia por mais mil anos.

É frequente hoje, e por causa da rememoração da nossa história pregressa, encontrarmos autores que sublinham que a ascensão dos países asiáticos não é senão o regresso ao percurso normal da história humana; a hegemonia recente do Ocidente terá sido, para esses autores, um breve parêntesis limitado no tempo e sem continuidade previsível, e o regresso da rique-

Direitos Reservados

Num mundo globalizado onde as portas grandes se tornam pequenas, a Europa só sobreviverá se criar um espaço político e comum à escala do mundo global, sem fechar portas, como esta em Lampdusa, Itália, símbolo da entrada, ou da barreira, a povos migrantes

za e da hegemonia dos orientais é o retorno à regra que nos rege há séculos.
Kishore Mahbubani (professor da Universidade de Singapura e embaixador do seu país na ONU, durante vários anos) é um exemplo desse pensamento em *A queda do Ocidente*, título que relembra o da obra emblemática de Osvald Spengler que, há cem anos, assombrou a Europa.
Mais: Mahbubani defende que os EUA estão, hoje, menos preparados para a sua previsível queda do que estava a União Soviética há 30 anos; e isto – percebe-se do seu raciocínio – terá sequelas óbvias, se é que elas não são já visíveis nos tempos que correm.
Mas, ainda que assim não seja – e parafraseando uma passagem conhecida de Orwell – " ver o que está á frente do nariz requer uma luta constante": Marco Polo ficou na memória medieval europeia porque descreveu a riqueza e a cultura orientais que nem sequer vislumbrávamos; e a procura dos fumos da Índia foi a bússola da nossa expansão porque o mito da riqueza desse Oriente permanecia entre nós.

PROBLEMAS DA EUROPA

A globalização vai fazer do séc. XXI a era dos grandes espaços geoestratégicos a nível político e comercial.
Conseguirá a União Europeia (como expressão política da Europa) ser um deles, com voz própria?
Os Outros – que não os europeus – começam a não acreditar: nem os americanos apostam na Europa (nomeadamente, nos últimos tempos), e até mesmo os orientais torcem o nariz (o jornal mais lido da Coreia do Sul sugeria, em 2010, que a Europa corre o risco de se transformar numa "nulidade política" – Brzezinski, ob. cit., pág.159).
A Europa tem quatro problemas de difícil resolução e que dificilmente ultrapassará; simplesmente, ninguém fala deles preferindo enterrar a cabeça na areia.
Elenquemo-los:
Com sociedades avançadas, a Europa está a criar uma desigualdade social interna crescente, não tão grave – apesar de tudo – quanto nos EUA.
Penso que foi o sociólogo norte-americano Robert Reich que lançou o alerta nos seus estudos nos anos 60/70 do séc. XX: 1/5 das sociedades ocidentais é cada vez mais rica, 4/5 pauperizam cada vez mais.
Lentamente, o pensamento de Reich foi secundado por outros investigadores: o inglês Paul Kennedy (*Desafios para o século XXI*, págs.76/77) e o francês E. Todd (*Após o império*, págs.81/84) até se tornar, hoje, uma ideia comum.
A disparidade de rendimentos, assim crescentemente cristalizada, vai ter outra sequela visível: a mobilidade social desaparece (isto, hoje, é evidente nos EUA) e os estratos sociais vão-se esclerosando, assim se perpetuando. Dito de outra forma: em regra, continua rico quem é filho de gente rica; perpetua a pobreza quem é filho de pobre, replicando-se, destarte, o regresso dos "estados" feudais.
Os serviços públicos subsidiados e o rendimento social de inserção são – nos países que os têm – uma panaceia para minorar o problema; mas, se a crise económica se agudizar e o dinheiro faltar, essa solução vai entrar em panne.
Nos EUA, a enorme mobilidade social de antigamente atenuava ou superava os efeitos da

É FREQUENTE HOJE, E POR CAUSA DA REMEMORAÇÃO DA NOSSA HISTÓRIA PREGRESSA, ENCONTRARMOS AUTORES QUE SUBLINHAM QUE A ASCENSÃO DOS PAÍSES ASIÁTICOS NÃO É SENÃO O REGRESSO AO PERCURSO NORMAL DA HISTÓRIA HUMANA

Miguel Candela

A China produzia, sozinha, no séc. XI, tanto ferro como toda a Europa no séc. XVIII e já tinha (nesse séc. XI) cinco cidades com mais de um milhão de habitantes

desigualdade de rendimentos; hoje, com o desaparecimento dessa mobilidade, a situação complicou-se: cerca de 200 milhões de americanos (ou seja, 63% da população) subsistem no limiar da sobrevivência económica (Mahbubani, ob. cit., págs.120/121 e Brzezinski, ob. cit.,págs.65/67) porque a disparidade de rendimentos já não é compensada por uma mobilidade social que se perdeu.
A disparidade de rendimentos destrói a coesão social e, com o tempo, destrói a solidariedade interclassista de um país; inicia-se, então, a época do "salve-se quem puder", lembrando a fase final de Roma, principalmente depois da catástrofe de Adrianópolis.

OS SERVIÇOS PÚBLICOS SUBSIDIADOS E O RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO SÃO – NOS PAÍSES QUE OS TÊM – UMA PANACEIA PARA MINORAR O PROBLEMA; MAS, SE A CRISE ECONÓMICA SE AGUDIZAR E O DINHEIRO FALTAR, ESSA SOLUÇÃO VAI ENTRAR EM PANNE

A QUESTÃO DEMOGRÁFICA

Mas, o maior problema da Europa (e da União Europeia) é o demográfico, de que ninguém quer falar.
A Europa reproduziu-se muito desde o ano 1000 até 1950 (com exceção do séc. XIV com as várias "pestes negras", e do séc. XVII com a crise estrutural de 1620-1680 que a pauperizou); a tal ponto que em 1950 – data da paragem do seu crescimento demográfico – a Europa (continente pequeno quando comparado com os outros) tinha cerca de 22% da população mundial quando tudo indica que, em 2050, terá tão-só 8%.
Em 1950, a Europa tinha o dobro da população da África; em 1990, tinha menos população que a África; em 2025, terá cerca de 1/3 da população africana. Em sintonia com isso, os cinco países europeus do anel mediterrânico (de Portugal à Grécia) crescerão cerca de 5 milhões de habitantes entre 1990/2025, o que não é nada, enquanto os cinco países magrebinos (de Marrocos ao Egito) crescerão cerca de 105/110 milhões de habitantes (Paul Kennedy, ob. cit., págs.39 e 58).
Se pensarmos, por um lado, que uma das fronteiras da Europa é o Magreb (Braudel designava a Península Ibérica e o Magreb de "Bi-continente" porque durante séculos formaram um espaço político-cultural só quebrado no séc. XVI) e – indiretamente – a África subsaariana, e, por outro lado, que a colonização novecentista europeia se centrou muito nessa África, teremos muito da explicação para os recentes movimentos migratórios em direção à Europa.
Atualmente, a população da União Europeia ronda os 450 milhões de pessoas (a da Europa terá mais 80-100 milhões), mas lá para o fim do século ela será sensivelmente a mesma, o que significa que, por esse tempo, a Europa estará envelhecida e com uma completa distorção da pirâmide etária; exatamente por isso, Brzezinski já chamou à Europa de "lar de idosos mais confortável do planeta".
Em contrapartida, por essa mesma época, Ásia e África terão – cada uma delas – cerca de 4 biliões e meio de habitantes, ou seja, dez vezes mais do que a União (Mahbubani, ob. cit., págs.94, 108 e 109).
Para que haja paridade de reprodução demográfica cada mulher deve ter 2,1 filhos; na Europa, essa taxa de reprodução é negativa em todos os países, atingindo valores perigosamente baixos em alguns deles, nomeadamente em Portugal.
No nosso país, com taxas reprodutivas oscilando entre 1,2 e 1,3 – associadas à emigração de gente nova e em idade fértil (principalmente aquando da crise de 2008) – aumentou substancialmente o perigo de nos aproximarmos de um ponto de não, ou difícil, retorno.
Com uma paisagem demográfica assim, esta Europa que todos conhecemos não existirá mais dentro de duas gerações.
A grandeza da Europa foi sendo laboriosamente construída desde os sécs. XV/XVI em diante a partir de dois fatores: grande reprodução demográfica que levou os europeus a todos os cantos do mundo (só entre 1846/1930 emigraram 50 milhões de europeus – P. Kennedy, ob. cit., pág.56); separação entre fé e ciência (assente na redescoberta da racionalidade greco-romana da antiguidade) que permitiu o desenvolvimento da tecnologia científica e a posterior superioridade militar sobre os Outros.

A DISPARIDADE DE RENDIMENTOS DESTRÓI A COESÃO SOCIAL E, COM O TEMPO, DESTRÓI A SOLIDARIEDADE INTERCLASSISTA DE UM PAÍS; INICIA-SE, ENTÃO, A ÉPOCA DO "SALVE-SE QUEM PUDER", LEMBRANDO A FASE FINAL DE ROMA, PRINCIPALMENTE DEPOIS DA CATÁSTROFE DE ADRIANÓPOLIS

A coadjuvar tudo isto, a descoberta da América deu à Europa uma enorme reserva de matérias-primas (nomeadamente em ouro e prata) que permitiu a acumulação de capital que foi o fundo de reserva para os investimentos vindouros.
Alguns exemplos ilustram esta questão.
O primeiro: a reconquista da Península Ibérica aos árabes fez-se, na maior parte, pela décalage demográfica.
Como é frequente, o califado de Córdova – rico, culto, hedonista e hegemónico – deixou de se reproduzir; em compensação, os cristãos pobres e incultos do norte da Ibéria reproduziam-se imenso.
A inversão demográfica na Península deu-se

Direitos Reservados

Não está em causa, apenas, a provável navegabilidade do Ártico, a médio prazo, por causa do aquecimento global e do degelo, e que permitirá à Rússia (ela, que só tem acesso a um grande oceano – o Pacífico) aceder, igualmente, ao Atlântico

por meados do séc. XI: antes dela, os cristãos eram derrotados com frequência em batalhas catastróficas (Zalaca, Alarcos); depois dela, e com o alargamento do fosso populacional a favor dos cristãos, a reconquista tornou-se imparável, nomeadamente após Navas de Tolosa.

O segundo exemplo: a política do filho único na China.

O filho único foi a opção política de um país ainda pobre e com uma população interminável; ou seja – e seguindo a máxima malthusiana – todo o aumento de produtividade e riqueza era sempre comido por um aumento populacional que lhe era superior.

Limitar a reprodução foi a solução, ainda que à custa de muita gente nascida mas sem identidade legal porque subtraída aos registos oficiais.

Simplesmente, o aumento demográfico muito rápido da Índia (adversário político) mudou a agulha; e porque o crescimento económico chinês entretanto disparou, tornou-se possível

Direitos Reservados

Na atualidade, a líder visível desta Europa é a Alemanha

permitir o segundo filho cujos custos ficam aquém daquele crescimento.

Um país ou uma civilização não se tornam dominantes só porque têm muita população; mas nenhum deles é dominante se – no início e no decurso do seu processo expansivo – não tiver grande reprodução demográfica que crie riqueza e que exporte gente e ideologia para outras paragens e outros mundos. É, também, esta perceção que está por detrás do fim da política do filho único.

EXEMPLO DA RÚSSIA

Mas o exemplo mais significativo da atualidade, talvez seja o russo.

Há 20/30 anos a União Soviética/Rússia estava em queda demográfica acentuada a ponto de a CIA prever a dissolução a curto prazo da importância da Rússia.

Mais: na década de 1970, a URSS percecionou o imbróglio que se desenhava (por causa disso) porque a composição do seu exército tinha uma proporção desequilibrada entre eslavos e

islâmicos.
Na sua recente obra, *Onde estamos?*, o francês E. Todd (para nós um dos mais impressionantes pensadores atuais), dá-nos a visão da revolução que – até no campo demográfico – Putin trouxe à Rússia.
A Rússia tem, hoje, uma taxa de reprodução demográfica superior à média europeia, á Alemanha, Itália, Espanha, e centrada na política de apoio ao segundo e *terceiro* filhos; o aumento da fecundidade, conjugado com a baixa de mortalidade e a imigração para a Rússia de trabalhadores e de estudantes provindos dos países da Ásia Central, Cáucaso e da Ucrânia que integravam o antigo espaço soviético, levou a que a taxa de crescimento populacional voltasse a ser positiva em 2009 (págs. 474/475).
A Europa tem uma enorme dificuldade em gerir este bico-de-obra, ou seja, a questão demográfica: ninguém a discute.
E ninguém a discute por vários fatores associados: por um lado, qualquer solução tem que ser estruturante, de longo prazo, consensual, coisa que não encaixa no período curto das legislaturas e não traz, por isso, dividendos imediatos; doutro lado, os objetivos económicos ditatoriais (em que se centram, em regra, os programas partidários para as legislaturas) levam à contínua contração salarial, à precariedade e à insegurança de emprego, o que fecha a porta à vontade de ter filhos.
Mais: discutir a questão demográfica implica trazer a Mulher para o centro da discussão – com voz ativa – porque ela é o pivot fulcral para a solução; estaremos preparados para isso?

FEDERALIZAR MUNDOS TÃO DÍSPARES EM MEIO SÉCULO (TEMPO DE VIDA DA UNIÃO EUROPEIA) ERA QUASE IMPOSSÍVEL, ATÉ PORQUE A TRADIÇÃO EUROPEIA DO ESTADO-NAÇÃO DIFICULTA O FEDERALISMO E POTENCIA O NACIONALISMO

MATÉRIAS PRIMAS

O terceiro problema europeu tem que ver com a crescente dificuldade em aceder às grandes reservas mundiais de matérias-primas.
Com a expansão europeia, o Ocidente foi controlando crescentemente essas reservas porque ocupou, sucessivamente, as Américas, a Ásia e a África.
O fim do colonialismo europeu após a 2ª Grande Guerra e, depois, o fim do neocolonialismo ocidental secaram as fontes de acesso que tínhamos.
As grandes reservas estão na Rússia, Cáucaso, África Central e do Sul e China (esta, quanto às Terras Raras, ou seja, quanto aos metais necessários à alta tecnologia moderna); isto significa que deixamos de chegar onde queríamos e precisávamos.

O problema das Terras Raras é sintomático.
A China detém, talvez, mais de 90% das reservas conhecidas e o resto está no centro de África e na Ásia, o que explicará algumas das explosões insurrecionais induzidas que ocorrem em África de vez em quando; aliás, uma revista de missionários católicos combonianos de origem italiana ("Além-Mar") já teve a coragem de denunciar a proveniência dessas explosões para melhor controlar o que se quer, insinuando a provável identidade dos seus autores.
Alta tecnologia militar ou telemóveis de última geração, tudo exige Terras Raras o que nos dá a dimensão deste imbróglio.
Das taxas e sobretaxas com que a Administração Trump agravou a importação de produtos chineses, as Terras Raras foram excluídas até porque – penso que não erro – cerca de 80% delas provêm da China; taxá-las seria encarecer o produto final americano.
Entretanto, a China, sintomaticamente, foi enviando o recado por aquilo que lemos em "sites" internacionais: a venda de Terras Raras para os EUA, às tantas, acaba ou é drasticamente reduzida no âmbito da guerra comercial que os dois países mantêm.

Um país ou uma civilização não se tornam dominantes só porque têm muita população; mas nenhum deles é dominante se – no início e no decurso do seu processo expansivo – não tiver grande reprodução demográfica que crie riqueza e que exporte gente e ideologia para outras paragens e outros mundos. É, também, esta perceção que está por detrás do fim da política do filho único na China

É este mesmo problema que potencia a recente discussão sobre o Ártico e a sua exploração.
Não está em causa, apenas, a provável navegabilidade do Ártico, a médio prazo, por causa do aquecimento global e do degelo, e que permitirá à Rússia (ela, que só tem acesso a um grande oceano – o Pacífico) aceder, igualmente, ao Atlântico; é, também, a questão da exploração das reservas de metais que aí existem e que se

Direitos Reservados

A Rússia tem, hoje, uma taxa de reprodução demográfica superior à média europeia, à Alemanha, Itália, Espanha, e centrada na política de apoio ao segundo e terceiro filhos

situam em zonas atribuídas aos EUA, Canadá, Dinamarca, Noruega e Rússia (a parte russa tem sensivelmente o tamanho da Índia).
O romance da compra da Groenlândia insere-se neste filme.

IMPLOSÃO DA UE

Por fim, a quarta questão: a provável implosão da União Europeia porque ela é incapaz de se federalizar.
Quando os romanos dividiram o seu império em duas partes (o império do oriente e o do ocidente) criaram, a prazo, três Europas diferentes, dificilmente redutíveis entre si e com marcadores ideológicos frequentemente contrastantes: a oriente, nasceu a Europa bizantina, helenística, ortodoxa, aberta às influências vindas da Ásia de que estava tão perto, e escrevendo em regra em alfabeto próprio (grego ou cirílico); a ocidente, ficou a Europa latina, católica, que o tempo tornou transatlântica, a empobrecer porque lhe faltava a riqueza vinda do oriente, e que desapareceu no séc. V com o dilúvio das invasões bárbaras mas mantendo a memória cultural do seu passado de grandeza porque os Papas substituíram eficazmente os Imperadores; a norte e fora dos impérios – ou seja, a norte da fronteira Reno/Danúbio – ficou a Europa dos povos não romanizados que, entretanto, se foram aculturando com os do sul/sudoeste, que com o tempo se tornaram utilitaristas, pragmáticos e economicistas e que – à data dos grandes cismas religiosos – se tornaram protestantes, abrindo a porta à liberdade religiosa, à liberdade comercial e à liberdade de navegação.
É óbvio que há exceções a este mapa tripartido (a Polónia será uma); mas se a grande fratura da Europa passa pelos Balcãs é porque foi aí que os romanos fixaram a fronteira entre os seus impérios, facilitando aculturações diferentes a povos que – sendo aparentados – se diferenciaram com o tempo porque se sedentarizaram a oriente ou a ocidente dessa fronteira (o caso dos sérvios e croatas é, talvez, paradigmático).
Federalizar mundos tão díspares em meio século (tempo de vida da União Europeia) era quase impossível, até porque a tradição europeia do estado-nação dificulta o federalismo e potencia o nacionalismo; mas nada tem sido feito verdadeiramente a favor de um estado federal europeu, o que nos remete para um tempo futuro onde as dificuldades político-económicas da União, a agravarem-se, tenderão a acelerar a sua pulsão fragmentária.
Os EUA são um estado federal porque tiveram na sua génese (e na complicação que era a diversidade de origens díspares de imigrantes que rumaram da Europa para a América) a guerra mais violenta da sua história, que desfez fronteiras, impôs regras e fixou parâmetros que o tempo consensualizou: a Guerra da Secessão que provocou 620 mil vítimas, um número superior a qualquer outro sofrido pela América noutro conflito, nomeadamente no do Vietname.
Não se esperava, nem se deseja que uma Europa federal tenha uma incubadora similar; daí a perplexidade que experimentamos neste vazio que permanece em surdina.
Quando Bismarck unificou a Alemanha, no séc. XIX, o que fez não foi senão criar um grande espaço político-económico que permitisse aos povos alemães federalizados ser um país enorme à época, poderoso, assente no capitalismo industrial que se manifestasse em toda a sua força num território grande e populoso, e não voltasse a estar à mercê de qualquer outra pulsão imperial "napoleónica".
Antes da unificação, os alemães estavam divididos em cerca de 40 estados fracionados em ducados, principados, reinos, eleitorados; e os países grandes (à época) eram a Inglaterra insular e a França continental já que a Áustria-Habsburgo era um caldo de cultura de dezenas de nacionalidades sempre à beira da desunião.
Hoje, a situação da Europa faz lembrar a daquela Alemanha: num mundo globalizado onde as coisas grandes se tornam pequenas, a Europa só sobreviverá se criar um espaço político e comum à escala do mundo global.

VISÕES ANTAGÓNICAS

Estamos em crer que, infelizmente, a União Europeia se vai dividir a prazo a partir do seu centro, ou seja, da Alemanha a norte e da Itália a sul; diríamos, a partir dos países que têm, ou querem ter, o "Stream" (o North e o South Stream).

O que está por detrás disto são visões antagónicas.

De um lado, os EUA querem a Europa alinhada como um bloco a negociar – se possível – só consigo, desligada da Ásia, e agindo sob a sua alçada seja quanto a sanções aplicáveis à Rússia, seja quanto a outras medidas a futurar; repare-se que a extensão da Nato não tem – para os EUA – apenas um objetivo de alargamento militar mas, também, de ampliação do mercado de vendas quanto ao armamento vendável aos novos países aderentes.

A menos que os EUA assumam aquilo que, também, é previsível: uma aproximação tática à Rússia para conter o avanço chinês, reequilibrando o poder mundial ao sentir que o seu próprio poder deixou de ser dominante.

Mas a Europa continental, não saxónica, cada vez mais autónoma porque as Grandes Guerras já foram há muito e o mundo multipolar alarga o leque das alianças possíveis (sejam elas comerciais ou de outro género), essa Europa é cada vez menos seguidista ou dependente; na atualidade, a líder visível desta Europa é a Alemanha.

Se forem verdadeiras as notícias que lemos – em "sites" internacionais – dando conta das declarações de primeiros-ministros de vários estados federados alemães (Saxónia, Turíngia, Pomerânea Ocidental) manifestando-se contra as sanções à Rússia, perceber-se-á melhor o que se disse; até porque a Rússia tem reservas de matérias-primas incomensuráveis e não é conveniente, nem justo, nem pragmático que só os asiáticos beneficiem delas.

O QUE NOS PARECE EVIDENTE É QUE O TEMPO DO OCIDENTE ESTÁ TERMINANDO, E QUE A RECOMPOSIÇÃO DE NOVOS CENTROS DE PODER SE ESTÁ FAZENDO, A ORIENTE, A UMA VELOCIDADE SUPERIOR À PREVISÍVEL

Singular, é a posição da Inglaterra, indecisa a meio da ponte, sem saber bem o que fazer como resulta do Brexit.

Por um lado, muitos britânicos acham que, hoje, o lugar natural da Inglaterra é na Europa, mantendo, embora, laços especiais com os EUA; doutra parte, muitos britânicos não querem a Inglaterra numa União hegemonizada pela Alemanha (a grande vencida das duas guerras), por medo e por falso pudor.

Medo de um regresso ao passado que não se quer; falso pudor, por capitulação dos vencedores.

Relembre-se que as duas Grandes Guerras destinaram-se – também – a responder a esta pergunta: quem manda no mundo, os germânicos ou os saxónicos? Ganharam os saxónicos, mas – hoje – a mãe-saxónica não quer ficar a reboque da vencida de ontem; como assim, o Brexit transformou-se num romance que pode levar à fragmentação da antiga dona do mundo.

Parte do que dissemos é o que pensadores liberais norte-americanos temem que o futuro lhes traga; sirva de exemplo Brzezinski na obra referida.

Ainda que não consiga admitir que a América perderá provavelmente as rédeas da História, ainda que pense curiosamente que é possível alargar o espaço político/cultural/geográfico do Ocidente englobando nele – e de vez – a Rússia e a Turquia criando, destarte, um Ocidente que iria da América do Norte até Vladivostok, Brzezinski teme, com razão, que a Europa se frature definitivamente a oeste dos Balcãs com a Alemanha, a Áustria (ou seja, os povos alemães) e a Itália viradas a leste, a França a boiar numa indecisão sem garantias fiáveis até descobrir uma linha de rumo, e o Atlântico – isto, Brzezinski não diz – deixando de ser a grande autoestrada marítima do mundo que passará a ser o Índico e o Pacífico Sul quebrando de vez os compromissos transatlânticos, que é como quem diz fraturando a estrutura nuclear do Ocidente.

Os saxónicos não querem perceber que as duas Grandes Guerras também trouxeram uma profunda humilhação aos vencidos, transformados em protetorados de décadas: os alemães, ocupados e divididos, a quem fizeram o que o Congresso de Viena nunca fez à França no fim das Guerras Napoleónicas (a França foi admitida no Congresso como parte, embora vencida), que já em 1923 (porque não conseguiam pagar a dívida leonina da 1ª Grande Guerra) foram invadidos por tropas francesas que ocuparam o Ruhr para (se necessário) o "confiscar" por ordem do Primeiro-Ministro francês Raymond Poincaré (leia-se o texto de Tony Judt em *O século XX esquecido*, sob o título *A catástrofe: a queda da França*, pág.190) e que, hoje, reunificados, querem comerciar com quem lhes convém e segundo a política que lhes interessa; os japoneses, os únicos a sofrer, até hoje, os efeitos de um bombardeamento nuclear sobre civis violando as Convenções de Genebra e que sonham, se possível, com um novo renascimento Meiji sem nenhuma Madame Butterfly de permeio.

O que nos parece evidente é que o tempo do Ocidente está terminando, e que a recomposição de novos centros de poder se está fazendo, a oriente, a uma velocidade superior à previsível.

Repare-se neste pormenor: em 1995, os sete países do G-7 (os sete grandes, todos ocidentais, excetuado o Japão) contribuíam com 45% do PIB mundial enquanto os sete países emergentes do E-7 (China, Índia, Rússia, Indonésia, Turquia, Brasil e México) contribuíam com 22,5%, ou seja, com metade; em 2015, vinte anos depois, o G-7 baixara a sua percentagem para 31,5% enquanto a do E-7 subira para 36,3% (Mahbubani, ob. cit., págs. 40/41).

E isto, para nosso bem? Ou para nosso mal?

O EMPALIDECER OCIDENTAL

A terminar, salientemos três pontos.

Primeiro ponto: face à história do mundo, ao domínio do Ocidente que dura apenas há 200 anos e parece, agora, empalidecer, textos laudatórios e sentenciosos sobre o supremacismo ocidental como os de Fátima Bonifácio e João Miguel Tavares são mais que dispensáveis; lembram o equívoco do "fim da história" de Fukuyama, de há trinta anos.

Espantoso – sim – é que, 50 anos após a Europa dominar o mundo, tenha surgido a primeira teorização pseudocientífica do racismo pela pena de um francês, Gobineau, com o seu *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*; ou seja, mal chegámos ao poleiro, teorizamos o racismo.

Valha-nos ao menos outro francês, escritor, de origem tunisina – Albert Memmi – para lermos dos mais belos textos jamais escritos **contra** o racismo.

Segundo ponto: pensamos, todos, que o Ocidente, ao dominar o mundo, pôs ordem na desordem do mundo.

O italiano Giovanni Arrighi tem, sobre isto, uma obra que nos tira as ilusões: *Adam Smith em Pequim*.

A história europeia, conhecemo-la nós: desde a Idade-Média (e pior ainda, desde o séc. XVII) a Europa andou em guerras sanguinárias, constantes e – quantas vezes – de rapina; celebramos, hoje, a paz que dura desde a 2ª Grande Guerra porque não há memória de coisa igual no nosso continente.

Em contrapartida, no tempo áureo da riqueza da Ásia (diz Arrighi) os períodos de paz, nesse continente, oscilavam por 100, 200 e 300 anos. Ou seja, enquanto na Europa a regra era a guerra e a exceção era a paz, na Ásia as situações estavam invertidas: vivia-se normalmente em paz.

É QUE OS TEMPOS MODERNOS ESTÃO DE FEIÇÃO PORQUE, COM O OCIDENTE EM QUEDA, OS SISTEMAS CLÁSSICOS DE REGULAÇÃO DA SOCIEDADE SÃO ATINGIDOS, A COMEÇAR PELO SISTEMA POLÍTICO (VEJAM-SE, PARA JÁ, OS CASOS ESPANHOL, FRANCÊS, ITALIANO E, PROVAVELMENTE, NORTE-AMERICANO).

Pensar, pois, que – sem nós – não há ordem no mundo talvez seja estultícia.

Terceiro ponto: e no mundo do direito, haverá alguns efeitos?

Claro que sim, se é que eles não são já visíveis. Civilizações hegemónicas que entram em decadência têm, em regra, dois reflexos condicionados: uma pulsão securitária que tende a limitar ou excluir a pulsão da liberdade porque a sua memória histórica mitifica (e mistifica) um "eldorado" que se perdeu e que serve de bússola ao aparecimento de ideologias consistentemente conservadoras; uma pulsão fragmentária que põe a nu as linhas de fratura há muito existentes mas que o "bom tempo" dissimulava.

A pulsão securitária excessiva contém dois perigos latentes: à uma, a tendência para reduzir o leque dos direitos fundamentais segundo parâmetros crescentemente restritivos; de outro lado, a tendência para manipular "a la carte" a investigação criminal de acordo com objetivos pré-fixados.

E este é o início fundador do fim e morte dos países multiculturais: o que acontece, hoje, no Brasil com o Lava-Jato, a delação premiada e o conúbio entre juiz de instrução, procuradores federais e polícia federal para preordenar a investigação criminal com um objetivo político já escolhido, reconduz-nos ao filme genial de Orson Welles, *A sede do mal*.

É que os tempos modernos estão de feição porque, com o Ocidente em queda, os sistemas clássicos de regulação da sociedade são atingidos, a começar pelo sistema político (vejam-se, para já, os casos espanhol, francês, italiano e, provavelmente, norte-americano).

Quem se dedica à política é, então, diabolizado e igualizado por baixo sob o anátema do compadrio, da falta de qualidade e da corrupção; a redenção faz-se pelo endeusamento de quem os persegue criminalmente, de quem os investiga preparando a catarse punitiva numa réplica de mau gosto das tragédias da antiga Grécia.

Simplesmente, a investigação criminal, ela própria, também pode ser manipulada porque se exercita através de um conjunto de poderes frequentemente discricionários que – se não forem controlados – se convolam facilmente em arbitrários; e o arbitrário confunde-se, quantas vezes, com o abuso de poder.

Abordei superficialmente esta temática em três textos, um deles publicado no nº123 de *O Referencial*.

Mas – se o tempo continuar de feição – voltarei a ela, mais explicitamente e mais alongadamente, ainda que o cabo continue a ser das "Tormentas" e não da "Boa Esperança".

**Antigo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça*

Cruzeiro no Danúbio

Associados e amigos da Associação 25 de Abril navegaram no Danúbio no navio Bellíssima, de 24 de Junho a 1 de Julho. A viagem fluvial propiciou aos viajantes o ensejo de verem e apreciarem as belezas naturais e paisagísticas, a fauna, a flora e as dezenas de eclusas

RAMIRO SOARES RODRIGUES

O grupo de 31 viajantes (21 associados e amigos da Associação 25 de Abril e 10 clientes da Oasis Travel) embarcou em Lisboa com destino a Munique, via aérea. Após o almoço na capital da Baviera, viajou de autocarro até Passau, na Áustria, porto de embarque e de início do cruzeiro no Danúbio, de 24 de Junho a 1 de Julho. Cumpridas as formalidades de embarque e alojados todos os viajantes no navio Bellíssima, começou a viagem fluvial redonda. Ao início da noite deixou-se Passau com destino a Krems, na Áustria. Cumprida uma noite e uma manhã de navegação, com realização às 11:00 horas de exercício de segurança e salvaguarda da vida humana em meio aquático em conformidade com as leis internacionais, atracou-se em Krems.

Ao final da tarde do segundo dia de cruzeiro navegou-se com destino a Esztergom, na Hungria, onde se acostou no terceiro dia de viagem. A meio da tarde inicia-se navegação com destino a Budapeste onde, ao crepúsculo vespertino, o Bellíssima atracou na cidade capital da Hungria, aí permanecendo até ao quarto dia de cruzeiro. Ao início da noite largou com destino a Bratislava onde atracou ao início da tarde, no quinto dia de viagem. Caída a noite largou da cidade capital da Eslováquia para navegar até Viena de Áustria, onde atracou ao crepúsculo matutino do sexto dia de cruzeiro. Largada ao fim da tarde com destino a Linz, cidade também ela austríaca, onde atracou ao início da tarde do sétimo dia de viagem. Ao final da tarde partida com destino a Passau, para a última etapa da viagem fluvial redonda no Danúbio. O Bellíssima demandou Passau na madrugada do oitavo dia de cruzeiro. Cumpridas as formalidades de desembarque e a identificação de bagagens, embarque em autocarro "Oasis Travel" com destino a Munique, onde se almoçou. Terminado o almoço, houve visita à cidade de Munique com guia falando português brasileiro e transporte para o aeroporto para embarque com destino a Lisboa.

Direitos Reservados

Os viajantes tiveram a oportunidade de visitar, nas cidades onde o Bellíssima atracou, alguns monumentos, locais e centros históricos que previamente escolheram quando decidiram fazer o cruzeiro

DESLUMBRE

A viagem fluvial redonda no Danúbio propiciou aos viajantes, o ensejo de verem e apreciarem as belezas naturais e paisagísticas das margens, a fauna, a flora e as dezenas de eclusas onde o Bellíssima teve que operar para cumprir o percurso redondo com início e fim em Passau, na Áustria.

Durante os períodos de navegação e nos locais de acostagem, quando os viajantes permaneciam a bordo, o Bellíssima oferecia, a par das refeições, pequenos-almoços, almoços, jantares, lanches, aperitivos e serviço de bar e dos tradicionais jantares de boas vindas, de gala, dos piratas, beberete com o capitão, o gestor de hotelaria e a directora do cruzeiro, a possibilidade de locais de descanso e lazer e de diversão com música ao vivo e algumas improvisações artísticas ou cómicas montadas e desempenhadas por membros da tripulação e serviço de bar e cafetaria.

Os viajantes tiveram a oportunidade de visitar

Direitos Reservados

Cumpridas as formalidades de embarque e alojados todos os viajantes no navio Bellíssima, começou a viagem fluvial redonda

nas cidades onde o Bellíssima atracou alguns monumentos, locais e centros históricos que previamente escolheram quando decidiram fazer o cruzeiro. A escolha foi feita a partir de uma listagem disponibilizada pela "Nicko Cruises" armador do navio MS Bellíssima.

As línguas usadas nas visitas guiadas efectuadas foram várias, verificando-se alguma dificuldade de comunicação dos guias com os viajantes. Situação pouco confortável que, percepcionada pela guia acompanhante da Oasis Travel, foi de certa maneira mitigada pela sua pronta e empenhada disponibilidade, entrega e profissionalismo ao tomar a iniciativa de tradução para português. O meio de comunicação com o grupo foi o sistema áudio distribuído para uso nas excursões e passeios previamente escolhidos e contratados com os serviços do Bellíssima.

AS VISITAS

No local da primeira paragem, em 25 de Junho, das previstas no plano de viagem fluvial redonda a bordo do Bellíssima, o grupo teve a oportunidade de visitar a Abadia Beneditina de Gottweig e a cidade de Krems que nos séculos XI e XII chegou a ser a maior e mais importante de Viena de Áustria, entrando-se no centro histórico pelo Portal Medieval erigido em 1480, que se mantém preservado. Segunda paragem, no terceiro dia de cruzeiro, para excursão com passeio na cidade e vista exterior da maior igreja da Hungria, exemplo do barroco, a Basílica de Esztergom no vale de Dunakanyar nas margens do Danúbio.

Paragem seguinte no mesmo dia, Budapeste, onde depois do jantar o grupo viajou de autocarro para uma visita noturna a Buda e Peste, onde teve a oportunidade de assistir num restaurante a um programa onde músicos e cantores brindaram o grupo com trechos de música clássica, operas e operetas, viajando pelo mundo da música e da dança. Entretanto, tomou-se uma bebida, comeram-se frutas e um doce gelado. A noite acabou, antes do regresso a bordo, com os cantores e bailarinos a desafiar os elementos do grupo a mostrarem a sua arte e perícias de dançarinos. Este evento teve a participação de uma simpática, divertida e efusiva guia local que, de nacionalidade brasileira por nascimento e húngara por opção, vive no país magiar há umas dezenas de anos.

No dia seguinte pela manhã um tour por Budapeste, Património Mundial da Unesco, de cerca de quatro horas, e depois de almoço tarde livre até ao início da largada para mais um período de navegação. No quinto dia de viagem fluvial visita à capital da Eslováquia, Bratislava, cidade rodeada de vinhas e pelas montanhas dos Pequenos Cárpatos. Deslocação em autocarro até ao castelo reconstruído, no cimo de uma colina de onde se contempla a cidade velha e o Danúbio. Caminhada por ruelas restauradas do centro histórico e pela cidade velha do século XVII, exclusivamente pedonal, repleta de animação com bares e restaurantes. Ao sexto dia de cruzeiro desembarcou-se em Viena, onde ainda hoje se pode ver a marca dos Habsburgos impressa durante os cerca de seis séculos do seu reinado. Visitou-se a Catedral de St. Stephens símbolo importante e marcante da capital austríaca e o complexo imperial de Hofburg no coração da cidade capital, expressão viva do luxo e riqueza ostentado pela dinastia dos Habsburgos.

A VIAGEM FLUVIAL REDONDA NO DANÚBIO PROPICIOU AOS VIAJANTES, O ENSEJO DE VEREM E APRECIAREM AS BELEZAS NATURAIS E PAISAGÍSTICAS DAS MARGENS, A FAUNA, A FLORA E AS DEZENAS DE ECLUSAS ONDE O BELLÍSSIMA TEVE QUE OPERAR PARA CUMPRIR O PERCURSO REDONDO COM INÍCIO E FIM EM PASSAU, NA ÁUSTRIA

ALTA ÁUSTRIA

Ao sétimo dia de viagem alcançou-se Linz ao início da tarde onde se desembarcou para visita da cidade com um centro antigo de edifícios de estilo barroco e renascentista. Destacam-se pela sua beleza arquitetónica o Landhaus sede do parlamento regional da Alta Áustria, a antiga Câmara Municipal e a residência do bispo. A praça principal, uma das mais expressivas e belas na Áustria, onde se encontra a Coluna da Santíssima Trindade com vinte metros de altura, em mármore branco. No oitavo e último dia de viagem, visita a Munique depois de almoço em restaurante aprazível, com decoração e ambiente adequado e confortável. O tempo curto e as condições meteorológicas não deram espaço para uma visita distendida e aprazível, situação que foi mitigada pela simpatia e capacidade comunicativa da guia local falante de português brasileiro e pelo acompanhamento e desempenho da guia acompanhante da Oasis Travel.

Viagem de autocarro para o aeroporto, formalidades de embarque e espera de voo TAP com destino a Lisboa. Chegada a Lisboa fim de viagem. Viagem bem conseguida e aprazível onde os eventuais contratempos e desencontros foram ultrapassados confortavelmente pela atenção, empenho e profissionalismo da guia acompanhante da Oasis Travel. Cordiais saudações a todos os companheiros de viagem.

Direitos Reservados

IMPRENSA NACIONAL

250 anos de história para conhecer em exposição

Até dia 24 de novembro, no Picadeiro do Museu Nacional de História Natural e da Ciência, em Lisboa, é possível visitar a exposição *Indústria, Arte e Letras. 250 Anos da Imprensa Nacional*, uma mostra com entrada gratuita e que percorre dois séculos e meio de atividade editorial, artística e industrial.

Através de memórias, equipamentos, livros e documentos históricos, a exposição dá a conhecer a história da fundição de tipos, das oficinas de tipografia, de impressão, de gravura e de litografia, do património tecnológico e editorial e ainda do ensino técnico e artístico na Imprensa Nacional.

Para além da história que remonta à sua criação por alvará régio em 1768, a evocação dos 250 anos da Imprensa Nacional compreende também uma leitura sobre o presente e o futuro da instituição e sobre os seus desafios de inovação, sobretudo aqueles associados à impressão gráfica de segurança e ao acesso ao conhecimento na era digital.

O TESTEMUNHO DE UM PAÍS EM MUDANÇA

Ao longo dos últimos 250 anos, muitas foram as transformações políticas, sociais e culturais vividas em Portugal, grande parte delas indissociáveis da atividade da Imprensa Nacional. De acordo com a historiadora Inês Queiroz, coordenadora científica da exposição, "a atividade da Imprensa Nacional refletiu e criou parte da história contemporânea do País e acompanhou a maneira como a administração do Estado se relacionou com os portugueses".

Organizada em 10 núcleos, que seguem uma narrativa cronológica, a mostra cruza várias dimensões transversais a toda a leitura histórica, do seu percurso industrial à atividade editorial, da sua dimensão artística ao seu papel formador na área das artes gráficas, até, enfim, ao desempenho de uma missão pública que foi sendo condicionada por diferentes contextos políticos mas que lhe conferiu sempre um papel estratégico.

Atualmente, a Imprensa Nacional prossegue a sua missão como editora pública, agente cultural e de disseminação da língua e da cultura portuguesas, sendo também responsável pela publicação do Diário da República eletrónico e pela produção de livros, publicações, impressos, boletins, entre outros documentos de segurança.

Direitos Reservados

Local: Antigo Picadeiro Real do Colégio dos Nobres / Museu Nacional de História Natural e da Ciência. Rua da Escola Politécnica, nº 58, 1250-102 Lisboa

Horários: Terça a sexta – 10h00 às 17h00; Fim de semana – 11h00 às 18h00; Encerra à segunda-feira e feriados

Homenagem do Presidente da República

Marcelo Rebelo de Sousa enviou condolências à família do Coronel Manuel da Costa Braz

Direitos Reservados

AO TOMAR CONHECIMENTO do falecimento do Coronel Manuel da Costa Braz, apresento à família enlutada as minhas condolências, em meu nome pessoal e em nome do povo português.

Manuel da Costa Braz foi um português de excepção, que amava o seu País e sempre sonhou com um Portugal mais livre e mais democrático, em que a conduta das entidades públicas se pautasse pelo escrupuloso respeito das regras éticas de transparência e dos direitos e das liberdades dos cidadãos.

Militar de Abril, foi um dos redactores do Programa do Movimento das Forças Armadas e, mais tarde, do *Documento dos Nove*, textos essenciais para a consolidação da nossa democracia e da nossa sociedade livre e plural.

Após a Revolução, desempenhou os mais relevantes cargos na vida pública portuguesa, destacando-se como primeiro Provedor de Justiça e como Ministro da Administração Interna.

No exercício destas últimas funções, coube-lhe a exigente e complexa tarefa de organizar o primeiro processo eleitoral livre e democrático da História portuguesa, o sufrágio dos Deputados à Assembleia Constituinte que representou o acto eleitoral mais participado de toda a nossa democracia.

Durante dez anos, entre 1983 e 1993, exerceu funções como Alto-Comissário contra a Corrupção, e aí, uma vez mais, avultaram a sua profunda dedicação à causa pública, o rigor dos seus princípios éticos e, bem assim, a discrição que é timbre dos homens dignos e conscientes de que ao seu País sempre deram o melhor de si, sem olhar a cargos nem recompensas.

Foi ainda administrador de diversas empresas, com destaque para a Hidroeléctrica de Cabora Bassa.

Manuel da Costa Braz foi um português conhecido pela verticalidade de carácter e pelo seu sentido patriótico do dever, que deixa um rasto de enorme saudade em todos quantos o contactaram de perto e tiveram o privilégio de o conhecer.

Com o seu falecimento, desaparece uma das figuras marcantes da génese da democracia portuguesa, um militar e um cidadão a quem o País tanto deve e cujo exemplo de vida deve ser conhecido e cultivado pelas gerações mais jovens.

DADOS BIOGRÁFICOS DE UMA VIDA PREEENCHIDA

► Filho de Francisco Braz Barrão Júnior e de Idalina da Costa Tainha.

► Nasceu em Pombalinho, Concelho da Golegã, a 4 de Novembro de 1934.

► Casado em 12 de Dezembro de 1959 com Maria Teresa Ricardo Romão Braz, tendo um filho, Manuel António, nascido a 6 de Fevereiro de 1961 e uma filha Ana Cristina, nascida a 5 de Dezembro de 1964.

► Coronel de Artilharia, com o Curso Complementar de Estado Maior. Na situação de reserva desde 1 de Setembro de 1981 e na situação de reforma desde 3 de Novembro de 1999.

► Frequentou a instrução primária na Guia (Pombal) e o ensino secundário nos Liceus Rodrigues Lobo em Leiria, Municipal da Figueira da Foz e D. João III em Coimbra.

► Ingressou no Curso Geral Preparatório da Escola do Exército no ano lectivo de 1952/53, terminando o Curso Geral de Artilharia em 1955, sendo promovido a Aspirante Oficial.

– Frequentou o respectivo tirocínio na Escola Prática de

Manteve-se sempre coerente…

Costa Braz foi um dos melhores militares de Abril, na minha opinião. Era sensato, pacato, não dava muito nas vistas, mas impunha-se pela sua seriedade, pela sua competência e pelos valores que defendia. Foi um grande amigo que partiu…

VASCO LOURENÇO

CONHECI MANUEL COSTA BRAZ a 8 de Fevereiro de 1974. O encontro aconteceu em casa de Marcelino Marques, nos Olivais, em Lisboa, onde também estiveram presentes Melo Antunes e Franco Charais. A reunião seria muito importante pois ali surgiu pela primeira vez a hipótese de se criar um programa político para o Movimento das Forças Armadas (MFA). O contributo de Costa Braz foi notório e logo ali o indicaram para uma comissão de trabalho que iria elaborar o futuro programa do MFA. Esse novo documento foi discutido a 5 de Março, em Cascais, e passaria a ser conhecido com o título: "O Movimento, as Forças Armadas e a Nação".

Manuel Costa Braz empenhou-se a cem por cento, como sempre. As suas características e qualidades fizeram com que posteriormente fosse muito solicitado para vários cargos políticos ao mais alto nível. Foi dos poucos Militares de Abril no exercício do cargo de ministro. Não tivemos muitos. Além de Ministro da Administração Interna (MAI), em mais do que um governo provisório, destacou-se também na coordenação de todo o processo eleitoral para a Assembleia Constituinte, a começar, desde logo, pelo recenseamento da população eleitora. Tarefa ciclóptica, mas a que o MFA soube responder com eficácia. Costa Braz, com Costa Correia, Almeida e Costa, e outros, conseguiram o que os partidos políticos, na altura, jamais alcançariam com tanta grandeza.

Recorde-se que as pseudo-eleições realizadas em Outubro 1973 tinham alcançado 1,5 milhões de eleitores. A eleição para a Assembleia Constituinte, em 1975, somou mais 5,5 milhões. Esse recenseamento foi, de facto, uma tarefa muito importante para a nossa democracia. A população colaborou com o MFA, sobretudo na formação das equipas que batiam porta a porta para recensearem os potenciais eleitores. Recordo com saudade esse tempo em que as pessoas de todo o país se mostravam empenhadas na construção da democracia. Só assim foi possível atingir um tão elevado número de recenseados.

Costa Braz manteve-se sempre coerente com os seus princípios democráticos enformados pelos valores de Abril. Além de MAI, foi também o primeiro Provedor de Justiça (nomeado em 31 de Dezembro de 1975) e o primeiro Alto Comissário Contra a Corrupção (posse em 22 de Dezembro de 1983).

O alto comissariado surge na história da nossa democracia depois de eu ter lançado uma campanha nacional, em 1981-82, contra a corrupção, através de um artigo no Diário de Notícias (DN). Ali chamei à atenção para esse grave flagelo que feria a Revolução de Abril. Aliás, muitas das investigações publicadas na altura, com denúncias envolvendo agentes do Estado, seguiram pistas por mim sugeridas. Esse artigo teve um impacto significativo junto da opinião pública. O governo logo se sentiu pressionado a avançar com o organismo que iria ser presidido pelo Costa Braz. Como promotor dessa campanha, fui, naturalmente, sondado para presidir ao novo organismo. Porém, impus condições consideradas demasiado arrojadas, nomeadamente a proteção policial para toda a minha família. O escolhido seria Costa Braz, pela sua idoneidade e pelo seu carácter, embora - como lhe disse na altura, pessoalmente -, entendesse que carecia de algumas características ideais para o cargo. Defendia eu que quem exercesse aquelas funções teria de ter disponibilidade para partir paredes, nem que fosse à cabeçada, e escavacar tudo e, nesta matéria, Costa Braz era muito diplomático. Mas, exerceu o cargo com empenho e muita dignidade. A ideia era boa. Contudo, resultou num relativo falhanço. Eu alertara o Costa Braz de que o poder político o iria usar, como militar de Abril, para causar a percepção de empenho na luta contra a corrupção. Apoiei-o em tudo. Entreguei-lhe, inclusive, dossiers que tinha em meu poder. Mas, avisei-o que nunca lhe iriam disponibilizar os meios necessários para o combate a que se propunha. Foi o que aconteceu. Tudo resultou num relativo falhanço porque a comissão acabou. Tal como previa, não lhe deram os meios necessários, e desde então a corrupção tem vindo a aumentar e a grassar no tecido social português. A situação, neste momento, é quase incontrolável.

POSTURA DE INTEGRIDADE

Costa Braz desempenhou também um papel muito importante no acordo entre Portugal e Moçambique a propósito da barragem de Cahora-Bassa. A sua postura foi sempre a da integridade e da transparência, o que não agradou a alguns sectores. Por isso, um órgão de comunicação social ainda tentou denegri-lo mas acabou condenado em tribunal.

Artilharia (Vendas Novas) em 1955/56, o Curso de Radar de Campanha em 1959, o Curso de RADIAC (Radio Activity Detection and Computation) em Lenggries (Alemanha) em 1960, o Curso Geral de Estado Maior em 1968/69, o correspondente estágio em 1969/70 e o Curso Complementar de Estado Maior em 1971/72 e 1972/73.

► Promovido a Alferes em 1 de Abril de 1956, a Tenente em 1 de Dezembro de 1958, a Capitão em 1 de Junho de 1961, a Major em 1 de Agosto de 1969, a Tenente-Coronel em 1 de Agosto de 1973 e a Coronel em 31 de Março de 1981.

► Prestou serviço como Alferes e Tenente na Escola Prática (Vendas Novas) onde ficou colocado por escolha, de1956 a1961, como Capitão de Julho de1965 a Outubro de 1966 e como Tenente-Coronel e 2º Comandante de Março a Novembro de 1978; no Estado Maior do Exército(EME) e Quartel General da Região Militar de Tomar de Agosto de 1969 a Maio de 1970 e de novo no EME de Agosto de 1973 a Abril de 1974.

► Cumpriu três comissões de serviço: em Angola (voluntário, Novembro de 1961 a Julho de 1965; de Outubro de 1966 a Julho de 1968) e na Guiné (de Junho de 1970 a Setembro de 1971).

A hipótese de concorrer à Presidência da República é também um episódio importante na história da sua vida. Em 1976, depois de várias reuniões, o candidato apoiado pelo MFA foi escolhido numa reunião dos conselheiros do Exército. Éramos nove, em S. Julião da Barra e, depois de um longo debate, destacaram-se dois nomes: Ramalho Eanes e Costa Braz. Depois, com o voto de braço no ar, teve de se escolher um dos dois e ganhou o Ramalho Eanes com sete votos. No Costa Braz votei eu e o Ramalho Eanes. A minha consideração e amizade pelo Manuel eram muito grandes.

Ramalho Eanes, mais tarde - quando já não podia recandidatar-se -, tentou lançar Costa Braz para a presidência da República. Mas, devido ao modo como o fez, muito à maneira dele, não conseguiu obter o apoio da generalidade dos membros do MFA. Tive duas ou três conversas com o Eanes, e com o próprio Costa Braz, e defendi que naquelas condições não teríamos candidato. Costa Braz, contudo, manteve-se confiante.

Eu tinha tido uma discussão com Vítor Alves que, com Melo Antunes, estava em contacto com Ramalho Eanes. Disse-lhe: "Pede ao Ramalho Eanes que fale connosco, porque desta forma não vamos a lado nenhum". O Vítor Alves respondeu: Ó pá, hoje já não representamos nada, já não temos peso político...". Costa Braz encontrou-se depois comigo, e eu disse-lhe: "Ó Manuel, tu não vais chegar a ser candidato. Ele respondeu: "Terei de ser! Já está decidido".

Tal como previ, acabou por desistir. Vítor Alves apontou culpas aos militares. Eu lembrei-lhe que ele próprio considerava perdida a influência dos ex-conselheiros da Revolução no espectro político, pelo que essa culpa não lhes deveria ser atribuída. Costa Braz disse-me, depois: "Tinhas razão?". Eu respondi: "Claro, vocês fizeram as coisas com os pés!" Continuo convencido de que se o processo tivesse sido bem conduzido Costa Braz teria sido eleito...

A HIPÓTESE DE CONCORRER À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA É TAMBÉM UM EPISÓDIO IMPORTANTE NA HISTÓRIA DA SUA VIDA.

Maria de Lurdes Pintassilgo estava no terreno e apresentou a candidatura no Centro Nacional de Cultura. Eu não compareci para não envolver a Associação 25 de Abril na campanha. Vários ex-conselheiros da Revolução estiveram presentes.

A desistência acabou por abrir caminho a Mário Soares...

Costa Braz sempre teve uma actividade cívica muito importante. Presidiu, inclusive, a uma associação de apoio a pessoas portadoras de deficiência para estar ao lado de uma filha também portadora de deficiência.

Foi um dos melhores militares de Abril, na minha opinião. Era sensato, pacato, não dava muito nas vistas, mas impunha-se pelas sua seriedade, pela sua competência e pelos valores que defendia.

Foi um grande amigo que partiu...

Tem de permanecer vivo

De Costa Braz muito e muito bem se disse já. Bem dizer que indubitavelmente merece, pois havia nele, houve na sua personalidade e na sua múltipla acção, o propósito e a manifestação coerente da excelência, mesmo da "nobreza de espírito"

Direitos Reservados

RAMALHO EANES

ESCREVER SOBRE COSTA BRAZ constitui, para mim, tarefa fácil e difícil: Dizer pouco e dizer diferente.

Dotado foi Costa Braz de inegáveis "talentos de espírito" e de indubitadas qualidades de temperamento.

A vontade que com coerência empenhou no uso desses "dons naturais", "e cuja constituição particular (...) se chama carácter" foi sempre "boa" (boa na acepção Kantiana), vontade boa, personalidade forte e "boa" que sempre, sem tibieza ou desvios, manifestou em todas as situações e acção que desenvolveu.

► Participou activamente na preparação do "25 de Abril"como membro da "Comissão Política" do MFA, na elaboração do "Documento de Cascais" e do "Programa do Movimento das Forças Armadas".

► Membro da Comissão Administrativada RTP (Maio e Junho de 1974).

► Adjunto Militar do Primeiro Ministro do 1º Governo Provisório (Junho/Julho de 1974).

► Ministro da Administração Interna do II e III Governos Provisórios (17 de Julho de 1974 a 26 de Março de 1975).

– Organização do recenseamento eleitoral.

– Primeira Reformulação Orgânica do Ministério da Administração Interna (Dezembro de 1974)

– Preparação das eleições para a Assembleia Constituinte(1975). (As primeiras eleições livres em mais de 4 décadas).

► Colaborou na elaboração e foi 11º subscritor do "Documento dos Nove" (Julho/Agosto de 1975).

► Embaixador dos Serviços Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Julho a Dezembro de 1975) com missões no Uganda e Moçambique.

Decisivo na gesta que mudou Portugal

Homenagem a um amigo e camarada que nos deixou. O coronel Manuel da Costa Braz foi um dos homens decisivos na gesta que mudou Portugal – o 25 de Abril de 1974 e o período que se lhe seguiu.

Direitos Reservados

PEDRO DE PEZZARAT CORREIA

ÉRAMOS DA MESMA GERAÇÃO, ele ligeiramente mais novo, anterior à dos capitães que forneceu a grande maioria dos "militares de Abril" e, por isso, muito justamente deu nome aos "Capitães de Abril". A nossa, dos que já eram majores e coronéis, contribuiu em número muito mais modesto. Costa Braz foi um destes. Aderiu logo que o movimento se politizou e nele teria papel de relevo. Competente, sensato, rigoroso, já se destacara no meio militar e soube

Personalidade "boa" e forte que Costa Braz favorizou através do estudo, da informação, da histórica nomeadamente, do cosmopolitismo, da assunção plena de que o tesouro da vida, tanto da individual como da colectiva, é o da "diversidade que não nega a unidade".

Isto, tudo isto, fez de Costa Braz um cidadão moderado-progressista, militar da liberdade, da tolerância, da democracia e da igualdade (da igualdade diferenciada, na acepção ciceriana).

Isto, tudo isto, fez com que, na sua "unidade e continuidade" Costa Braz soubesse sempre, mesmo nas mais difíceis situações, bem integrar, contextualizar ou globalizar, a sua preocupação pela via do verdadeiro bem comum, afinal pela "síntese entre a dimensão individual e social do homem, que recusa tanto "o liberalismo como o colectivismo".

É, aliás, essa sua personalidade conscientemente "boa" e forte que confere ao trabalho, a todo o trabalho, a acção, a toda a acção de Costa Braz, o traço da excelência. Excelência enquanto militar. Apesar da sua carreira relativamente breve era considerado um militar distinto, preocupado com a sua preparação e eficácia (frequentou com sucesso o curso de Estada Maior). Excelência de maior efeito e visibilidade na luta pela democracia, pelo seu advento, transição, instituição e consolidação.

Participa "no núcleo militar" que fez Abril. Papel coerente, militante e de relevo teve em todos os grandes sobressaltos da transição para a democracia.

Papel de relevante importância teve, também, na instituição e consolidação da democracia ocupando cargos e desempenhando funções de rara acuidade e importância. Assim:

Foi responsável pelo recenseamento eleitoral para as primeiras eleições livres;

Foi Ministro da Administração Interna em vários governos (provisórios e constitucionais);

Foi o primeiro Provedor de Justiça, em Portugal;

Foi o primeiro Alto-comissário da Alta Autoridade Contra a Corrupção.

A Pátria reconheceu a qualidade excepcional do seu contributo para a democracia. Reconhecimento expresso na outorga de importantes condecorações nacionais. Nestas se contam: Cavaleiro da Ordem Militar de Aviz; Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique; Grã-Cruz da Ordem da Liberdade.

Costa Braz é pois, por merecimento nacional relevantemente, um daqueles portugueses que (invocando o Padre Manuel Antunes) deve permanecer vivo na nossa memória colectiva, como exemplo, estimulo e inspiração, para as gerações jovens e vindouras, em especial.

PARTICIPA "NO NÚCLEO MILITAR" QUE FEZ ABRIL. PAPEL COERENTE, MILITANTE E DE RELEVO TEVE EM TODOS OS GRANDES SOBRESSALTOS DA TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA

► Primeiro Provedor de Justiça português (nomeado em 31 de Dezembro de 1975).

► Ministro da Administração Interna dol Governo Constitucional (23 de Julho de 1976 a 30 de Janeiro de 1978).

– Organização e execução das primeiras eleições autárquicas (Dezembro de 1976).

– Consolidação da Orgânica interna do Ministério da Administração Interna.

– Reformulação estrutural e orgânica da Administração Pública (nomeadamente no sector da Função Pública) e desenvolvimento da Administração Local numa perspectiva de desconcentração e descentralização.

– Participação em Bari, Itália, na II Conferência dos Ministros para o Ordenamento do Território (Outubro de 1976) (Em acaso, a primeira presença de um membro do Governo Português numa reunião no âmbito do Conselho da Europa após a admissão de Portugal).

– Participação em Atenas, Grécia, na II Conferência dos Ministros Europeus responsáveis pelas Colectividades Locais do Conselho da Europa, Administração Regional e Local, (Novembro de 1976).

aplicar essas virtudes no seu empenhamento político. Foi uma mais-valia. Com Melo Antunes participou na elaboração do manifesto *O Movimento, as Forças Armadas e a Nação* e do Programa do MFA que, apesar do recuo face ao anterior imposto por Spínola, foi o atestado progressista que atraiu a adesão dos portugueses ao MFA. Partilhávamos uma sã amizade e consideração mesmo quando, apesar de solidários no essencial do percurso que juntos percorremos, discordámos.

Há um marco do processo revolucionário que, penso, a história registará como, quiçá, o mais influente para a sua legitimação democrática e que era um compromisso de honra do MFA – as eleições para a Assembleia Constituinte no prazo de um ano. As farsas eleitorais viciadas e tudo o que com elas estava associado fora um dos anátemas da ditadura salazarista. A legitimação do novo regime tinha de se afirmar pela diferença neste aspeto decisivo: impunha-se dar voz ao povo português, restituir-lhe o que a ditadura lhe roubara, dignidade de cidadão, consciência de soberania. Sem o respeito desse compromisso teria sido mais uma vez atraiçoado.

Costa Braz, ministro da Administração Interna, foi responsável por esse projeto e liderou a equipa notável que lhe deu corpo. Partindo do zero, porque neste contexto a herança da ditadura era um cúmulo de fraudes, num curtíssimo espaço de tempo, num ambiente político e social complexo, enfrentando obstáculos porque havia quem considerasse as eleições prematuras e prejudiciais à revolução em marcha, tudo conseguiu com pleno sucesso. Recenseamentos, círculos eleitorais, cadernos eleitorais, campanha, processamento e fiscalização, apuramento de resultados, num clima de liberdade absoluta numa sociedade arredada desta experiência há meio século, tudo foi rigorosa e eficazmente legislado e regulamentado. O povo correspondeu em festa, com inexcedível civismo, nas eleições mais livres, democráticas e participadas, da sua história. O mundo o reconheceu. O 25 de Abril, que o povo português legitimara com a imediata e massiva adesão, viu aí consagrado o seu reconhecimento democrático pela comunidade internacional rendida ao facto, quase inédito, de um golpe de estado libertador e democratizante levado a cabo por militares. Esta matriz do 25 de Abril que perdura, muito deve a Costa Braz.

NÃO VIA QUE COSTA BRAZ – COMO QUALQUER OUTRO MILITAR – PUDESSE GANHAR AS ELEIÇÕES E CONSIDERAVA QUE ELE NÃO DEVIA SUJEITAR-SE A UMA DERROTA

PROVEDOR DE JUSTIÇA

O seu papel como cidadão ao serviço do novo Portugal não terminaria aí. Foi, de novo, ministro da Administração Interna no V Governo de Maria de Lourdes Pintasilgo, o que de todos os governos constitucionais ousou governar mais à esquerda na linha do espírito progressista da Constituição. Foi o primeiro Provedor de Justiça, o primeiro e único responsável pela Alta-Autoridade contra a Corrupção, cargos ajustados ao seu carácter reto e impoluto.

Em 1986, quando Ramalho Eanes completava o último mandato na presidência da República, foi o primeiro nome avançado como candidato da continuidade. Aí residiu o único episódio em que divergimos. Nos primeiros contatos para tomar a sua decisão quis conversar comigo. Ouvi os seus argumentos que não me suscitaram qualquer reserva, mas havia um óbice intransponível – eu já me comprometera no apoio a Maria de Lourdes Pintasilgo. E havia outra razão que, não sendo impeditiva, me colocava reservas em apoiá-lo – na minha análise, esgotado o período revolucionário de transição, extinto o Conselho da Revolução, com o óbvio desgaste da intervenção dos militares na política, abria-se a era de um Presidente da República civil. Não via que Costa Braz – como qualquer outro militar – pudesse ganhar as eleições e considerava que ele não devia sujeitar-se a uma derrota. Não o merecia. Discordando da minha argumentação Costa Braz manifestou total compreensão pelo meu compromisso com Pintasilgo. A nossa amizade permaneceu incólume. Tivemos oportunidades várias de, nos tempos que se seguiram, o provar reciprocamente. Por razões que nada tiveram a ver com o meu desacordo a sua candidatura acabaria por não se consumar.

Manuel da Costa Braz não era homem de elogios fáceis nem sorrisos de circunstância. Era, numa palavra, um homem de carácter. Ter sido seu amigo e companheiro num percurso empolgante, é privilégio que guardarei até ao fim da vida.

8 de julho de 2019

– Presidente da Reunião Extraordinária da Conferência dos Ministros Europeus responsáveis pelas Colectividades Locais do Conselho da Europa por si proposta e realizada em Lisboa (Outubro de 1977).

► Administrador da Hidroeléctrica de Cahora Bassa (Fevereiro de 1979 a Julho de 1981) "em comissão especial para missão de interesse público", em cuja actividade foi incluída a normalização do relacionamento entre as entidades portuguesas e moçambicanas, conducente a um regular funcionamento da actividade gestionária da empresa.

► Ministro Adjunto do Primeiro Ministro e Ministro da Administração Interna no V Governo Constitucional(1 de Agosto de1979 a3 de Janeiro de 1980).

– Organização e execução das eleições autárquicas elegislativasde Dezembro de 1979.

– Regulamentação da Lei Orgânica do Ministério, com que foi terminada a estruturação orgânica pretendida e adaptada ao novo quadro institucional do Estado (Dezembro de 1979).

– Completamento da estrutura de desconcentração do Ministério da Administração Interna na sua vertente de Administração Local e Agrupamentos de Concelhos,

Direitos Reservados

GRÃ- CRUZ DA ORDEM DA LIBERDADE

O coronel Costa Braz não deixou de ser uma das figuras mais relevantes da vida nacional

COSTA CORREIA

Primeiros dias de Março de 1974.
Em Algés, na residência do então Capitão Piloto-aviador Fernando Seabra (que faleceu recentemente, no posto de General) realiza-se a primeira reunião em que oficiais dos três Ramos das Forças Armadas - alguns já oficiais superiores, entre os quais o então Tenente-Coronel Manuel da Costa Braz e o Major Ernesto Melo Antunes - analisam conjuntamente a situação política do país debatendo linhas de acção que passariam por um prévio processo de democratização, tendo sido ultimado um importante documento que viria a ser a linha orientadora do programa do Movimento das Forças Armadas.
A partir daquele momento, o coronel Costa Braz não deixou de ser uma das figuras mais relevantes da vida nacional.
Inicialmente de modo discreto, pois começou por ser nomeado Adjunto Militar do Primeiro-Ministro do I Governo Provisório, para logo depois exercer as funções de membro da Comissão Administrativa da RTP (Maio e Junho de 1974), e posteriormente convidado a exercer nos II e III Governos Provisórios o cargo de Ministro da Administração Interna (até 26 de Março de 1975), em que teve a responsabilidade política pelo primeiro recenseamento eleitoral democrático e universal que houve no nosso país - basta recordar que anteriormente só uma pequena parte das Cidadãs era legalmente recenseável - iniciando assim a preparação das eleições para a Assembleia Constituinte, processo para o qual convidou distintas personalidades, entre as quais se destacam o então Comandante Almeida e Costa, Coronéis Infante e Stoffel Martins - Camarada de Armas que sempre o acompanhou ao longo da vida - Dra.Lucinda Almeida, Drs. Mateus Roque e Jorge Miguéis (que viriam a exercer as funções de Director-geral dos processos eleitorais), José de Guimarães (então Oficial do Exército), Comandantes Camões Godinho e Alves Jesus, e Dr.Jorge Coelho (que viria a ser Ministro da Administração Interna) - para além de tantos outros Colaboradores que seria justo citar.
Contudo, poucas semanas antes da data prevista para as primeiras eleições plenamente democráticas em Portugal ocorrem as confrontações militares de 11 de Março de 1975, que foram analisadas por uma assembleia de militares convocada "ad hoc", cujo decorrer desgostou o então Ministro da Administração Interna levando-o a não aceitar continuar em tais funções a quando da remodelação ministerial de 26 de Março - mesmo instado a nelas permanecer dado que o recenseamento tinha sido um sucesso não só quanto à sua organização mas também quanto à enorme participação de um povo ansioso pela liberdade.
Voltando a sair da primeira linha da ribalta, e depois de uma breve passagem pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros em que exerceu funções de embaixador itinerante junto de alguns países africanos, aceita o encargo de ser o primeiro Provedor de Justiça (nomeado em 31 de Dezembro de 1975), em que as suas qualidades de organização muito o ajudarão a instituir um serviço público de grande qualidade, cujo padrão tem perdurado até agora.
Abril de 1976 assiste à promulgação da Constituição da República e à realização das primeiras eleições constitucionais para a Assembleia da República, na sequência das quais é constituído (Julho) o I Governo constitucional, sendo Primeiro-ministro o Dr. Mário Soares e dele fazendo parte como ministro da Administração Interna o Coronel Costa Braz - após terem ocorrido várias tentativas de credenciados militares no sentido de promoverem a sua candidatura para as altas

desenvolvimento dos Gabinetes de Apoio Técnico e criação das Comissões de Coordenação Regional e sua delimitação territorial de princípio-CCRs (Dezembro de 1979).

– Criação do Grupo de Operações Especiaisda PSP – GOE (Dezembro de 1979).

► Administrador da Empresa Ilídio Monteiro Construções, Lda. com início em 1 de Agosto de 1981, com actividade gestionária empresarial no Sector Internacional. Cessou essas funções, a seu pedido, em 31 de Outubro de 1983.
► Nomeado pelo Governo Alto Comissário Contra a Corrupção(Posse em 22 de Dezembro de 1983).

► Eleito pela Assembleia da República Alto Comissário Contra a Corrupção (Posse em 26 de Outubro de 1988). Cargo que manteve até 17 de Maio de 1993, data da extinção do Organismo por sua iniciativa.

► Presidente do Conselho de Administração da Hidroeléctrica de Cahora Bassa (Moçambique) em representação do Estado Português, de 9 de Junho de 1993 a 30 de Abril de 1999.

– Reconstrução/Reabilitação de todo o Empreendimento; incluindo Barragem, Central, Subestação do Songo e 2017 torres nas linhas de transporte de corrente contínua - DC para a República da África do Sul (RAS).

funções de Presidente da República (hipótese que não o terá motivado), e cuja eleição viria a incidir, no final de Junho de 1976, sobre o General António Ramalho Eanes.
Uma das suas primeiras incumbências foi a direcção do processo de organização das primeiras eleições regionais e locais (o que me permitiu conhecer de perto o seu modo determinado mas afável) as quais - tal como as anteriores eleições de 1975 e 1976 - decorreram satisfatoriamente, bem como o acompanhamento da elaboração das primeiras leis sobre os poderes regionais e locais, em que sob a minha direcção colaboraram distintos juristas como José Magalhães Godinho, Lino Lima e Barbosa de Melo, na sequência dos trabalhos análogos visando as eleições legislativas e presidenciais, e que perduraram - apenas com alguns aperfeiçoamentos - durante cerca de 40 anos.

IMPORTANTES REFORMAS ESTRUTURAIS

Permanece como Ministro até Janeiro de 1978, tendo definido os princípios que iriam presidir à nova Lei Orgânica do Ministério e concretizando importantes reformas estruturais no âmbito da administração pública nomeadamente na área da função pública bem como no desenvolvimento das autarquias regionais e locais, e na reorganização da GNR, da PSP e do Serviço de Estrangeiros, contando com a colaboração de prestigiadas figuras da Administração Pública, como António Figueiredo Lopes, Adelina Sá Carvalho, e Guilherme Câncio Martins, entre outras.
Trabalho que viria a retomar no Governo dirigido por Maria de Lurdes Pintassilgo, acumulando com as funções de Ministro-adjunto da Primeira-Ministra, e em que superintendeu novamente no processo para as eleições autárquicas e para as eleições legislativas de Dezembro de 1979.
Terminadas as suas funções ministeriais em princípios de 1980, considera ser seu dever, findas as funções políticas que exercera, regressar ao serviço activo no Exército, onde exerceu funções de comando na Escola Prática de Artilharia , para pouco depois passar à Reserva no posto de Coronel.
É então convidado pelo Governo, em 1983, para ser o primeiro Alto-Comissário contra a Corrupção, convite posteriormente confirmado por eleição da Assembleia da República, tendo exercido o cargo durante 10 anos, com a colaboração de importantes personalidades - como a agora Conselheira Francisca Van Dunen, os agora Conselheiros Pinto Monteiro e Santos Carvalho, e o Dr. Alfredo Caldeira.
Nestas relevantes funções (durante as quais voltou a ser abordado por destacadas figuras da vida política para se candidatar em 1986 a Presidente da República, tendo declinado tais sugestões dadas as algumas ambiguidades que notou em tal processo) sente acentuadas dificuldades em concretizar o seu mandato devido a considerar haver alguma inconsistência legislativa quanto aos seus poderes, pelo que propõe a extinção do Cargo, solução que é aceite mas que lhe deixa um travo amargo pelo facto de as expectativas criadas pela esta nova Instituição não terem podido ser concretizadas como desejaria, devido à resistência de muitas entidades governamentais quanto à adopção de disposições necessárias e, também, à incapacidade manifestada pelas autoridades judiciárias em dar seguimento às numerosas provas carreadas pela Alta Autoridade no âmbito dos processos organizados.
Inicia então um percurso profissional que o leva à colaboração com uma credenciada empresa privada, bem como à de Administrador - em representação do Banco de Fomento Nacional (Estado Português) - da Hidroeléctrica de Cabora Bassa, funções que exerceu com o maior rigor na defesa dos interesses da República Portuguesa, tendo porém sido alvo de injustas calúnias publicadas por um periódico nacional cujo director viria a ser condenado judicialmente por tal facto - circunstância que, por rara, mais demonstrou o infundado das referidas alusões.
Tal episódio provocou contudo enorme amargura ao impoluto Cidadão e Militar que esteve sempre na primeira linha da defesa da Democracia.
E para que estas linhas não terminem de um modo que ainda entristeça mais quem irá sentir saudades do Coronel Manuel da Costa Braz, duas notas algo pessoais:
Quando em Março de 1973 chegámos ao edifício onde nos reuniríamos, o então Tenente-Coronel Costa Braz soltou diversas imprecações, pelo que lhe perguntei porque estava tão amofinado, ao que me explicou que o tinham convocado para um ponto de encontro a um quilómetro de distância quando afinal ele morava no mesmo prédio em que habitava o Capitão Piloto-Aviador Seabra...
Outro apontamento: o Coronel Costa Braz era um grande apreciador de navios, e nos últimos 10 anos enviava-me adequadas mensagens retransmitindo curiosidades navais que encontrava na Internet, pelo que a certa altura o informei de que a Marinha decidira graduá-lo no posto de... Coronel-de-Mar-e-Guerra! O que lhe deu profunda satisfação.
Agraciado em 1981 com a Grã- Cruz da Ordem da Liberdade, faleceu em 2 de Julho de 2019.

Algés, 15 de Setembro de 2019

– Desencadeamento e concretização do processo de revisão tarifária com a ESKOM que foi conseguido culminar em 8 de Julho de 1998.

– Início do fornecimento de energia para o Zimbabwe em 1 de Dezembro de 1997.

– Reinício em 1 de Agosto de 1998 dos fornecimentos comerciais para a ESKOM e ao Sul de Moçambique.

– O Acordo celebrado em 8 de Julho de 1998 não chegou a vigorar por alegadamente não ter sido ratificado pelas autoridades políticas da República da África do Sul, pelo que veio a ser promovido um processo de arbitragem internacional com desfecho posterior ao término do mandato.

– Apresentação em 1998 dos primeiros resultados operacionais positivos ao fim de 14 anos.

– Dispensa de apoios financeiros pelo Estado português a partir do ano fiscal de 1999.

– Estudo da reformulação orgânica, funcional e estrutural da Empresa; início da sua implementação.

– Criação de condições para a actualização imperativa do edifício jurídico-contratual da Empresa que remontavam a 1969 e 1984.

Incrível aventura da fundação da democracia

Nunca entenderemos bem este país se não conhecermos as duas coisas que formataram os tempos que correm: uma ditadura que durou 48 anos e uma revolução feita por militares.

ANA SÁ LOPES*

A GERAÇÃO QUE NASCEU em democracia chegou agora à meia-idade. Pela lei das coisas naturais, começam a ir os homens que fizeram uma revolução sabe Deus como, reconciliaram o país consigo próprio — ao contrário do que aconteceu e permanece em Espanha — e criaram as bases para a construção do Estado de direito democrático.

Manuel da Costa Braz era um desses homens e morreu agora sem que uma grande parte dos portugueses possa perceber o que lhe deve. É natural: Costa Braz não foi primeiro-ministro nem Presidente da República, há anos que estava retirado e manteve em todos os cargos por onde passou uma discrição que já terá sido uma coisa virtuosa mas que em tempos de Trump e Boris Johnson vai ficando cada vez mais anacrónica.

E, no entanto, Costa Braz foi essencial para o golpe de Estado — não era capitão, era mais "antigo", como se diz nos quartéis, foi um dos raríssimos tenentes-coronéis que participaram na conspiração. Ajudou a escrever o programa do Movimento das Forças Armadas, foi ele que "baptizou" o novo poder e inventou o nome "junta de salvação nacional", foi o primeiro grande ministro da Administração Interna do pós-25 de Abril e ficou responsável pelo primeiro recenseamento eleitoral da democracia — e pelas primeiras eleições livres.

Era um moderado, fez parte do Grupo dos Nove — a ala militar que impôs uma democracia ocidental à revolução em curso — enquanto temperava as euforias da ala mais radical de Jaime Neves que queria "tomar o Norte". Foi essencial, como tantos e tantos outros de que cada vez nos lembramos menos, à criação da democracia. Chegou a ser sugerido, por duas vezes, para candidato a Presidente da República, mas isso não aconteceu.

Foi o primeiro ocupante do então recém-criado cargo de provedor de Justiça e, depois, o primeiro encarregado do combate à corrupção, como responsável da Alta-Autoridade contra a Corrupção, criada em 1983.

Direitos Reservados

MANUEL DA COSTA BRAZ ERA UM DESSES HOMENS E MORREU AGORA SEM QUE UMA GRANDE PARTE DOS PORTUGUESES POSSA PERCEBER O QUE LHE DEVE

Os historiadores serão cada vez mais precisos, porque a memória chamada "colectiva" é profundamente limitada. Nunca entenderemos bem este país se não conhecermos as duas coisas que formataram os tempos que correm: uma ditadura que durou 48 anos e uma revolução feita por militares, muitos deles com pouca consciência política, que em certos momentos funcionou ad hoc, ziguezagueou mas que foi capaz de cumprir o que tinha prometido no dia 25 de Abril. Devemos a Costa Braz uma quota-parte do que foi a incrível aventura da fundação do Estado democrático.

**Directora adjunta do jornal Público, onde a 3 de Julho publicou este artigo*

► Por convite do Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade foi nomeado em 29 de Setembro de 1997 para o cargo de Presidentedo Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência tendo tomado posse em 13 de Outubro de 1997 (sem remuneração).

► Em 1985 foi-lhe conferido o título de "Ribatejano Ilustre"pela Casa do Ribatejo em Lisboa.

► Possui condecorações nacionais e estrangeira destacando-se:
a) Cavaleiro da Ordem Militar de Avis (Junho de 1980)
b) Grã-Cruz da Ordem do Infante Dom Henrique (Junho de 1982).
c) Grâ-Cruz da Ordem da Liberdade (Julho de 1985).
d) Grã-Cruz daOrdem de Isabel a Católica de Espanha (Abril de 1978).

Foi digno do passar de cada dia

Faleceu no passado dia 2 de Setembro, o comandante Vasco da Costa Santos, homem de uma excepcional dimensão humana, ética, política e revolucionária

MANUEL BEGONHA

FOI UM DOS ÚLTIMOS que conhecemos de uma geração que bastante antes do 25 de Abril muito sacrificou da sua vida pessoal e familiar pela conquista de um Portugal socialista, livre e democrático.

Com o seu forte carisma, era um líder natural de grande coragem física e moral que constituiu sempre uma referência para o combate para nós, os mais novos, a precisar de conhecimentos e experiência.

Por vezes, é necessário recorrer ao passado o qual para nós arrasta uma memória de um característico conhecimento pessoal, quando envolvidos num combate comum.

É assim que nos é possível registar tantos traços que marcaram o seu carácter. Passou pela solidão, prestígios e agruras do Comando. Foi digno do passar de cada dia.

Desde o dia 15 de Setembro de 1939 em que foi alistado no Corpo de Alunos da Escola Naval, teve uma carreira naval variada, embarcando em vários navios como Oficial de Guarnição ou como Comandante, como a título de exemplo apresentamos. Em 1952, foi nomeado Comandante do draga minas "São Miguel", no qual navegou 2 anos nas costas portuguesa e espanhola. Em 1957, fez duas comissões a bordo do navio hidrográfico "Almirante Almeida Carvalho" integrando a Missão Hidrográfica dos Açores e Cabo Verde. Em 1961, é colocado no Faial, como capitão do porto da Horta.

Foi um homem determinado, capaz de andar a direito num mundo cheio de falsidades, ainda que com um temperamento emotivo que o levava para a luta política por vezes de uma forma exacerbada. Mas quem nunca se excedeu em determinadas circunstâncias nunca poderá ser grande.

E ele foi grande porque arriscou tudo pelos seus ideais.

Elevou a sua voz como um canto forte, com total verdade, pureza de entrega e como uma absoluta carga de convicção.

E é assim que inevitavelmente participa na malograda tentativa revolucionária de 12 de Março de 1959, conhecida pela "Revolta da Sé". É detido em Maio de 1959 em instalações da Marinha, tendo aí permanecido preso um ano e três meses. Foi julgado em Junho de 1960 e libertado.

Por ter pedido autorização para se apresentar, nas listas da oposição às eleições de 1961, após várias vicissitudes, foi passado compulsivamente à situação de reforma, por pressão da PIDE e por aplicação de decreto assinado por Salazar.

E chegou finalmente o 25 de Abril.

Reintegrado na situação de activo, foi promovido a CMG (Capitão de Mar e Guerra) com a antiguidade a 1-3-1973, sendo nomeado pelo Conselho da Revolução para integrar a Direcção da "Casa das Pescas".

Por nomeação do CEMA (Chefe do Estado Maior da Armada) assumiu em Junho de 1975 o comando do "Comando Naval do Continente".

Permaneceu um adversário difícil e implacável para quem maldosamente o atacava, cortando-lhe a provocação, a insolência ou a ignorância, mas também um amigo e professor para os que se aproximavam dele para aprender, porque possuía vastos conhecimentos do materialismo dialéctico e histórico e um conhecimento profundo do marxismo e do leninismo. E incomodou.

Na sequência do golpe de 25 de Novembro de 1975, foi preso, primeiro em Santarém e depois nos fortes de Oeiras e de Caxias, até Março de 1976, tendo passado à situação de reforma em 8 de Dezembro de 1990.

Direitos Reservados

PASSOU PELA SOLIDÃO, PRESTÍGIOS E AGRURAS DO COMANDO. FOI DIGNO DO PASSAR DE CADA DIA

E assim continuou até ao fim, cavalheiresco e sensível, leal nas palavras e no pensamento, apreciador do convívio e atento aos amigos e à vida; dotado de uma fina inteligência analítica, tendo conhecido bem a natureza humana, confiando convictamente nos que pensavam como ele.

Desta forma, encontramo-nos na circunstância trágica de vermos desaparecer mais um herói, que ficará, como vem acontecendo a tantos outros revolucionários que tanto lutaram pela pátria, e que esta não reconheceu nem honrou. Compete-nos, portanto, a nós não o deixar esquecer.

Até sempre, Camarada!

Partiu como sempre aqui esteve... Modesto, solidário e de caráter impoluto. No seu último gesto, de abnegação e dádiva, prescindiu de todas as exéquias fúnebres e doou o corpo à ciência. Tal é revelador da sua personalidade.

FRANCISCO BATISTA GODINHO*

CONHECI O SARGENTO-MOR Ciro Ascenção Martins num qualquer dia de março de 1962, eu um recruta, ele soldado paraquedista, barista do clube de praças do Batalhão de Caçadores Paraquedistas, em Tancos.

Ao ver-me exibir um naco de presunto que os meus pais me tinham enviado do Alentejo e pedir um copo de vinho vulgar, disse-me: "Ó alentejano, não vou deixar que estragues esse petisco!...Vamos mas é regá-lo com uma vinhaça do Douro (o Ciro era do Porto), que eu trouxe no fim-de-semana. Não quero esse petisco estragado com um vinho rasca."

Foi o começo de uma bela amizade!...A partir daí, quase todas as tardes e após o toque de ordem, juntávamo-nos para "beber um copo" de *Encostas do Dão*, com presunto de Barrancos e pão alentejano.

Em 1963/64 fizemos a primeira comissão na Guiné. Depois, já em 69, ambos viemos frequentar o Curso de Sargentos a Lisboa. Ainda nesse ano, no final, recebemos ordem de embarque... o Ciro para Moçambique, eu para Angola.

Após essa segunda comissão, reencontrámo-nos em Lisboa no Curso de Instrutores e Monitores de Paraquedismo, complementado com Curso de 1º-Sargento. De divisas aos ombros, voltámos a embarcar, desta vez juntos para Angola.

Quem conheceu bem o Ciro (eu tive essa sorte!), reconheceu-lhe sempre a humildade e a simplicidade que tanto o soía, e esse facto levava-o a guardar para si, modestamente, as suas façanhas. Contudo, porque testemunhei algumas, não resisto a, sucintamente, narrar uma ou outra, ilustrativas de tão vincada personalidade:

Uma aconteceu na Guiné, Ilha do Como, zona "quente" de confrontos entre tropa portuguesa e os guerrilheiros do PAIGC. Certo dia, em pleno combate feroz, o Ciro e outro camarada ficaram isolados e desapareceram. Quando ao fim do dia, já desesperávamos por encontrá-los, eis que demos com ambos escondidos dentro de uma cratera de obus, preparando-se para passar a noite cercados por guerrilheiros... Assim que nos viu, disse: "Estava a ver que nunca mais apareciam!... Pensavam que se tinham livrado de mim??!! Ná, vão ter que me aturar até ao fim da comissão."

Outra passou-se em Angola, onde o Ciro foi alvejado por um *sniper* inimigo e cujo tiro, dirigido à cabeça, passou tão perto que a bala queimou-lhe a pele e o choque fez com perdesse os sentidos. Ao acordar, limitou-se a comentar: "Este gajo quase que me acertava!"

ERA ASSIM, O MEU AMIGO!

Também como Militar de Abril, o Ciro merece uma palavra (muitas!) de louvor e reconhecimento! Desde os finais de 1973, data em que teve conhecimento das movimentações dos capitães e às quais aderiu incondicionalmente, que manifestou o seu apoio às reivindicações. Foi assim que após a Revolução dos Cravos fez parte da Assembleia da Força Aérea, desempenhando funções de elevada responsabilidade.

No final, foram as qualidades já aqui mencionadas, assim como tantas outras, que levaram o Ciro a ser escolhido para integrar o grupo de militares, dos três ramos das forças Armadas, que no âmbito da A25A trabalhou para que fosse possível, sem enviesamentos ou excepções de sinal politico, a reconstituição das Carreiras dos militares vítimas de discriminação e de irregularidades no período pós-25 de Abril.

Também aqui se destacou exemplarmente, graças ao seu trabalho, competência, persistência, grande dedicação e sentido de justiça.

Todos os militares envolvidos neste processo ficar-lhe-ão para sempre gratos, em particular os militares paraquedistas, quando, em grande parte pelo esforço e empenho do Ciro, tiveram a satisfação de ver os respetivos processos bem instruídos, o que viabilizou o despacho favorável quando já julgavam os casos perdidos. Estes gestos de generosa solidariedade e de fraternidade não se esquecem!

Partiu um homem raro, simples, generoso, um militar que honrou e dignificou a Instituição militar, um patriota corajoso, um combatente arrojado, um construtor do Portugal de Abril, um ser humano excepcional de quem nos orgulhamos de ter sido amigos e camaradas

Por tudo isto, Amigo Ciro, penso que as palavras do nosso Hino muito se te aplicam:

" A morte é Franca,
Já te foi apresentada,
Ela de Ti não quer nada,
Tem Amor aos Arrojados!"

Até sempre , Camarada!

*Sargento-Mor

CONVITES

Babel, Comissão das Comemorações da Crise Académica de 1969 e autor, lançamento do livro "Peço a Palavra – Coimbra 1969", de Alberto Martins, 23-04-2019; AJA Lisboa, Jantar de Homenagem a Adriano Correia de Oliveira, 09-04-2019; Teatro "Feridas de Guerra", 16-04-2019; "25de Abril plano B – conversas com o Coronel Correia Bernardo", 29-04-2019; Concerto de Kátia Teixeira, 09-05-2019; Apresentação do novo romance de Alice de Brito "A noite passada", 30-05-2019; 2.ª mesa com a cultura – Jantar, 06-06-2019; "O Populismo em debate", 27-06-2019; "O silêncio dos outros – a memória e os crimes e os crimes do fascismo", 05-07-2019; Comandante da Academia Militar e Edições Colibri, sessão de apresentação do livro "A Pintura de Giuseppe Trono na Capela do Paço da Bemposta" de Giuseppina Raggi e Michela Degortes, 21-02-2019; Carlos Canhão e Ruben Ribeiro, inauguração da exposição, 20-02-2019; Teatro Nacional D. Maria II e Antunes Fidalgo Unipessoal, estreia de Frei Luís de Sousa, no dia 1-03-2019;Galeria Espaço Artever, exposição de pintura de Amadeu Escórcio e Joaquim Lourenço 23-02-2019; Casa do Alentejo, autora e Edições Colibri, apresentação do livro "Solidão D'amor e Ópio" de Carmo Miranda Machado, 22-02-2019; Museu Municipal de Faro e Edições Colibri, apresentação do livro "Diogo Tavares e Ataíde – Arquitecto Algarvio" de Daniel Santana, 12-02-2019; Edições Sílabo, apresentação do livro "Crime, Desvio e Risco na Adolescência" de José Soares Martins e Margarida Simões, apresentação da obra "Estudos de Direito do Trabalho", de Glória Rebelo, 11-04-2019; Presidente da Câmara Municipal de Portalegre e Colibri, apresentação do livro "Os Joelhos do Meu Pai e outros contos" de António Jacinto Pascoal, 23-02-2019; Edições Sílabo, Universidade da Beira Interior e autor, apresentação do livro "Quo Vadis Europa – A Encruzilhada Europeia – entre o ideário romântico e o pragmatismo político" de Bruno ferreira Costa, 28-02-2019; Cristina Vieira, José Henrique Manso, Ana Rita Carrilho e Edições Colibri, apresentação do livro, "Portugal, Brasil, PALOP: Relações Culturais", 28-02-2019; Livraria Bertrand Picoas Plaza e Edições Colibri, apresentação do livro "Contos Fantásticos" de Albano Estrela, 09-03-2019; Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ-I.P.) e Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa (UCP), colóquio inaugural da Cátedra Manuel Sérgio – Desporto, Ética e Transcendência, 12-03-2019; Lema d'Origem Editora, Município de Coimbra e autora, apresentação do livro "A Importância de se Chamar Português: José Liberato Freire de Carvalho na Direcção do 'Investigador Português em Inglaterra, 1814-1819", de Adelaide Vieira Machado, 7-03-2019; Directora do Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia, Edições Colibri e director do Centro de Estados Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, apresentação do livro "A Leitura na Biblioteca Escolar – Atouguia da Baleia, de Carla Maria Gomes Andrade, 14-03-2019; Vieira Duque, exposição de pintura "A Urbe e a Génese", 30-03-2019; APOIAR-Associação de Apoio aos Ex-Combatentes Vítimas do Stress de Guerra, comemoração do seu 25.º aniversário, 18-03-2019; Centro Documentação 25 de Abril, projecção do documentário "O Salto" de Luís Godinho, 21-03-2019; Câmara Municipal de Loures e Direcção-Geral do Património, inauguração da exposição "Vivências Quotidianas do Convento de Cristo após a Extinção da Ordem, através da cultura material e documental", 23-03-2019; Presidente da Câmara de Viana do Castelo e Teatro do Noroeste, estreia do espectáculo "Rottweiler", 27-03-2019; Município de Grândola, inauguração dos relvados sintéticos do Parque Desportivo Municipal de Grândola, 24-03-2019; Cerimónia de Abertura do 3.º Encontro Concelhio do Movimento Associativo e do 14.º Convívio Alegria e Movimento, 07-06-2019; Exibição do documentário "Se Fores Preso, Camarada...", 06-04-2019; Colóquio "Retalhos da Vida de um Escritor, Fernando Namora" 12-05-2019; Apresentação do Livro «José Saramago, Rota de Vida", 23-04-2019; Sessão de Apresentação «Sétimo Livro de Um Agnóstico» de Germesindo Silva", 13-04-2019; Edições Colibri, apresentação do livro "Irene Lisboa – O Sujeito e o Tempo, de Sara Marina Barbosa, 28-03-2019; Apresentação da obra, "Mundo(s)", 06-04-2019; apresentação da obra "A Noite que Mudou A Revolução de Abril", 22-04-2019; Apresentação da obra, "As gargalhadas de Mestre Juju" de Goretti Pina, 27-04-2019; Apresentação da obra, "Memórias de uma falsificadora" de Margarida Tengarrinha; 04-05-2019; Apresentação da obra "O Marinheiro de Fernando Pessoa", 24-05-2019; Apresentação da obra " Rua das Janelas Verdes" de Maria Lúcia Perrone de Faro Passos, 03-06-2019; Apresentação da obra "Crónicas de um Tenente" de Fernando Penim, 07-06-2019; Apresentação da obra "Fernando Pessoa - textos ateístas" 09-06-2019; Apresentação da obra, "Manuel dos Santos conversa com Adolfo Maria sobre Angola – a hora da mudança"09-06-2019; Apresentação das obras "A vida é um desporto violento", "O Atlas Iluminado" de Carlos Lopes, 13-06-2019; Apresentação da obra "Artes Plásticas" de Paula Henriques; 21-06-2019; Apresentação da obra "Convergências desconexas" de Luís Telésforo, 29-06-2019; Apresentação da obra "São Bartolomeu de Messines e o conselho de Silves" de Aurélio Nuno Cabrita, 29-06-2019; Presidente da Câmara Municipal de Pombal, cerimónia de entrega da Bandeira Cidade de Excelência-Nível III, 28-03-2019; Livros Horizonte e EGEAC, apresentação do livro "Esquecidos de Abril – Os Mortos da Revolução sem Sangue", de Fábio Monteiro, 16-04-2019; Biblioteca Nacional de Portugal, Edições Colibri, Laboratório de Estudos Judaicos (ISCSP-Universidade de Lisboa e autores, apresentação da obra "Judeus – os Navarros de Lagoaça" de Filipe Pinheiro de Campos e António Maria de Assis, 05-04-2019; Apresentação da obra "Maria das Tormentas" de Lúcio Neto Amado, 18-07-2019; Apresentação da obra, "Santa Isabel de Portugal", de Aires A. Nascimento, 20-07-2019; Edições Fénix, apresentação do livro "O activismo Estudantil no IST

REGISTÁMOS O FALECIMENTO DOS SEGUINTES ASSOCIADOS:

Sócio efectivo: Luís Filipe Pires Conceição;
Apoiantes: Rogério Carpentier
Às famílias enlutadas apresentamos sentidas condolências.

(1945-1980)", 18-05-2019; Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira, mesa redonda "A democracia no século XXI – que caminhos?", 13-04-2019 Associação Iuri Gagárin e Associação Chance, Comemorações do Dia da Vitória (9 de Maio de 1945), 05-05-2019; Associação Promotora do Museu do Neo-Realista de Vila Franca de Xira, "Contos e outras Prosas", de Mário Rodrigues Faria, 12-06-2019; Inauguração da exposição "E não sei se o mundo nasceu - Fernando Namora 100 anos", 18-05-2019; Lançamento do DVD do filme "Luz Obscura", de Susana Sousa Dias, 26-06-2019; Centro Documentação da Universidade de Coimbra, conferência-debate, "O Maio de 68, cinquenta anos depois. Revolução vencida ou adiada?", 29-05-2019; Assembleia Municipal da Catalunha, apresentação do livro "Catalunha, entre a esperança e a tempestade", 27-06-2019; Paulus e o El Corte Inglês, apresentação do livro de Fátima Campos Ferreira, entrevista a Manuela Eanes, 28-06-2019; CPPC, Sessão de Solidariedade com os Povos da América Latina, 06-06-2019; Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro, Comemorações do Dia Internacional dos Museus, visita ao Museu da Fundação, 18-05-2019; 34.º aniversário do Museu da Fundação, 29-06-2019; Presidente da Câmara Municipal do Seixal, inauguração da exposição "Figuras", 08 de Junho de 2019; Inauguração da exposição "A Sombra do Olhar", 15-06-2019; Universidade Autónoma, última lição do Professor Luís Moita, 11-07-2019; Câmara Municipal de Loures, encontro com a escritora Isabela Figueiredo, 13-04-2019; Assistir ao filme "A Fábrica do Nada", de Pedro Pinho, 27-04-2019; Ciclo de Música Barroca, 10-11/12-05-2019; Comemorações do Dia Internacional dos Museus e da Noite Europeia dos Museus, 16/17/18-05-2019; Inauguração da exposição de Maria Beatitude "Raízes", 18-05-2019; Inauguração da exposição "Estados da Alma e do Espirito" de Cristina Melo,23-05-2019; Audição de alunos e professores da Academia de Clarinete Marcos Romão Jr., 26-05-2019; Recital de piano de António Rosado, 15-06-2019; Mesa redonda "Planeta verde. Futuro sustentável", 15-06-2019; Palestra "Da indústria para os amadores: a Fábrica de Sacavém e os pintores de cerâmica do final do séc. XIX", 22-07-2019; Visita temática ao Museu Municipal de Loures, "Solecístico de Verão. Os cereais e os frutos", 23-06-2019; Colecção Municipal de Artes Visuais, 22-06-2019; Inauguração da exposição "Os Saloios. Tradições Populares! de Ricardo Passos, 11-07-2019; Comemorações 25 de Abril | Espetáculo VOZES AO ALTO - Sérgio Godinho, 24-04-2019; Festas de Loures 2019, 26/27/28 -07-2019; Cáritas Portuguesa , lançamento do estudo nacional "Casa Comum" - avançar nas práticas. Rumo à inclusão e coesão social", 16-05-2019; Fundação Friedrich Ebert, em cooperação com o Goethe-Instituto, a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã e a Associação São Bartolomeu dos Alemães em Lisboa, Debate "Eleições europeias: o que está em jogo?", 07-05-2019; Evento "Perante o colapso? Caminhos para o futuro da mobilidade urbana", 11-04-2019; Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, inauguração da exposição de ilustração "4 em 1: Neves e Sousa Revisitado", 23-03-2019; Inauguração da exposição "Quando Mudamos um País Ele Muda-nos Com Ele", 15-03-2019; Visita ao Museu da Lua, 5-8-07-2019; 4.ª edição Encontro de Talentos em Porto Salvo, 06-07-2019; Festival Sete Sóis Sete Luas, 07-08-2019; 10ª Mostra Gastronómica-Centro Histórico de Paço de Arcos, 20 a 23-06-2019; Inauguração do Quiosque da Saúde, 15-06-2019; Cerimónia do Lançamento da 1ª Pedra da Construção do Viaduto da Quinta da Fonte, 14-06-2019; Semana da Protecção Civil - Desfile dos vários Agentes de Protecção Civil do Concelho, 31-05-2019; Crianças ao Palco - Páteo do Enxugo - Fábrica da Pólvora, 24-05-2019; Exposição «Reconexão», pintura de mandalas de Sónia Vicente, 26-05-2019; Dia de África, 25-05-2019; 7.ª Edição "Há prova em Oeiras", 10/11/12-05-2019; Mesa Redonda sobre «A Europa e a Globalização Digital: novos desafios», 09-05-2019; Concerto «A Origem da Sinfonia», 04-05-2019; Programa Cultural «Comemorações 45 anos do 25 de Abril», 3/4/5-05-2019; Inauguração da exposição "Oeiras tem vida", 28-07-2019; Inauguração da exposição «Territórios com História» 25-07-2019; OGDE «Os Combatentes», espectáculo «Ser Livre, Livre Ser», 22-05-2019; CoLABOR – Associação Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social, conferência internacional «Trabalho 4.0 - Tecnologia, Trabalho e Emprego no Séc. XXI», 29-04-2019; Presidente da Câmara Municipal de Almada, apresentação da programação do 36.º Festival de Almada, 14-06-2019; 36.º Festival de Almada, 04/18-07-2019; Teatro Municipal Joaquim Benite, concerto "Em Cantos e Poesia, 19-05-2019; Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, inauguração da exposição "Natura, Naturans" de Dora Iva Rita, 04-07-2019; 13.ª edição "Gaba galerias abertas belas-artes", 18-05-2019; ID, Intervenção Democrática, debate "O verdadeiro e o falso na Comunicação Social. O que sabemos hoje sobre nós e o mundo".04-05-2019; Direcção da Associação Social e Cultural de Almancil, inauguração da exposição "De Profundis" de Cecília Rodrigues, 07-06-2019; Acção de Sensibilização - APAV - "Prevenção da Violência contra a Pessoa Idosa", 14-06-2019; Inauguração da Exposição "Ecossistemas"de Sonia Cortés, 03-05-2019; Biblioteca Nacional de Portugal e Editora Caleidoscópio, lançamento do livro "Obliquamente" e transversalmente" de Isabel Allegro Magalhães, 08-05-2019; Direcção do Atever, grupo de Artes Plásticas da Amadora e os autores, apresentação da exposição "LISBOA /BERLIM/MALMÖ - De Mãos Dadas", 13-07-2019; Junta de Freguesia do Lumiar, inauguração Espaço Cidadão Lumiar, 08-04-2019; Doclisboa e a Midas Filmes, estreia do filme "O Silêncio dos Outros", de Almudena Carracedo e Robert Bahar, 25-04-2019; Luís Monteiro, estreia do documentário "Museu da Vergonha", 26-04-2019; Patriarcado de Lisboa e a Editora Althum.com, "Concerto de órgão", 13-04-2019; Museu do Neo-realismo, Visita guiada à Exposição COSMO/POLÍTICA #4: Quando as Máquinas Param,11-05-2019; Luísa Tiago de Oliveira, apresentação do livro "O Activismo Estudantil no IST (1945-1980)"; Edições Húmus e autor, apresentação do livro "Os Cronistas Desconhecidos do Canal do Geba: o BNU da Guiné" de Mário Beja Santos, 10-07-

PUBLICIDADE

VINHO DO PORTO COMEMORATIVO

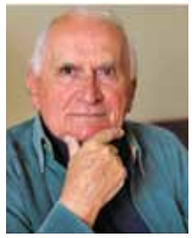
Produziu o Barão de Vilar um Porto Reserva Tawny com estágio durante 7 anos em cascos de madeira adquirindo uma textura suave com um intenso e complexo aroma. Daqui se extraiu uma série de garrafas especialmente para a A25A assinalar os 40 anos do 25 de Abril. Pronto a beber o Porto Tawny ganha outra vida com a idade. Como Abril é necessário saborear e conservar os seus valores. Os interessados poderão adquirir as garrafas ainda disponíveis através de correio electrónico para a25a.sec@25abril.org ou pelo telefone 21 324 14 20.

2019; Confederação Nacional de Reformados Pensionistas e Idosos – MURPI, 24.º Piquenicão Nacional, 09-06-2019; Presidente da Câmara Municipal do Pombal, cerimónia do hastear da Bandeira Azul - Praia do Osso da Baleia, 18-06-2019; Paulo Marçalo e a Editora Modo, apresentação do livro "Espírito d'Alma - Livro poesia", 28-04-2019; Município de Pombal e Núcleo de Abiul/Pombal da Liga dos Combatentes, 3.º Encontro de Combatentes do Concelho de Pombal, 06-07-2019: Inauguração das obras de requalificação do Bairro Social dos Caseirinhos, 19-07-2019; Sessão Solene de Abertura das Festas do Bodo 2019, 26-07-2019; Ministra da Cultura e a Comissão de Instalação dos Conteúdos e da Apresentação Museológica do Museu Nacional da Resistência e da Liberdade (CICAM), cerimónia oficial da inauguração do Memorial de homenagem aos presos políticos, 25-04-2019; Rosa de Porcelana Editora, lançamento livro de Nuno Rebocho "Rotxa Scribida", 30-05-2019; Lançamento do romance de Dina Salústio "Veromar", 24-05-2019; Apresentação do livro «Na hora da mudança», de Arsélio Martins, 31-07-2019; Teatro A Barraca, estreia do espectáculo "A Torre De Babel", 26-06-2019; Vítor Basto, convite para apresentação do livro "O Rapaz que queria aprender a olhar", 18-05-2019; Conselho Português para a Paz e Cooperação – inauguração de exposição "cinco Olhares sobre o Saara Ocidental, 10-07-2019; Associação Social e Cultural de Almancil, Instituição Particular de Solidariedade Social, apresentação do livro "MOÇAMBIQUE Guerra e Descolonização, 1964-1975" de Manuel Amaro Bernardo, 19-09-2019; SNBA – Sociedade Nacional de Belas Artes, Inauguração "Impasse", 01-08-1019; Editora Rosa de Porcelana e Arsélio Martins, Lançamento do livro "Na Hora da Mudança", 31-07-2019; Patriarcado de Lisboa e a Editora Althum.com, concerto de órgão "A Arte da Improvisação", Juan de La Rubia, 14-09-2019; Associação de Praças e Clube de Praças da Armada, cerimónia comemorativa do 83.º Aniversário da Revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936, do Dia Nacional das Praças das Forças Armadas e do 9.º Aniversário da Inauguração do Monumento do Marinheiro Insubmisso, 14-09-2019; Edições Silabo e o autor Marco Lisi, lançamento do livro "Eleições – Campanhas Eleitorais e Decisão de Voto em Portugal", 06-09-2019; International Club Of Portugal, Almoço – Debate com Dr. António Costa, 12-09-2019; Artistas Unidos, inauguração da exposição Nikias Skapinakis – Pintura – Desenho, 11-09-2019; Associação Social e Cultural de Almancil, Apresentação do Livro "Moçambique Guerra e Descolonização, 1964 – 1975" de Manuel Amaro Bernardo, 19-09-2019.

OFERTAS

Livro Forças Infiéis, de José Vitor Silva, oferta do autor, Dias que Durarán Años de Jardi Borrás, oferta da Assembleia Nacional da Catalana; Direito e Justiça – em busca de um novo paradigma de Celso Cruzeiro, oferta do autor; Placa do 75º aniversário do nascimento de Salgueiro Maia, oferta da Câmara Municipal de Castelo de Vide

ÁRTICO
ANTES ERA A GUERRA-FRIA



PEDRO DE PEZARAT CORREIA

Quando se iniciava a guerra-fria, o presidente dos EUA, Harry S. Truman, já tinha proposto a compra da Gronelândia à Dinamarca e recebera uma resposta negativa, tal como com Donald Trump, actualmente. O contexto era o mesmo, geoestratégico, mas eram diferentes as motivações. Então era a guerra-fria, agora é o Ártico

CAUSOU ALGUM ESCÂNDALO a notícia, nos meados de Agosto, de que Trump se propunha comprar (para os EUA, entenda-se, não para ele próprio, já que de quando em vez confunde negócios de Estado com negócios pessoais), a Gronelândia. O escândalo terá resultado mais da forma desajeitada, ao seu jeito habitual de elefante numa loja de louças e do anacronismo que carateriza a proposta, do que do seu significado. A verdade é que, em 1946, finda a II Guerra Mundial (IIGM), e quando se iniciava a guerra-fria, o presidente Truman já tinha avançado com idêntica proposta à Dinamarca e recebera a mesma resposta negativa. O contexto era o mesmo, geoestratégico, mas eram diferentes as motivações. Então era a guerra-fria, agora é o Ártico.

Voltemos um pouco atrás. Desde que as 13 colónias britânicas da costa leste da América do Norte declararam a independência dos EUA em 1776 e até ao Estado/continente que são hoje, a expansão territorial do país processou-se sempre num quadro geoestratégico dominado por três vetores: conquista, compra e negociação. A conquista por meios militares foi predominante mas a Louisiana e o Alasca foram objeto de compra, a primeira à França em 1803 e o segundo à Rússia em 1867, o Novo México e o Arizona foram anexados na sequência de processos complexos de conquista seguidos de negociações com o México que incluíram indemnizações e compensações financeiras bem como ajustamentos territoriais. Isto é, o processo de compra, expressão do poder económico, esteve sempre associado ao processo de conquista, expressão do poder militar, na perspetiva estratégica do crescimento territorial dos EUA.

Direitos Reservados

O caso em que são detetáveis mais paralelismos com o projeto Gronelândia foi o do Alasca e, por isso, merece uma referência particular.

O Alasca, na sequência da expensão russa para os confins da Sibéria, tornara-se possessão de Moscovo desde 1764, quando o czar determinou a travessia do Estreito de Bering e a instalação russa no extremo noroeste americano. Mas representava um enorme ónus financeiro

Magnus Kristensen

É o Ártico, como fator estratégico decisivo na disputa do poder global, que explica o desajustado "descuido" de Trump ao tornar público o interesse americano na compra da Gronelândia que algum dos seus conselheiros lhe terá soprado ao ouvido

e, em 1867, os EUA lograram negociar a compra do que viria a ser, até hoje, o mais extenso e menos habitado estado dos EUA, o único que no continente foge à continuidade territorial. Os responsáveis dos EUA mostraram aí uma enorme visão estratégica a longo prazo, porque conseguiram soberania sobre o Ártico, eliminaram a presença no continente americano da que viria a ser a superpotência rival na guerra-fria, a URSS, passaram a partilhar o controlo do Estreito de Bering e asseguraram a posse de recursos fabulosos no seu subsolo. Washington passou a dispor de um considerável trunfo estratégico.

O objetivo da compra da Gronelândia em 1946, também num contexto geoestratégico, envolvia outras premissas. Com o aparecimento da arma aérea na I Guerra Mundial (IGM) e o grande desenvolvimento que viria a conhecer na IIGM, o oceano Ártico começava a ganhar importância como espaço geopolítico e geoestratégico para a disputa do poder mundial que, com o início da guerra-fria, ia ser travada entre as duas novas superpotências, EUA e URSS.

QUESTÃO GEOESTRATÉGICA

Alexander Sversky, aviador militar russo que com a vitória da revolução soviética emigrara para os EUA, se naturalizara americano e tornara empresário aeronáutico, interessou-se pela geoestratégia em particular pela afirmação de uma teoria do poder aéreo em competição com as anteriores teorias do poder marítimo e do poder terrestre. Através dos livros que publicou, *Victory through air power* (1942) e *Air power: key to survival* (1950), desenvolveu as suas teorias chegando à conclusão que a disputa do poder entre as duas superpotências teria como área de decisão uma região centrada no Estreito de Bering e envolvendo o oceano Ártico[1]. Isto é, em 1946 o interesse de Truman na compra da Gronelândia já era motivado pela importância crescente do Ártico. Mas era ainda uma importância relativa, porque incidia sobre o seu espaço aéreo e não sobre a sua superfície. Enquanto espaço estação ou espaço transitável continuava a ser marginal.

Pois bem, em 2019, quando Trump lança o que foi entendido como uma *boutade* (por vir de quem veio), era de novo o Ártico que o movia. O mesmo contexto, a geoestratégia, o mesmo objetivo, o Ártico, mas não pelas mesmas razões.

O Ártico surge agora nas preocupações geopolíticas e geoestratégicas porque, pela primeira vez, é encarado como zona de circulação à superfície, como um novo mediterrâneo. E, se o Alasca era importante no controlo da única saída do Ártico para o Pacífico, a Gronelândia é igualmente importante no controlo da saída do Ártico para o Atlântico.

Na revista *Nação e Defesa* n.º 151, relativa ao último quadrimestre de 2018, subordinada ao tema Geopolítica Aplicada, publiquei um artigo, "Geopolítica – equívocos identitários: duas abordagens prospetivas na nova geopolítica" (pp. 8 a 25), no qual um dos capítulos era exatamente dedicado à atualidade geoestratégica do Ártico. As considerações que se seguem são baseadas ou mesmo transcritas desse texto.

Com a já referida exceção de Sversky, as chamadas teorias geopolíticas clássicas, que eu insisto em classificar preferencialmente como geoestratégicas, deram pouca atenção ao Oceano Glaciar Ártico porque, fechado à navegação à superfície e com inóspitas margens envolventes era, então, nulo o valor como plataforma de afirmação e projeção de poder mundial.

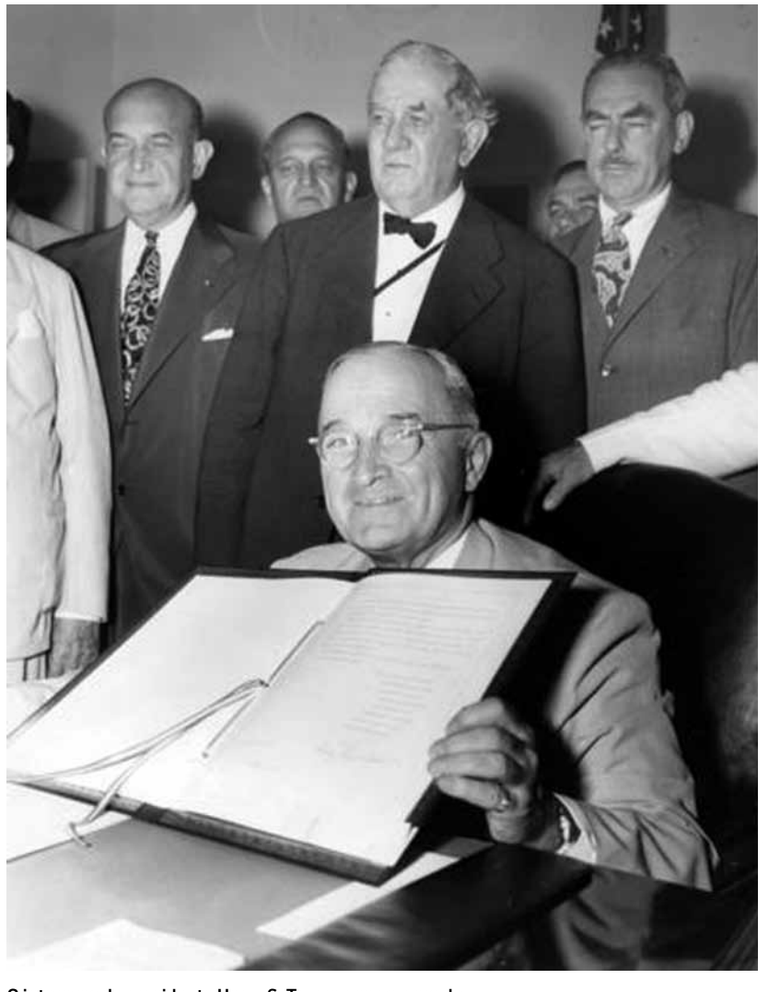
Para Mahan os oceanos que contavam eram o Pacífico e o Atlântico, para Mackinder eram o *Midle Ocean* (Atlântico Norte) e o *Grand Ocean* (Índico, Pacífico e Atlântico Sul), para Spykman era o *Ocean Belt*, (conjunto Atlântico-Índico-Pacífico) que envolvia e dava acesso ao *rimland* euroasiático. Mais recentemente, Lacoste valorizou os "três mediterrâneos": o Mar Mediterrânico, o Mar do Sul da China e o Mar

das Caraíbas ou das Antilhas – que também mereceram a atenção de Cohen. Todos estes clássicos excluíam o Ártico ou apenas marginalmente o referiam.
Pierre Célérier terá sido o primeiro a chamar a atenção para a alteração que se aproximava em consequência das capacidades conferidas pelo submarino de propulsão nuclear[2], mas apenas como fator estratégico. Salientava o almirante francês que as camadas geladas do Ártico, flutuantes porque, diferentemente do Antártico, não assentam numa superfície terrestre, tinham uma camada imersa pouco profunda, ao contrário da bacia marítima que, chegando a atingir quatro mil metros de profundidade, permite a navegação submarina que, com a tecnologia da propulsão nuclear, pode permanecer submersa por longos períodos (p. 113).
Acontece que está a verificar-se uma profunda alteração na centralidade geoestratégica do Ártico. E essa mudança vai acentuar-se. É um fenómeno que decorre do aquecimento global do planeta que, no Ártico, se traduzirá no degelo da massa gelada chegando ao seu total desaparecimento.

POTENCIALIDADES DO MAR ÁRTICO

As potencialidades económicas do Mar Ártico, com os seus 14 milhões de Km^2 de extensão, são enormes. Pierre Gallois, general francês e um dos pioneiros de uma nova forma de encarar a geopolítica a que venho chamando nova geopolítica, chama a atenção para os 50% das reservas mundiais de hidrocarbonetos, para a grande riqueza em metais raros, para capacidade inesgotável da exploração da diferença térmica entre o ar gelado à superfície e o fundo do oceano para fins energéticos e para o fabrico de hidrogénio líquido com potencialidade para abastecer o mundo inteiro. Para Gallois, o Ártico será um futuro eldorado[3].

Outro autor também francês, Ayméric Chauprade[4], prevê que até o final do século a temperatura global registará uma elevação cuja média deverá situar-se à volta dos 3ºC mas que, no Ártico, poderá atingir os 10ºC. À data da publicação do seu livro, (2007), já teria derretido 40% da calote ártica (p. 751). Estas previsões são confirmadas e, até, agravadas, pelo cientista químico e ambientalista norte-americano Will Steffen que, em entrevista ao jornal *Público* de 29 de setembro de 2018, chamava "grande aceleração" ao fenómeno de aquecimento global que começou em 1850, com a revolução industrial, mas disparou a partir de 1950. Steffen estima que o gelo do Ártico possa desaparecer nos próximos 20 anos.
Sobre esta matéria, Chauprade prevê que o desaparecimento da massa gelada do Ártico vai dar lugar a uma verdadeira revolução geopolítica, porque significará a abertura de uma rota marítima direta entre o Japão e a Europa do Norte que, por um lado se traduzirá na formação de um novo mediterrâneo russo-americano, por outro lado constituirá um espaço marítimo comum de circulação e trocas (p. 751). É, segundo este autor, um fenómeno que reforçará a posição mundial da Rússia por várias razões. Primeiro porque resolverá o seu velho problema, que sempre procurou contrariar, de potência continental geograficamente cercada, tornando-se potência de três oceanos, Atlântico, Ártico e Pacífico e vendo assim reforçada a sua posição no xadrez energético mundial.
Esta análise é corroborada por Harold Sprout[5] que, ao tempo referindo-se à URSS, invocava os estudos de Clarence A. Mills que previu que o aquecimento climático, a prosseguir, iria funcionar em benefício da União Soviética, porque ia abrir os seus territórios do Norte a um maior aproveitamento, melhorava a navegabilidade dos seus portos no oceano Ártico e promovia um ambiente geral mais saudável para os po-



Direitos Reservados

O interesse do presidente Harry S. Truman na compra da Gronelândia em 1946, no fim da II Guerra Mundial, tinha ainda uma importância relativa porque incidia sobre o seu espaço aéreo e não sobre a sua superfície. Enquanto espaço estação ou espaço transitável continuava a ser marginal

O desaparecimento da massa gelada do Ártico vai dar lugar a uma verdadeira revolução geopolítica, porque significará a abertura de uma rota marítima direta entre o Japão e a Europa do Norte

vos que habitam aquela vasta região (p. 701). Por outro lado, sendo a Rússia a única potência com margens habitáveis no Ártico, possui nessa extensa costa portos que se tornarão grandes cidades e atrairão grandes vagas migratórias.

REVOLUÇÃO GEOPOLÍTICA

Chauprade diz que será uma revolução geopolítica. E diz bem, uma vez que o Ártico passará a constituir um fator determinante que as grandes potências e as instâncias supranacionais não poderão dispensar na formulação das suas opções políticas.

Mas terá também incidência em áreas do âmbito da geoestratégia, porque é previsível que se transforme numa nova zona de tensão e conflitos, já que se encontrarão frente a frente grandes potências que disputam poder global: EUA e Rússia. A Rússia entrará no clube das potências marítimas, constituirá uma zona que, pelas suas potencialidades, dará às potências rivais pretextos para invocarem a defesa de interesses vitais e, por fim, porque reforçará a posição da Rússia no influente bloco asiático, cuja liderança, desde o fim da guerra-fria, vem perdendo em favor da China.

Eis, pois, a minha tese: é o Ártico, como fator estratégico decisivo na disputa do poder global, que explica o desajustado "descuido" de Trump ao tornar público o interesse americano na compra da Gronelândia que algum dos seus conselheiros lhe terá soprado ao ouvido. Chamei anacrónica à proposta, porque Trump não percebe que não estamos já no século XIX em que se negociavam compras de territórios com as suas populações, nomeadamente de territórios com estatutos de colónias ou afins, como se de mercadorias se tratassem.

Trump propõe-se comprar a Gronelândia invocando as dificuldades financeiras da Dinamarca para manter a ilha. É curioso que a incapacidade financeira de Portugal para manter as suas colónias era exatamente o mesmo argumento que, nos finais do século XIX e princípios do século XX, a Inglaterra e a Alemanha invocavam nas negociações entre si para pressionarem Portugal a vender-lhes Angola Moçambique e outras colónias, o chamado tratado colonial germano-britânico, que seriam divididas por ambas as potências. Admitiam mesmo recorrer a meios coercivos se Portugal não cedesse. Mas as negociações foram dificultadas pela duplicidade britânica que, ao mesmo tempo, negociava com Portugal o apoio à manutenção do seu império colonial e vieram a frustrar-se definitivamente com o deflagrar da IGM[6].

Trump esqueceu-se de várias coisas. As expansões territoriais por compra são coisas do passado. Do passado são também os impérios coloniais. A Gronelândia não é já uma colónia da Dinamarca mas uma região autónoma e os seus habitantes são aí soberanos. Por último, através da Gronelândia a Dinamarca marca presença numa região que vai constituir num futuro próximo um fator geoestratégico de enorme potencial. Encará-lo como mera mercadoria facilmente descartável confirma o que já tenho afirmado, uma chocante ausência de sensibilidade estratégica do atual presidente dos EUA.

1 CORREIA, Pedro de Pezarat – *Manual de geopolítica e geoestratégia*, Edições 70, Lisboa, 2018, pp. 184 a 189
2 *Géopolitique et Géstratégie*, PUF, Paris, 1969
3 *Géopolitique: les voies de la puissance*, Plon, Paris, 1990, p. 322
4 *Géopolitique, Constantes et changements dans l'histoire*, Ellipses, 2007
5 "Geopolitics", *Collier's encyclopedia*, Vol 10, Macmillan Educational Company, London and New York, 1990
6 Há sobre esta matéria um muito interessante livro de Friedrich Rosen, *Declarei a guerra que não queria – memórias de Portugal do embaixador alemão*. que foi embaixador da Alemanha em Lisboa nos anos 1912-1916 e foi o principal negociador daquela compra com a Inglaterra, cuja excelente tradução em português, da autoria de José Lamego, está publicada por Alêtheia Editores, Lisboa, 2018

O REFERENCIAL

Propriedade da Associação 25 de Abril - Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração nº. 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril)· Membro Honorário da Ordem da Liberdade |**Presidente da Direcção:** Vasco Lourenço|**Director:** Martins Guerreiro|**Editor:** Licínio Lima|**Conselho Editorial:** Amadeu Garcia dos Santos, André Freire, António Morais Sarmento Brotas, Carlos Manuel Serpa Matos Gomes, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, José Barata-Moura, José Manuel Pureza, José Viriato Soromenho-Marques, Maria José Casa-Nova, Maria Manuela Cruzeiro, Pedro Pezarat Correia, Vasco Lourenço|**Fotografia:** A. Belo, Armando Isaac, José Maria Roumier, Nuno Augusto, Agência Lusa|**Desk:** António Belo|**Colaboradores:** Artur Custódio da Silva, David Martelo, João Magalhães, José Barbosa Pereira, José Fontão, Manuel Loff, Maria Manuela Cruzeiro, Nuno Santa Clara Gomes|**Sede nacional, Administração e Redacção:** Rua da Misericórdia, 95 - 1200-271 LISBOA - Telefone:. 213 241 420 - Endereço electrónico: *a25a.sec@25abril.org | www.25abril.org | www.guerracolonial.org* |**Delegação do Norte:**Escadas do Barredo, 120, r/c, esq.- 4050-092 PORTO - Telefone/fax: 222 031 197 - Endereço electrónico: *a25a.del-norte@25abril.org*\ **Delegação do Centro** Apartado 3041 - 3001-401 COIMBRA Endereço electrónico:*a25a.del-centro@25abril.org* \ **Delegação do Alentejo** Bairro da Esperança Edifício 2 – Bloco 3, loja r/c 7560-145 GRÂNDOLAEndereço electrónico: *a25a.del-alentejo@25abril.org* **Delegação do Canadá** Associação Cultural 25 de Abril (Toronto) - Núcleo Capitão Salgueiro Maia - 1117 Queen Street West Toronto, Ontario M6J 3P4 Canadá | **Edição gráfica**: atelier JMRibeirinho www.jm-designedicoes.com - Av. Infante Santo, 69 -10.º - 1350 - 177 Lisboa | **Impressão e acabamento**: NORPRINT

Delta, a sua marca a todas as horas.

08:17 hora de acordar

14:28 hora de partilhar

16:37 hora de fazer acontecer

21:41 hora de sonhar

Hora de agradecer

Para acordar, antes de sair de casa, depois de chegar ao trabalho, a meio da reunião, ou ao fim do dia, há um café Delta para todas as horas.
Aos que a todas as horas nos mostram paixão pelo que fazemos há 58 anos, é hora de agradecer:
o nosso obrigado.

DELTA CAFÉS

delta-cafes.com

O CAFÉ DA SUA VIDA

PUB

MOVE
O DESPORTO
É UMA CAUSA NOSSA

7.ª CORRIDA MONTEPIO

CORREMOS UNS PELOS OUTROS

27 Out.
10h

ROSSIO
10km » Corrida
5km » Caminhada
crianças » Corrida Pelicas

O valor das inscrições reverte na totalidade para Comunidade Vida e Paz

Aceite o desafio, junte-se a nós e ultrapasse os seus limites.
A Corrida Montepio está de volta, aberta a profissionais, amadores e a todos os que gostam de correr e caminhar.
Afinal, o desporto é uma causa nossa.

Inscrições e mais informações em
montepio.org

QUALITY ROAD RACE
EUROPEAN ATHLETICS
★ ★ ★ ★ ★

LISBOA CÂMARA MUNICIPAL
HMS SPORTS

Montepio Geral Associação Mutualista · IPSS. DGSS n.º 3/81 · NIPC 50076668
Rua Áurea, 219 a 241 · 1100-062 Lisboa

Associação Mutualista
Montepio
Juntos por todos